

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
---	--	---

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2017	DATA: 13/12/2017
AUTORIA: PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1º ()	2º (X)
RED. FINAL (X)	

QTD.	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA
Nº _____ / _____
Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	2	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero pedir aos Deputados que não colaboraram ainda com as meninas do café – também aos assessores que estão aqui no plenário que gostam de tomar um café – que colaborem com a caixinha das meninas, da Ruth.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Quero fazer uma retificação da leitura. Eu coloquei em pauta o Projeto de Lei nº 1.860, de 2017, mas ele foi rejeitado. Então, está retirado da pauta da extraordinária.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.208, de 2017, solicito a dispensa do interstício nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno e que dê como lida e aprovada a redação final do Projeto de Lei Complementar nº 131, de 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 131, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece, nos termos do art. 105 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República, os requisitos para a compensação de débitos inscritos em dívida ativa de natureza tributária ou de outra natureza do Distrito Federal, com precatórios do Distrito Federal, suas autarquias e fundações”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	3	

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.877, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$13.731.149,00 (treze milhões, setecentos e trinta e um mil, cento e quarenta e nove reais).

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.208, de 2017, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.877, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$13.731.149,00 (treze milhões, setecentos e trinta e um mil, cento e quarenta e nove reais).

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.876, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor R\$4.568.812,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e doze reais).

Foi aprovado em primeiro turno. Foi apresentada uma emenda de plenário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	4	

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda ao Projeto de Lei nº 1.876, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor R\$4.568.812,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e doze reais).

Trata-se de um procedimento de rotina a gente apresentar emendas – isso para o Tribunal de Contas e também para a Câmara. Quando há sobra, esta é condicionada à autorização de V.Exa. Depois de constatados e feitos os últimos pagamentos, se houver uma sobra orçamentária, V.Exa. autorizando a Mesa, a gente devolve esse dinheiro. Então, essa emenda tem só esse objetivo.

Portanto, nos termos da Comissão, eu sou de parecer favorável à aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.876, de 2017. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.208, de 2017, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que dê como lida e aprovada a redação final.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	5	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.876, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor R\$4.568.812,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e doze reais).

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Encerramos. Vamos passar agora à votação dos destaques da LOA – Lei Orçamentária Anual.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.744, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2018”.

Esta Presidência informa que foram apresentados destaques às Emendas nºs 399, 486, 673, 674, 675 e 689.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, existem muitas desinformações a respeito do que aconteceu realmente com o aditamento à proposta orçamentária que o governo encaminhou à Câmara Legislativa.

Eu quero informar – é uma pena que o Deputado Wasny de Roure não esteja aqui – que nós tivemos uma discussão longa, porque essa questão de dizer que se está utilizando recurso do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – não é verdade.

Eu fiz isso aqui para mostrar que nós tínhamos, no Iprev, dois fundos, um superavitário e outro deficitário. Com a aprovação da lei do Iprev, a Lei nº 932, autorizou-se transferir os recursos do fundo que tinha dinheiro capitalizado para cobrir as despesas do fundo dos servidores que entraram antes de 2007.

O governo anteriormente mandava 170 milhões por mês de sua arrecadação para pagar os aposentados. A partir do momento que nós autorizamos a transferência dos recursos dos aposentados do fundo capitalizado para o fundo financeiro, que era

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	6	

deficitário, o fluxo que o governo mandava de 170 milhões para pagar os aposentados foi cessado.

É importante destacar para os nobres colegas que o governo mandou o projeto de lei orçamentária antes de aprovarmos a lei do Iprev. Então, o governo tinha que pegar os 170 milhões, que ele agora deixa de mandar do dinheiro dos impostos para pagar os aposentados, e distribuir dentro da estrutura.

Então, dizer que o governo está utilizando os recursos do Iprev não é verdade. Quem autorizou o governo a usar o dinheiro do Iprev foi uma lei aprovada, a Lei nº 932. Essa discussão do projeto de lei orçamentária para 2018 não tem nada a ver com o Iprev mais. Apenas, para os 170 milhões que ele mandava para pagar os aposentados e deixou de mandar – e a lei tinha vindo antes da aprovação do Iprev –, ele mandou um complemento.

Ora, Deputado Joe Valle, Deputado Wellington Luiz, foi levantada a questão de que a mensagem de aditamento foi encaminhada diretamente à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em vez de receber um carimbo na Mesa e depois seguir para lá. Eu quero sugerir, porque esse procedimento existe desde que eu entrei na Câmara, há oito anos. Eu acho que, desde a fundação da Câmara, as alterações feitas na proposta orçamentária do governo são encaminhadas à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu queria que aprovássemos, a partir de agora, seja por uma proposição legislativa correta, que todas as alterações encaminhadas pelo governo, depois de ele ter mandado oficialmente a proposta orçamentária em 15 de setembro, sejam enviadas através de mensagem protocolada na Mesa em vez de mandar diretamente para a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Então, a partir de agora – e eu continuo Presidente da Comissão –, já orientei – falta o instrumento legal – para que as próximas alterações – é prerrogativa do governo fazê-las no orçamento – sejam protocoladas na Mesa e a Mesa depois encaminhe à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Meus amigos, todas as saídas foram explicadas. Ninguém pode falar de Iprev aqui porque não está mais se tratando de Iprev. O Iprev foi aprovado pela Lei nº 932. Nós estamos discutindo apenas a realocação dos recursos, o que cabe ao governo fazer, como cabe à Câmara Legislativa remanejar os recursos do orçamento da Câmara.

A autonomia dos Poderes se resume exatamente nisto: respeita-se o Executivo nas suas prerrogativas e respeita-se o Legislativo nas suas prerrogativas. O Executivo não pode vir dizer aqui dentro o que a Câmara tem que fazer com o seu orçamento, como a Câmara Legislativa não pode – ela pode alterar, conforme se prevê, dentro do elemento de despesa – interferir numa competência do Executivo.

Era isso o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	7	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Boa noite, Presidente. Boa noite a todos e a todas. Presidente, todo mundo sabe do respeito e carinho que eu tenho pelo Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia. Agora vir falar de respeito? Esse governo teve respeito aos trabalhadores quando saqueou suas contas? Nunca teve respeito a ninguém. Nunca teve respeito a esta Casa. Nunca teve respeito aos trabalhadores.

Quando mandou esse projeto ao apagar das luzes, demonstrou, mais uma vez, Deputado Chico Vigilante, o desprezo que tem a nós Parlamentares e aos trabalhadores, porque quando esse maldito projeto foi aprovado nesta Casa, contrário à vontade, com certeza, desses Deputados, o que aconteceu? Ele disse que estava aprovando porque tinha um enorme déficit, que precisava pagar os salários dos trabalhadores. E agora, é para fazer casamento? Por que como é que vai usar esse dinheiro?

Nós temos que ter a decência de não aceitar que esse projeto seja aprovado desta forma. A LOA não pode admitir, Sr. Presidente, que mais uma vez o Executivo atrole, que mais uma vez venha contra a vontade dos trabalhadores. Esse dinheiro é dos trabalhadores, e para os trabalhadores tem que voltar. É desta forma, que seja com as pecúnias, com o salário dos servidores ou com os reajustes.

Agora, querer fazer farra com o dinheiro alheio. Esta Casa não pode se ajoelhar, esta Casa tem que ter um bom exemplo. E não há que se falar em respeito com um governo que não respeita ninguém. Se tem alguém que está respeitando é esta Casa, porque está respeitando a população, porque está respeitando os trabalhadores.

E assim o faremos: eu vou votar contra, porque quem votou em mim foi o povo e não o governo. É assim que nós faremos! Acho que esta Casa tem que ter a consciência de votar desta forma. Então, que jogue isso para fevereiro para que a gente possa analisar, porque o que veio, Sr. Presidente, é uma verdadeira bagunça e ninguém entende nada. V.Exa. sabe disso! As nossas assessorias mal entendem o que veio nesse ofício, que deveria ter vindo por mensagem.

Agora é hora de ter prudência, cautela e respeito àquilo que é dos trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero inicialmente chamar a atenção dos colegas aqui sobre a gravidade dessa emenda. Tenho o maior respeito pelo Líder de Governo, Deputado

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	8	

Agaciel Maia, mas há papéis que nós temos que cumprir. O pedido do governo foi para que se reorganizasse o orçamento.

Agora, Deputado Chico Vigilante, quero lembrar a minha fala no dia da votação do Iprev. Os governistas vinham a esta tribuna e falavam que aquele dinheiro era necessário para pagar os aposentados, que precisavam do dinheiro para pagar as pecúnias. E o mais grave de tudo... Eu falava: gente, o dinheiro... ele quer meter a mão no Iprev para fazer campanha eleitoral. Aí, me chamaram e me falaram que era irresponsabilidade o que eu estava falando.

Mas, eu quero falar que o ofício que o governo mandou para a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças materializa tudo o que eu disse. Do que ele pegou, sobrou 1 bilhão e 300 milhões, que era o dinheiro que ele usava do caixa dele para pagar os aposentados, que agora ele pegou do Iprev. E ele manda por ofício, Sr. Presidente. Olha a técnica legislativa!

Ele manda por ofício, falando que o orçamento não estava equilibrado, e que precisava fazer um equilíbrio do orçamento de 1 bilhão e 300 mil, por ofício, Sr. Presidente. Era justamente o dinheiro que ele usava do Iprev, que ele usava do fluxo de caixa, da Fonte 100, para pagar o aposentado. Mas, na época da votação do Iprev, para convencer os colegas aqui – muitos colegas –, foi esse o argumento do governo: a gente precisa ter dinheiro para pagar pecúnia, para pagar os servidores.

E aí, manda por ofício. Por ofício, Sr. Presidente! Isso jamais poderia ter vindo por ofício. Eu sei que isso pode ter sido feito no passado, mas uma emenda de 1 bilhão por ofício? Pela técnica legislativa, seria impossível que ela fosse feita. E isso materializa aquilo que nós estávamos falando: ele queria ter um fluxo de caixa para usar na campanha. O mais grave de tudo... Eu sou evangélica e acho que as pessoas precisam casar, quem quiser casar, mas sou contrária a que o Estado coloque 10 milhões para casamento. Acho um absurdo, Sr. Presidente, colocarem 10 milhões para casamento, o povo casa de graça lá na minha igreja. São 10 mil? São 10 milhões. Isso é um detalhe, fora os outros recursos que estão sendo suplementados.

Primeiro, Sr. Presidente, nós não tivemos tempo ainda de discutir isso, é 1 bilhão. Se ele está fazendo economia com o dinheiro dos aposentados, ele tem que discutir com esta Casa para onde ele vai remanejar 1 bilhão, ele não pode escolher projeto eleitoral, de última hora, para colocar não, Sr. Presidente. Eu acho que o governo poderia mandar novamente esse crédito para a Casa no ano que vem para que pudéssemos discutir com o servidor público se isso vai ser para pagar pecúnia, com a sociedade, para saber onde eles querem... Sr. Presidente, V.Exa. fez o Câmara em Movimento. Se esta Casa pudesse elencar cinco prioridades que foram discutidas em cada cidade, Sr. Presidente, V.Exa. já imaginou 1 bilhão? Daria para pagar... Não é no projeto que o governo quer, não.

A coisa mais importante que esta Casa faz, além de fiscalizar, é votar o Orçamento e discutir para onde vão os recursos do Orçamento, Sr. Presidente. Os recursos do Orçamento não podem ser uma canetada do Governador determinando

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	9	

onde se vai colocar 1 bilhão. Isso tem que ser discutido com tempo com os colegas desta Casa, com todos os Deputados, com a sociedade civil organizada, com os sindicatos, Sr. Presidente. Não dá para votarmos isso do jeito que eles querem votar, não dá, não dá, não dá por vários motivos. A técnica legislativa foi errada.

Eu tenho muito respeito pelo Deputado Agaciel Maia, uma pessoa que eu quero muito bem, muito, muito mesmo. Mas o que o governo está pedindo a ele é um sacrifício muito grande para que ele acate isso. E a gente sabe os papéis aqui.

Nesta Casa, nós temos servidores públicos que fazem parte deste Parlamento. Se a gente puder discutir isso com calma, Sr. Presidente, eu tenho certeza de que nós podemos inclusive acatar algumas das solicitações do governo que estão nesse crédito de 1 bilhão, mas, dessa forma, chegando de última hora... Sr. Presidente, se isso não fosse visto, seria o que dizemos aqui uma emenda submarina, no formato que o governo queria, sem nem chamar atenção para esse destaque que está sendo feito aqui agora, como destaque dos colegas.

Eu acho que o bom senso... Nós não estamos aqui para inviabilizar governo nenhum, só que este Parlamento precisa ser respeitado, e uma das prerrogativas do Parlamento é votar o Orçamento e a destinação, a destinação de uma sobra que não existia. Como eu sempre coloquei, o Governador iria usar para campanha eleitoral, está claro o que eu coloquei. Ele usa para campanha eleitoral porque ele pega 1 bilhão e 300 e destina lá até para casamento comunitário.

Então, peço aos colegas que, nesse destaque, votem com as suas consciências e com a coletividade. Eu tenho certeza de que a cidade não ficará satisfeita se votarmos isso nesse formato.

Sr. Presidente, nós estamos aqui prontos também para votar isso no ano que vem, refazer essa discussão no ano que vem. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, galeria aqui presente, eu também tenho o maior respeito pelo Deputado Agaciel Maia, mas eu não tenho respeito pelo que estão fazendo com ele.

Quero parabenizar o Deputado Joe Valle porque ele, como Presidente da Casa, destacou, e eu acho, Deputado Juarezão, que, nesta hora, a Casa tem que estar em solidariedade ao seu Presidente. Ele destacou porque a Câmara foi desrespeitada. Eu vou ler. Nós produzimos por escrito o que o governo fez com a Câmara.

O Governador Rollemberg encaminhou à Câmara Legislativa em tempo hábil o Projeto de Lei Orçamentária de 2018. Isso, por si só, é normal e corriqueiro nas relações do exercício das atribuições dos Poderes Legislativo e Executivo. Se o Governador quiser, a Lei Orgânica do Distrito Federal, no artigo 150, § 8º, autoriza,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	10	

inclusive, que ele envie mensagem à Câmara Legislativa para alterar proposta inicialmente encaminhada.

O que chama a atenção no processo legislativo da lei orçamentária deste ano, porém, é a atitude da Secretária de Planejamento de mandar ofício ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para solicitar alteração da proposta orçamentária em quase 2 bilhões. Ofício, Deputado Rafael Prudente, quando deveria o Governador ter mandado uma mensagem a esta Casa para ser lida em plenário para que nós tomássemos conhecimento. A Secretária passou por cima da lei porque só o Governador pode encaminhar proposta de alteração orçamentária. Passou por cima do Presidente da Câmara Legislativa, porque é ele que representa o Poder Legislativo e é para ele que a matéria tem que ser encaminhada. Passou por cima do Plenário da Câmara, porque nós não tomamos conhecimento oficial da proposta por meio da obrigatória leitura no plenário para o nosso conhecimento.

Mas por que isso foi feito na surdina – eu pergunto –, às escondidas, sem o trâmite legal? E digo mais: quando foram votar o Iprev, Deputado Agaciel Maia, o Governador garantiu que ia pagar a pecúnia. Pagou? Pagou não! Há gente morrendo sem receber. Quando foram votar as pecúnias, Deputado Joe Valle, disseram que iam pagar as empresas terceirizadas para não atrasarem mais o salário dos trabalhadores. Hoje é dia 13. Merendeiras, faxineiras, tudo quanto é trabalhador está sem receber, Deputado Rafael Prudente. Estão sem receber! Portanto, não pode ser desse jeito.

Aí colocam lá 10 milhões! Estão dizendo que é 10 mil, mas eles escreveram 10 milhões. Não fui eu que escrevi 10 milhões. Foram eles que escreveram 10 milhões para casamento. Quando eu me casei, eu era vigilante. Eu paguei meu casamento. Quem quiser casar, vá à igreja e peça para casar de graça. Não sou eu que tenho que pagar casamento de ninguém. Mas há mais, estão ampliando as promessas.

É importante que a imprensa registre isto aqui, Deputado Rafael Prudente: fiquei sabendo, Deputado Joe Valle, que o governo mandou dizer para a Base: “Não. Votem, que eu vou executar os 18 milhões das emendas de vocês em 2018”. Alguém aqui acredita em Papai Noel? Acredita em mula sem cabeça?

Portanto, Deputado Agaciel Maia, faço um apelo a V.Exa. Retire esse negócio. Deixe a gente aprovar o Orçamento. Reenvie isso aí no começo de 2018. Em fevereiro de 2018, a gente discute, porque aí eu quero ver detalhado quanto vai se pagar de pecúnia, quanto que vai para as escolas, porque, afinal de contas, Deputado Agaciel Maia, o cidadão que paga imposto quer saber onde o dinheiro dele é aplicado. Não são as cabeças de burocratas, na surdina, às escondidas, que têm que dizer onde o dinheiro será aplicado! Não é, não! Eu tenho respeito pelo Deputado Agaciel Maia, mas tenho pena do que estão fazendo com ele.

V.Exa. não merece o que esse governo está fazendo com V.Exa. V.Exa. é um homem de palavra. V.Exa. é um homem sério, mas esse governo está dando um passamoleque na gente. E o Deputado que aceitar isso aqui, Deputado Jurezão, não terá alternativa a não ser mostrar que vota qualquer coisa sem saber o que está votando.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	11	

Eu quero votar sabendo o que estou votando, e desafio qualquer um aqui a ir ali agora, se a imprensa chamar, e dizer o que está votando, para ver se sabe. Eu não vou cumprir esse papel. Por isso fico com o destaque do Deputado Joe Valle, para o bem desta Casa, pela moralidade, pelo respeito e pela seriedade que o Poder Legislativo merece.

O Governador Rodrigo Rollemberg, que foi Deputado Distrital à época do Sr. Joaquim Roriz, devia ter aprendido que o Poder Legislativo, Deputado Cláudio Abrantes, é para ser respeitado, não é para ser espezinhado. Aqui não é para ser passagem de burocratas que não sabem a importância que tem o Poder Legislativo, e mandam um ofício substituindo. Isso aqui nós já rechaçamos em outro momento. Precisamos rechaçar neste momento. Portanto, eu peço o apoio desta Casa para rechaçar essa afronta ao Poder Legislativo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para corrigir, para falar a verdade – a verdade precisa ser dita –, primeiro, já foi esclarecido esse erro de digitação. O que se gastou com casamento comunitário este ano foram 10 mil reais. Então, é uma desinformação usada para poder perturbar, para poder distorcer a verdade.

Outra grave, grave mesmo, Deputado Chico Vigilante, foi em 2014, quando o Deputado Wasny de Roure era Presidente desta Casa. Nós aprovamos, com informação, essa sim, informações falsas, nós aprovamos um projeto de lei orçamentária aqui nesta Casa de 16 milhões, 16 bilhões de pessoal. No entanto, em 2015 foram executados 20 bilhões. Então, houve uma falsidade de 4 bilhões de reais. Em qualquer outro lugar essas pessoas seriam responsabilizadas.

Esse governo – podem falar do Rodrigo Rollemberg muitas coisas, muitos têm razão – fez um trabalho de austeridade orçamentária, e ninguém pode dizer o contrário. Nós pegamos o limite prudencial em 54%, e está em 46%. As pessoas não estavam recebendo, os fornecedores não receberam porque nós fomos enganados o tempo todo. Hoje, não.

E tem mais: isso não é uma emenda. Todos os aditivos feitos pelo governo PT foram feitos da mesma forma. Desde que se criou a Câmara Legislativa, foi feito do mesmo jeito. Por isso eu propus a V.Exa. criar essa rotina de exigir que seja passado pela Mesa, carimbado e encaminhado à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

De uma coisa ninguém pode dizer o contrário. Esse orçamento que está sendo apresentado aqui é um orçamento estritamente cartesiano, sério. Nós não estamos aprovando aqui um projeto com diferença de 4 bilhões para acontecer lá no final de 88, não. Nós estamos aprovando um projeto aqui sério, respeitando os critérios legais, sem manobras.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	12	

Ficamos ontem na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças durante quatro horas e trinta minutos, chamando todos os técnicos e todos os responsáveis, para que a Secretaria de Planejamento prestasse os esclarecimentos. Deputados que fizeram arroubos, achando que haviam descoberto uma fraude, ficaram quietinhos com as informações técnicas apresentadas pela Secretaria de Planejamento. Ficaram calados. A verdade, Deputado Joe Valle, a verdade é a verdade, sempre vai prevalecer. Subtrair um aditivo feito dentro da prerrogativa do Executivo, rejeitar o orçamento, é dizer que não podemos entrar de recesso.

E tem mais. A não aprovação do orçamento vai prejudicar os Deputados, o governo tem direito a usar os duodécimos do orçamento encaminhado. No entanto, nós que precisamos executar nossas emendas nos locais onde identificamos que são necessárias, vamos ficar prejudicados. Então, essa discussão não é uma discussão legítima. É legítima, sim, mas não é verdadeira. O que o governo fez foi pegar o dinheiro que ele aportava para pagar os aposentados e distribuir na estrutura, que é prerrogativa dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, vou repetir que eu tenho respeito pelo Deputado Agaciel Maia, mas ele era da base do Governo Agnelo e era Vice-Presidente da Câmara. Segundo, V.Exa. é Deputado aqui, todos nós somos Deputados. Diga-me qual foi o governo que não teve suplementação de verba. Diga-me que qual foi o governo que, votado o orçamento, não pediu suplementação. Acabamos de votar suplementação aqui. Em todos os governos houve suplementação. Teve suplementação ao orçamento de 2015, elaborado em 2014; teve ao de 2016, elaborado em 2015; teve ao de 2017, elaborado em 2016, e vai ter em 2019, elaborado em 2018. É isso. Até porque orçamento é uma peça de ficção, todo mundo sabe disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero esclarecer que eu não era da base do Governo Agnelo, até porque eu não era Deputado. Se fosse, eu também não seria.

Eu acho que assiste razão ao Deputado Chico Vigilante quando levanta uma questão que é formal, mas é formal capaz de produzir um vício insanável, que é o encaminhamento de uma alteração por autoridade incompetente. Estou falando incompetente apenas no sentido funcional. Uma autoridade incompetente para um destinatário que não era o correto.

Ou seja, o que caberia – não precisa ser nenhum doutor na matéria – era o chefe do Poder Executivo encaminhar ao chefe do Poder Legislativo a alteração, mas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	13	

subtraiu-se uma série de instâncias, o que causa, ao meu sentir, um vício insanável. Isso traz um comando, que é a mera devolução. Fica aqui a nossa sugestão ao Presidente da Câmara Legislativa: a devolução da proposta por defeito de forma.

Feito isso, eu acho que a discussão falece, não tem mais o que discutir. De toda sorte, utilizando o meu tempo, eu gostaria, depois dessa proposta, Deputado Joe Valle, de falar um pouco sobre a proposta em si. Vejam só, aqui se falou que o governo, por exemplo, deve as pecúnias, e deve mesmo. Não é de hoje que se cobra. Primeiro se cobrou uma espécie de cronograma. Para nascer essa criança do cronograma, foi uma dificuldade enorme. Aí se descobre outra, que o governo não cumpre o que se propõe a fazer nem quando formaliza, o que inviabiliza qualquer tipo de debate.

Eu queria, Sr. Presidente, colocar uma questão muito interessante, que foi colocada há duas semanas nesta Casa. Esse é apenas um exemplo que se traz. Nós temos hoje em Santa Maria, graças aos grupos de WhatsApp, conhecimento de uma pessoa que há muito tempo padece de uma enfermidade que tende a levar à morte. Essa pessoa depende de um remédio a que ela tem direito, e esse remédio custa 26 mil reais. Todos os apelos já foram feitos.

Eu pessoalmente apelei ao Secretário de Saúde, disponibilizei emendas de minha autoria para que ele pudesse utilizar para aquisição desse remédio. Até agora nenhuma providência foi tomada. Na semana seguinte, alguém representando a Secretaria de Saúde esteve neste plenário. Foi feito novamente o apelo, a pessoa sequer respondeu. Aí eu pergunto: qual é a prioridade do governo? É mandar para esta Casa, em forma de submarino, esse tipo de proposta? Isso, mais do que equivocado, é desleal com o Poder Legislativo, que é obrigado a ficar investigando em razão desses maus antecedentes desse governo. É muito ruim trabalharmos nesse clima de desconfiança. Mas é um clima de desconfiança que foi criado pelo próprio Poder Executivo, porque não se pode confiar no que ele fala e muito menos no que ele escreve. Isso é muito ruim.

Nós temos também outro fato que trouxemos ontem para este plenário. Eu adoro a Alcione. É quase minha conterrânea, é lá do Maranhão. Mas ela foi contratada por esse governo, Deputado Chico Leite, por 300 mil reais para cantar durante 90 minutos. Vejam só, é muito difícil entender um governo que deve pecúnias.... Sai a 3 mil, 333 reais e 33 centavos por minuto a voz da Alcione, que é maravilhosa e vale até mais do que isso. Mas o governo não pode priorizar um gasto de 300 mil reais quando mata o cidadão negando, subtraindo dele o direito a um remédio ao qual ele tem direito. Você não pode ter um gasto dessa monta quando você deve as pecúnias aos servidores. Enfim, você não pode utilizar a verba sem estabelecer que a prioridade é a vida das pessoas, até porque, no caso das pecúnias, o crédito tem natureza alimentícia e natureza alimentícia envolve a questão da vida.

Então, Sr. Presidente, a nossa proposta é que V.Exa., em nome da Casa, devolva para o Governador do Distrito Federal – aí V.Exa. estará agindo corretamente ao se dirigir, como chefe de um Poder, ao chefe de outro Poder – a mensagem que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	14	

equivocadamente uma Secretária, talvez se julgando superior a ele, Governador, encaminhou para o Presidente de uma Comissão desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso para discutir.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos os argumentos que foram falados aqui, principalmente daqueles que são contra, são plausíveis do ponto de vista do mérito. Eu particularmente tive o cuidado de ler o ofício que foi encaminhado pela Secretária de Planejamento e eu queria destacar alguns pontos que, na minha avaliação, são pontos importantes.

Está sendo colocado aqui o valor, Deputado Prof. Israel, de 299 milhões para a construção, reforma e manutenção de diversas escolas do Distrito Federal na Secretaria de Educação. Está sendo colocado, por meio de emenda de relator, um remanejamento de mais de 861 milhões da reserva orçamentária para o custeio dos encargos do Fundo Previdenciário. Estão sendo remanejados, Sr. Presidente, mais de 52 milhões de reais para o Fundo Solidário Garantidor, que foi uma proposta elaborada por esta Casa e muito bem capitaneada por V.Exa. junto a todos os órgãos. V.Exa. disse que gostaria de um pouco mais de tempo para discutir com os sindicatos. V.Exa. foi muito honesto ao dizer que gostaria de, pelo menos, mais uma semana à época para votar esse proposta. Então, quero aqui deixar registrado que quase 60 milhões de reais deste recurso estão sendo destinados para o Fundo Garantidor Solidário, que foi o que fez com que toda a Base se sentisse confortável em votar esse projeto.

Uma outra coisa que é importante também, Sr. Presidente, é que, nesse destaque, estão sendo colocados mais de 110 milhões de reais para pagamento de precatórios com base em decisões judiciais. Vale ainda ressaltar – e aqui eu quero deixar bem claro – que, nesse destaque também, de 100 milhões de reais, 70 milhões de reais estão sendo destinados a pagar os contratos da vigilância e 30 milhões de reais, os contratos da limpeza que foram feitos pela Secretaria de Estado e de Planejamento.

Uma coisa que eu acho que também é muito importante, na minha visão, é que estão sendo destinados, com base nesse destaque que nós estamos discutindo, mais de 40 milhões de reais para a saúde, para a compra de medicamentos, que eram recursos que estavam na Fonte 100, no superávit, e agora estão sendo destinados. Há uma outra situação também que acho de extrema importância citarmos: está sendo colocado o valor de 407 milhões de reais para recomposição orçamentária da folha de pagamento e outras despesas, para pagamento dos contratos de manutenção, vigilância e limpeza da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Então, é importante que nós, ao apresentarmos o bojo do processo, apresentemos também aquilo que há de bom.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	15	

Quero aqui citar, Sr. Presidente, que o destaque pode ter lá os seus equívocos, mas tem orçamentos importantes que devem ser aprovados para o bom andamento da máquina pública no ano de 2018. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Delmasso. Só esclareço que não deixarão de ser aprovados esses destaques. Não sendo votados hoje, serão votados em fevereiro. Não vai deixar de ser colocado no governo. Simplesmente será mais discutido e trabalhado de uma forma melhor.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar para discutir.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero me manifestar a respeito dessa emenda que foi encaminhada pelo Poder Executivo. Quero dizer que sou favorável a que se vote hoje, sim, essa emenda, até porque, durante três anos, Deputado Chico Leite, eu venho observando a fala da maioria dos Deputados, ou poucos Deputados, que vivem reclamando ou questionando ou dizendo que tem faltado muita coisa neste governo, que falta investimento na saúde, que falta investimento na educação. Todos nós sabemos que o governo assumiu com déficit, Deputada Luzia de Paula, e a luta que vem sendo feita.

Neste momento em que nós temos um valor a mais, o governo o coloca em algumas áreas específicas, que vão fazer com que a economia do Distrito Federal cresça e se desenvolva, e algumas áreas poderão ser beneficiadas. Vejo, por exemplo, que aqui há a contratação de novos funcionários. Quantas vezes eu vejo aqui Deputados perguntando por que não há nomeação, Deputado Cláudio Abrantes! E agora está sendo colocado aqui para haver nomeações. Em quantas escolas temos andado em que falta investimento? O governo tem colocado aqui 293 milhões para investimento nas escolas! Não entendo por que estamos aqui discutindo se isso vai trazer benefício para a população.

Quanto à área do esporte, aqui tem 8 milhões que vão ser destinados à Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer. Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. estava na inauguração dos centros olímpicos. V.Exa. lutou para que os centros olímpicos fossem inaugurados em Planaltina. V.Exa. esteve lá na inauguração. Esses valores aqui são para que o centro olímpico venha a funcionar! E, no momento em que nós dizemos “não”, estamos dizendo assim: há um perigo então de os centros olímpicos fecharem. Aí, daqui a pouquinho, Deputado Prof. Israel, estaremos aqui falando: por que fecharam os centros olímpicos?

Então, também temos que analisar que muitos recursos, como estão sendo colocados aqui, para a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, para a Secretaria de Mobilidade, para a Casa Civil, para a Secretaria de Saúde, são claramente uma grande oportunidade de realmente vermos Brasília dar a volta por cima.

Deputado Joe Valle, eu quero dizer que o PRB se manifesta favoravelmente a que votemos hoje, que encerremos os trabalhos e que tragamos dignidade à Brasília. Obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	16	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para discutir.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem Partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos últimos tempos, tenho aqui ocupado esta tribuna e, muitas vezes, até recebo pedidos do Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia, que diz: "Volta, Cláudio, para a Base." Nos últimos tempos, tenho ocupado muito esta tribuna para fazer esse debate, essa crítica com o governo. Não tenho a menor vontade de voltar para a Base porque, a cada dia, a gente vê o desastre que tem sido este governo para o Distrito Federal. A prova é que estamos aqui discutindo um recurso que, lá atrás, já discutimos, *data maxima venia*, Deputado Agaciel Maia. Isso tudo é reflexo da discussão lá do Iprev, sim. Não é porque o Iprev é uma lei – inclusive, está sendo questionada na Justiça, Deputado Ricardo Vale; está sendo pedida a inconstitucionalidade na Justiça, por diversos organismos –, que a gente pode entender que o que foi feito é correto.

Aqui, desta tribuna, em diversos momentos, Deputado Joe Valle, eu falei que a finalidade principal do Iprev não era equilibrar contas, não. Está comprovado aí que o Iprev queria... Esses recursos que eram reservados para a aposentadoria dos servidores estão servindo para que agora? Para ações eleitoreiras. O próprio pedido que foi narrado aqui, por diversos Deputados, comprova ação eleitoreira.

O Governador Rodrigo Rollemberg vai à TV, no programa do PSB, dizer que fez quarenta escolas no Distrito Federal, no governo dele. Isso é um achaque contra a sociedade. Talvez, caro Deputado Delmasso – V.Exa., que leu muito bem o ofício –, esses 290 milhões para escolas sejam para cumprir o que ele está dizendo antecipadamente na TV, porque não fez.

Então, é um governo que tem se notabilizado por dizer uma coisa e fazer outra. Fala-se em respeito à Câmara, e eu fico abismado porque agora temos uma mudança drástica dessa nossa... Nós não estamos falando de 20 milhões, de 10 milhões, não. Nós estamos falando de 1,3 bilhões. Faz-se uma mudança desse porte sem debate, sem conversa, sem nenhum tipo de explanação correta, e se traz para a Câmara via ofício. E questões que são abordadas aqui de maneira muito firme, desta tribuna, por esta Casa, não são debatidas.

Agora há pouco, tivemos que aprovar modificações na LDO para melhorar a contratação de agentes penitenciários, para melhorar a contratação na Secria. Cadê a questão das nomeações dos técnicos em Radiologia, das pecúnias? Tudo isso parece que não importa para o governo. O que importa, sim, Deputado Chico Vigilante, é um programa eleitoreiro, de pegar recursos que estavam destinados – nós falamos isso da tribuna... O Iprev tinha uma motivação muito mais eleitoreira do que, efetivamente, de equilíbrio de contas. Como é que se diz que este governo trabalha na austeridade do serviço público?

Meu colega de bloco, Deputado Prof. Reginaldo Veras, trouxe recentemente aqui o tanto de recursos que o governo perde de transferências da União. Dinheiro é

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	17	

perdido no campo educacional, no campo da saúde, no campo da segurança pública. As leis não são cumpridas. Nós temos leis de reajustes de servidores que não são cumpridas. Nós temos categorias inteiras debatendo, lutando por reajustes justos, como o SLU e a Polícia Civil do Distrito Federal. Aí, temos que votar a toque de caixa, de uma maneira totalmente equivocada, uma mudança, por ofício, de 1,3 bilhões, chegada da maneira como chegou.

Volto a dizer: daqui a pouco vamos inaugurar a forma de emenda via zap-zap, porque é isso que o governo quer, é dessa maneira que ele está tratando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que eu tenho percebido é que, com todo o respeito à Oposição, nesta Casa... Na verdade, não sei se é tão Oposição assim, certo? Mas tenho uma preocupação já com 2018. Vamos fazer com que tudo o que aconteceu em 2017 fique em 2017. Dois mil e dezoito é outra história, é outra situação.

Então, sou a favor de votarmos esse aditivo, essa emenda agora, hoje, neste momento, porque não faz sentido ficarmos aqui até esta hora da noite e não votarmos essa emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Vamos fazer isso agora, Deputado Lira. Vamos votar agora, então.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos em bloco as emendas destacadas, com exceção da Emenda nº 689. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, podemos já votar essa emenda que estamos discutindo?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Emenda nº 689 primeiro; depois, as outras em bloco.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos a Emenda nº 689 e depois as outras em bloco.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisamos de informação a respeito das emendas que V.Exa. está colocando para serem votadas em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Passaremos à leitura das emendas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	18	

Vamos votar a Emenda nº 689 e depois as outras, em bloco.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer a verdade a este Plenário, para depois, em decorrência de qualquer processo de votação... Primeiro, está se vendendo a ilusão de que se pode rejeitar a parte do aditamento feito e de que o Orçamento vai valer. Não vai, Excelência. O orçamento cai.

Outra: se nós não aprovarmos o Orçamento, o governo tem direito de usar um doze avos da proposta orçamentária que ele mandou. E o que vai acontecer? Todas as demandas, inclusive do Pásus, das contratações... Todas as demandas que nós estamos atendendo aqui vão procurar o governo, que vai dizer que não pode fazer porque a culpa é dos Deputados.

Então, está se vendendo uma falsa ilusão de que, rejeitando-se isso, vai se prejudicar o governo. Pelo contrário, vai prejudicar os Deputados. Nós, Deputados, é que vamos levar a fama de que não votamos o orçamento e, portanto, o governo não poderá atender às demandas, principalmente de todas as categorias que estão aí.

A verdade precisa ser dita, para que os Deputados que vão se posicionar entendam que votar contra isso não vai afetar em nada o governo. Já teve orçamento da União que foi votado e sancionado em maio e o governo não estava nem aí porque tem direito a um doze avos do que ele mandou.

Então, essa verdade precisa ser dita. Nós, Deputados, se não atendermos, se não votarmos, vamos prejudicar a todos, inclusive os compromissos que todos os Deputados assumiram aqui. Porque, quando bater no Executivo, ele vai dizer que a culpa é dos Deputados, que não votaram o orçamento. Essa verdade precisa ser dita hoje, para que, se isso vier a acontecer, amanhã ninguém bote a culpa em ninguém.

Era isso o que eu queria esclarecer ao Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu só quero fazer um esclarecimento, com todo o meu respeito ao Líder de Governo.

Nós fizemos uma reunião de emergência, porque esse projeto chegou de urgência dois dias antes de trabalharmos. Pouco tempo, então, antes de hoje. Reuni todos os assessores da Casa e foi unanimidade entre eles a dúvida, a forma errada como se encaminhou esse processo aqui. Chamei todos para uma reunião e isso foi, realmente, feito com unanimidade.

Nós estamos falando de 1 bilhão e 300 em um orçamento de 36 bilhões. Na realidade, o que estamos dizendo aqui é que houve um erro, um grave erro do governo, que se acostumou a mandar as coisas para esta Casa com correria, sem discussão, sem debate. E agora não é mais assim. Os Deputados têm que se valorizar minimamente, porque a gente...

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	19		

Vou dar o exemplo da emenda que o Deputado Wasny de Roure fez ontem ao projeto do IPTU. Quanto economizou para os cidadãos desta cidade? E se tivesse votado na correria? E se tivesse votado sem aprofundamento? Nós saímos de 3% no IPTU, três e pouco, para 1.9. Isso é responsabilidade! Isso é trabalho! Isso é se preocupar com a coisa pública! Então, nesse sentido, eu queria colocar que fiz o destaque desse processo, o destaque foi do Presidente desta Casa, para que pudéssemos pensar melhor, ajudar o governo na colocação desses processos todos aqui.

Em fevereiro agora nós começamos a votação por crédito. Não tem nenhuma... Não prejudica em absolutamente nada o governo, porque ele trouxe isso para cá atabalhoadamente. Nem ele sabe direito o que vai fazer com esse dinheiro!

Então, na realidade, o que nós estamos querendo é preservar a seriedade desta Casa. Preservar o que nós fazemos e podemos fazer, ajudar naquilo que ajudamos, autonomia. É isso que está sendo colocado para votar aqui agora.

Eu gostaria muito de pedir aos senhores para colocar a próxima aqui para a gente poder votar. Vou ler as emendas para que a gente possa esclarecer de uma vez por todas a todos os Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma questão. Eu sou vigilante e o Deputado Agaciel Maia é economista. Mas agora vou dar uma lição de economista aqui. O orçamento é de 36 bilhões. Nós estamos falando da não alteração de 1 bilhão e 300 milhões, portanto, o Orçamento vai ser aprovado em 35 bilhões e essa suplementação será feita em fevereiro. É isso!

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui parabenizá-lo pelo discurso, mas apenas retifico que o IPTU ontem diminuiu de 3 para 1, tendo em vista uma emenda do Deputado Wasny de Roure aprovada pela base do governo. O Líder do governo já tinha uma emenda e, em deferência ao Deputado Wasny de Roure, nós optamos por votar a emenda dele. Agora não é justo aqui computar o crédito só ao Deputado Wasny de Roure. A base do governo, inclusive a minha, votou pela redução do IPTU. Para ficar claro que foi a Câmara Legislativa que aprovou. Não foi o Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Claro. Claro, Deputado Cristiano Araújo, claro. Claro, foi a Câmara Legislativa.

Eu quis dizer o seguinte: eu dei o exemplo do que a Câmara Legislativa pode melhorar, se a gente tiver tempo para ver. Foi isso. A Câmara Legislativa como um todo, Deputado Cristiano Araújo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	20	

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Entendi. É que hoje foi feita uma celeuma nas redes sociais dizendo que o responsável por essa diminuição foi só o Deputado, e na verdade foi a Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. V.Exa. tem toda razão, Deputado Cristiano Araújo.

Eu gostaria de fazer a leitura da Emenda nº 689 para que pudéssemos fazer a votação.

“Emenda nº 689:

Ao Projeto de Lei nº 1.744, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa no Distrito Federal para o exercício financeiro de 2018.

Aditem-se à despesa e à receita as seguintes programações de trabalho, em anexo, provenientes de solicitação de alteração do Poder Executivo, conforme Ofícios SEI-GDF nº 1846/2017 – SEPLAG/GAB, de 5 de dezembro de 2017, 1892/2017-SEPLAG/GAB, de 11 de dezembro, e Ofícios nºs 475 e 476.”

Em discussão a emenda destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a emenda; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A manifestação do nosso bloco é de maneira que cada Parlamentar fique à vontade com seu fundamento. Pode se manifestar como desejar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Perfeito.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não ouvi direito. Eu queria que V.Exa. orientasse...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – “Sim” é para preservar a emenda. É para a 689, é a recomendação do governo. “Não” é para rejeitar a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Então quero orientar os nobres Deputados para votarem “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	12	2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	
				21	

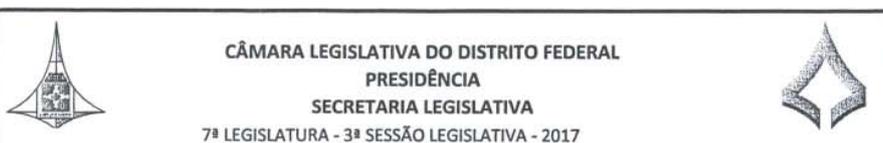
DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero orientar o nosso bloco para que vote "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI Nº 1.744/2017 DATA: 13/12/2017
VOTAÇÃO DA EMENDA Nº 689 , DESTACADA

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1				x
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE *	PDT		1				
RESULTADO			10	10	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO EMENDA REJEITADA	
10	VOTOS SIM
10	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____

Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	22

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 10 votos favoráveis, 10 votos contrários. Houve 4 ausências.

O resultado foi empate. Pelo voto de minerva do Presidente, pelo desempate, o voto é "não".

A emenda foi derrubada.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para declaração de voto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma declaração de voto.

Primeiro, desde o meu primeiro dia de mandato no atual governo, sempre me declarei independente, mas com uma responsabilidade muito grande. Nunca fui contrário ao governo, muito pelo contrário, ajudei muito, até gente que está na base do governo; mas creio que, apesar de não ser a minha área, minha área é mais jurídica do que orçamentária, na forma como foi feita pelo governo, eu acho que faltou rito, Presidente Deputado Joe Valle. Um encaminhamento de um ofício, acho que, no mínimo, se houvesse respeito, esse ofício iria para a Presidência da Casa, e não para a Presidência de uma comissão, sem querer desmerecer o nobre Parlamentar Deputado Agaciel Maia, que é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e Líder do governo.

O que eu digo aqui é que faltou rito. Erro de digitação de uma emenda de 10 milhões! Acho que não tem menino aqui, até porque os 10 milhões foram passados para outra rubrica, que foi a questão do Na Hora. E a gente não ter... Chegar um documento por ofício, Deputado Joe Valle, e não discutirmos um orçamento... Creio que podemos transformar a Câmara Legislativa num tabelionato. Eu acho que, se brincar, viráramos tabeliões substitutos ainda por cima. E não fui eleito... Repito, não sou contra o governo, declaro-me independente, mas sempre com muita responsabilidade, tanto que votei o Iprev e até o Hospital de Base.

Agora, Deputado Joe Valle, a questão orçamentária vamos votar em fevereiro, vamos votar isso aqui e qual vai ser o nosso papel na Câmara em 2018? A gente vai só legislar? E a questão do orçamento a gente não vai discutir? Pouco importa. As nossas emendas, por causa de um mês, a gente vai conseguir fazer alguma coisa?

Só para encerrar. O governo fez um decreto, com o qual não concordei, mandei para a Secretaria de Planejamento, um decreto em que todas as emendas parlamentares e o recurso do governo... Quem não apresentar nota já da execução da emenda perde o dinheiro! Tenho um exemplo, Deputado Wellington Luiz, eu coloquei 500 mil reais para um campo oficial sintético lá no Engenho das Lajes, que não tem nada e passou a poder agora. Foram empenhados 310 mil reais e não tem como, porque a empresa não vai conseguir, Deputado Joe Valle, fazer a nota fiscal. Sabe o que vai acontecer? O governo falou: "Não, os Deputados que se virem e peguem as emendas de 2018".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	23	

E concluindo, a forma de finalizar, Deputado Joe Valle, é que, se o governo quer fazer essas alterações, que mande os créditos, a gente os discute e aprova. Achei um desrespeito ao Poder Legislativo. Eu, como Parlamentar, vou defender a instituição e voto com consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu acho muito feio o governo perder e ir embora. Foi jogado o jogo democrático. Não escondemos o jogo de ninguém, Deputada Celina Leão e Deputado Wellington Luiz. Nós falamos qual era o nosso voto, nós dissemos que o Presidente Joe Valle iria destacar e que iríamos votar a favor, mas aí perde e vai embora. Quero dizer, que se eles quiserem voltar amanhã para votarmos, nós voltamos, mas essa emenda morreu, ela não existe mais, essa emenda está sepultada embaixo de sete palmos de terra.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, isso aqui está parecendo uma partida de futebol, quando o time perdedor pega a bola e vai embora com raiva, é estranho isso. Eu já perdi tantas vezes, porque faz dois mandatos que eu não consigo ser Base de governo nenhum, eu só sou Oposição. Eu acho que sou muito firme nas minhas convicções, naquilo em que acredito, e acho que sou eleita por isso.

É muito importante informar vocês do que está acontecendo aqui. Não tem nada a ver com a nomeação de servidor, porque esta é uma emenda específica que, inclusive, foi destacada sozinha. Colocar servidor contra não tem nada a ver. Esse dinheiro não existia no Orçamento. Ele pegou o dinheiro do Iprev para pagar os servidores, e esse dinheiro é uma sobra. Agora, seria isso verdadeiro se, dentro dessa expectativa de 1 bilhão e 300 mil, houvesse a nomeação dos radiologistas, dos Agentes Penitenciários e não há. Isso está em outra parte do Orçamento. É importante a gente estabelecer a verdade.

Havia uma grande política que eu admiro muito, Deputado Joe Valle, que falava que existia – cumprimento o pessoal da SECRIA – Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal que está aqui – três verdades, Deputado Ricardo Vale: a minha, a sua e a verdade. Eu quero parabenizar, Sr. Presidente, V.Exa. pela sua postura, porque é Presidente de um Poder que não pode ser esculachado do jeito que está sendo: receber uma emenda ao Orçamento por ofício, quando deveria ser, no mínimo, um projeto de lei. Eu acho que o argumento de que se errou outra vez na técnica legislativa... Tem de continuar errando? Presidente, eu o parabenizo pelo destaque que fez e pelo desempate, que partiu também de V.Exa,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	24	

como também os colegas, porque tivemos Deputados da Base que votaram também. Não importa se é Base ou Oposição, a pessoa tem de ter consciência.

Falar que não vai votar o Orçamento é até criancice. O que está acontecendo aqui é como se tivessem perdido e não aceitassem uma questão democrática. Não vai faltar dinheiro no Orçamento. Ano que vem nós poderemos discutir isso, essa emenda pode vir para cá novamente, e iremos discutir com a cidade, ver o que ela realmente quer, o que os servidores públicos realmente querem.

Para se ter noção, Presidente, foi tão grave o que o governo fez que realizamos uma reunião e, às 9h da manhã, ele ficou de nos detalhar no Orçamento para nos mostrar onde estava devidamente. O meu gabinete não recebeu o detalhamento disso até agora. Ou seja, nem de que forma vai gastar o dinheiro ele conseguiu nos esclarecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, algumas coisas, como foi dito aqui pela Deputada Celina Leão, têm de ser esclarecidas. Primeiro, deixar bem claro que quem manda aqui não é o Líder de Governo, não é o Deputado Agaciel Maia que fica apontando o dedo e ameaçando os servidores, como se eles fossem prejudicados. É bom que se saiba disso.

Esta Casa aqui não é do Governo Rollemberg e nem dos seus subordinados. É bom que isso fique claro. Já foi dito aqui que esse 1 bilhão jamais seria usado com os trabalhadores, era para ser usado em casamentos, em farra, em festa de Alcione, em qualquer outra coisa, menos com os trabalhadores. Por isso, nós, Deputados da Oposição, não admitimos que se votasse essa emenda. Por isso, nós fizemos com que ela fosse votada no ano que vem, para que se discuta e para que esse dinheiro volte para vocês. Esse dinheiro pertence aos trabalhadores, não ao governo.

Os Deputados que aqui se acovardaram e saíram vão ter de voltar. Se não voltarem hoje, Deputado, voltarão amanhã ou depois de amanhã. Eu não vou viajar, estarei aqui à disposição para votar o Orçamento na hora em que V.Exa. nos convocar, e vou saber fazer a mesma coisa que eles fizeram. Se o jogo é esse, é este o jogo que eles irão jogar aqui, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para declaração de voto.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Câmara ainda tem a capacidade de nos surpreender. Primeiro, eu quero salientar, e é surpreendente a coragem de muitos Deputados, mesmo quando votam a favor da Base, é surpreendente a coragem de dizer em alto e bom som para o Governador que não pode fazer acordo do jeito que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	12	2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	
				25	

ele quer sempre. Não pode ser tratorado, não pode ser enfiado goela abaixo. Tem que se respeitar a Casa, o rito. Então, é importante essa demonstração que foi dada.

Se vemos essa surpresa por esse lado, caro Deputado Wellington Luiz, também vemos a surpresa negativa dessa postura. Olha, eu aqui geralmente só perco. A minha vida é perder aqui. Agora é constante a minha presença ali. Eu venho, perco e continuo dando *quorum*. Então, eu quero fazer um apelo aos Deputados para que voltem ao plenário. Perder é do jogo democrático. A pessoa que não sabe perder aqui, como vai saber perder na vida ou ter outro tipo de atitude? É um absurdo. Sai disso.

Quero dizer uma coisa. Quem está impedindo a votação do Orçamento não são os Deputados que votaram contra a emenda. Quem está impedindo a votação, como foi dito aqui: "Oh, agora vocês falem com esses que votaram contra", não somos nós, Deputado Rafael Prudente. Nós estamos aqui para votar o Orçamento. Nós estamos aqui, permaneceremos e viremos no dia que for necessário.

Agora, não estou conseguindo entender, Deputado Chico Vigilante. O que se pensa? Que nós vamos embora e depois voltarão? Não! Voltem, Deputados, amigos, pares. É importante que a gente faça isso.

E, para vocês, quem está impedindo a votação do Orçamento hoje não são os Deputados da Oposição. Os Deputados da Oposição estão aqui para votar o Orçamento e beneficiar vocês. Os Deputados da Oposição estão aqui para ajudar a Secria, o Sindprev, os radiologistas, quem quer que seja, para ajudar as pecúnias. Então, não passem para nós que ficamos aqui – e, no jogo democrático, nesta ocasião, vencemos – a responsabilidade de não querer votar o Orçamento. Ele pode ser votado, sim. Nós da Oposição estamos aqui desde que o governo libere a sua Base para vir votar o Orçamento. A verdade é essa. Como foi dito aqui, a verdade aparecerá. E apareceu. É essa a verdade. O Orçamento não é votado neste momento porque a Base do Governo não está no plenário.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer alguns esclarecimentos. Nesses momentos de rupturas, divergências e polarização, que têm sido a marca desse Poder Legislativo, muita coisa se fala no momento ali da dor da derrota – o que não deveria ser dor, porque a democracia é muito bonita. E perder no voto é sempre muito bom. Hoje nós vencemos no voto. E aí não se pode trabalhar com inverdades.

O nosso parceiro, nosso colega de trabalho fez um gesto ali digamos pouco civilizado para a plateia estabelecendo uma relação que não é verídica. Aquilo que foi acordado com vocês – se eu estiver equivocado, quero, por favor, ser corrigido pelo membro da CEOF, Deputado Rafael Prudente – pessoal do PASUS – Parcela Autônoma de Integração ao Serviço Único de Saúde do DF, há uma previsão no Orçamento do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	26		

pleito de vocês, mas em outra parte do Orçamento. Não tem nada a ver com essa emenda. E, uma vez sendo aprovado o Orçamento, estará lá a previsão. Como eu disse, a luta será depois para concretizar isso.

Então, é importante que a gente trabalhe com a verdade para não jogar determinados grupos contra determinados Parlamentares. Todo mundo sabe a minha franqueza aqui. O Deputado Wellington Luiz sabe muito bem que, apesar da ótima relação que nós temos, via de regra, a gente vota diferente. Hoje estávamos do mesmo lado.

Então, é sempre bom trabalhar com a verdade. Peço inclusive que o Deputado Rafael Prudente complemente caso eu esteja equivocado na minha análise.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Prof. Reginaldo Veras é mais educado, mais refinado que eu. Quando ele fala de gesto refinado, o que o Deputado fez aqui foi: se voltou para as categorias e disse que as categorias estavam fodidas com esse gesto. Isso não é um gesto que se faz para trabalhadores! Vamos ver quem é que está fodido! Quem está fodido é este governo, que não respeita os trabalhadores. Nós não podemos admitir isso, não! Esse negócio de querer vir aqui ameaçar trabalhadores, de querer ameaçar Deputados, aqui, não funciona, não!

Deputado, vou dizer uma coisa a V.Exa. Eu passei 28 anos na segurança pública. Nunca tive medo de bandido armado, Deputado. Vou ter medo de ameaça de Deputado?! É claro que não vou ter! Não tenho e não vou admitir que as pessoas que vêm a este plenário saiam daqui constrangidas ou ameaçadas. Nós não vamos aceitar.

Todo mundo sabe, Sr. Presidente...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Para concluir, todo mundo sabe do carinho e do respeito que eu tenho pelo Deputado Agaciel Maia, mas não se pode admitir que, nesta Casa, se faça a mesma coisa que se faz do outro lado da rua, onde não se tem respeito nenhum pelo trabalhador. E quando se defende o trabalhador, esses saem daqui ameaçados. Então, nós vamos ver quem é que está fodido nesta Casa a partir de agora.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só um minuto. Nós não temos *quorum* na Casa para fazer a votação.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	27	

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, só desejo fazer um esclarecimento, até mesmo porque eu sou o único membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que votou contrariamente aqui em plenário e também no dia da votação na Comissão. Isso aconteceu por questões técnicas porque, regimentalmente, esse crédito de mais de 1 bilhão de reais não poderia ter sido inserido no Orçamento da forma como foi feito. O art. 120 e o 121 do Regimento Interno tratam disso. Isso só poderia ter sido feito através de mensagem ou decreto, e foi feito por emenda de Deputado. Então, o meu voto aqui e o meu voto na Comissão que trata do Orçamento foram estritamente técnicos.

Para tranquilizar a galeria, desse 1 bilhão e 300, só estavam previstos 123 milhões, para o ano todo, para chamar novos concursados. É preciso dizer também que esse Orçamento não cai por aqui. Esse Orçamento vai ser debatido, votado, e nós vamos preservar isso. Queria deixar a galeria tranquila em relação a isso.

O pessoal do PASUS – Parcela Autônoma de Integração ao Sistema Único de Saúde já está previsto na Lei Orçamentária original. Eles não precisam desse crédito de 1 bilhão para estarem contemplados, bem como as demais categorias também. Então, é bom deixar isso claro.

É bom deixar claro também que, na área da saúde, há um acréscimo na Lei Orçamentária, de 2017 para 2018, de mais de 500 milhões de reais. Na área da educação, há um acréscimo bem significativo também. Então, isso não prejudica, de forma e maneira nenhuma, qualquer categoria que esteja aqui presente ou não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que a base do governo desertou, eu peço para V.Exa. convocar sessão ordinária para amanhã, às 15h, para que a gente possa votar o Orçamento.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu não entendi, Deputado Chico Vigilante.

Só um minuto de silêncio, gente, por favor.

Deputado Chico Vigilante, qual o pedido?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, é seguinte: tendo em vista que a base do governo desertou e não quis completar a votação do Orçamento, eu

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	28	

peço a V.Exa. que convoque sessão ordinária para amanhã, às 15h, para que a gente vote o Orçamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A sessão já está marcada, Deputado Chico Vigilante. Nós só encerramos dia 15, então ela já está marcada.

Nós conseguimos, hoje, acabar essa sessão às 20h. Acho que conseguimos manter, no primeiro e no segundo semestres, a última sessão com horários extremamente compatíveis com todas as pessoas. Vamos voltar à votação amanhã.

Fazemos um apelo aos nossos colegas Deputados que saíram do plenário. A gente entende todo o processo. Esse é o processo democrático. É assim que se trabalha. Claro que todos os Deputados aqui têm um valor enorme, e quanto mais valor os Deputados têm, mais esta Câmara é respeitada.

Então, nesse sentido, a gente fica muito feliz de ter cumprido todo o processo, o rito, e de ter corrigido, a partir de uma votação justa, esse processo errado que foi feito na Câmara. O governo precisa entender isso. Nós estamos aqui para ajudar, para compor, para colaborar, para ajudar esta cidade. Nós não podemos continuar naquele ritmo que existia, em que os projetos passavam aqui só para serem carimbados. Os projetos aqui estão sendo trabalhados, emendados e estão tendo a colaboração de todos os assessores, de uma *expertise* que temos dentro da Casa para que possamos melhorar.

Estamos completamente abertos – todas as reuniões necessárias, todos os processos necessários. Realmente vamos trabalhar para que amanhã consigamos. Vão ficar faltando o destaque das emendas, as cinco emendas em bloco e a LOA em segundo turno. Então, na pauta da sessão ordinária, temos a LOA em segundo turno. Está certo? Vamos ver se aparece mais alguma surpresa para nós aqui. E aí encerramos.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria, antes de encerrar, pedir a inclusão em pauta, a pedido do diretor financeiro, o Brown, da Terracap, do Projeto de Lei nº 1.874, de 2017. Ele já está pronto e é importante para a Terracap em termos de saneamento de contas. Eu peço a inclusão, em pauta, do Projeto de Lei nº 1.874, de 2017, do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Robério Negreiros. Eu vou acatar, mas a gente precisa fazer só uma consulta aos Líderes.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. já até divulgou, mas a galeria está pedindo que se reinforme. Amanhã, a sessão está marcada para as 15h. A participação de vocês aqui é

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13 12 2017	14h10min	38ª Sessão Extraordinária	29	

fundamental porque amanhã nós vamos votar a LOA. Esse destaque já foi reprovado e amanhã nós vamos votar a LOA, em que os pleitos serão contemplados. Então, amanhã, às 15h aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Presidente, só quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. E que, amanhã, de fato, não aceitemos nenhum Kinder Ovo – sem surpresinha. Vamos votar exclusivamente a LOA em segundo turno e as emendas destacadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, eu só quero deixar o registro de que, quando nós perdemos no Iprev – a Oposição perdeu –, nós ficamos aqui até o final.

É muito feio. Falta democracia. As pessoas precisam entender. É muito feio para a população que estava aqui esperando que a gente votasse. Só quero deixar o meu registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputada Celina Leão. Não havendo mais nada a tratar, por falta de *quorum*, nós encerraremos a presente sessão. Agradecemos a todos os Deputados e chamamos todos para participarem amanhã a partir das 15h.

Gostaria que acendessem as luzes dos gabinetes. A gente está numa economia enorme. Temos números muito bons. Gostaria que acendessem as luzes porque a gente vai voltar para os gabinetes. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h38min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 116ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Joe Valle, Celina Leão, Raimundo Ribeiro e Wellington Luiz

SECRETARIA: Deputados Rafael Prudente e Wellington Luiz

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 5 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 5 minutos

Obs.: A lista de presença segue em anexo.

L I D O
Em. 19, 12, 17

Secretaria Legislativa

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATA

- Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 114ª e 115ª Sessões Ordinárias e das 36ª, 37ª e 38ª Sessões Extraordinárias.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2017**, de autoria do Deputado Julio Cesar.
- **Indicação nº 12.842, de 2017**, de autoria do Deputado Juarezão.
- **Requerimento nº 3.223, de 2017**, de autoria do Deputado Julio Cesar.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

ATA SUCINTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017
Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: J. B. Ribeiro (SF/A/Tof)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

2 PEQUENO EXPEDIENTE**2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES****DEPUTADO WELLINGTON LUIZ**, líder do Bloco Trabalho por Brasília

- Saúda os trabalhadores presentes na galeria, e pede desculpas pela forma desrespeitosa como a sessão foi encerrada ontem.
- Esclarece os motivos que levaram alguns parlamentares a rejeitar a emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA de 2018 que remanejava recursos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev.
- Clama aos colegas que compareçam ao plenário para concluírem as votações e aprovarem o Orçamento do próximo exercício a fim de evitarem prejuízos à população.

DEPUTADO AGACIEL MAIA, líder do Governo

- Rebate as declarações de alguns colegas sobre o que teria ocorrido na sessão ordinária de ontem, durante as votações do PLOA, e rechaça as acusações de que teria ofendido os trabalhadores que se encontravam na galeria.
- Alerta que a emenda de sua autoria que foi rejeitada ontem por seus pares garantiria a equidade no pagamento da Parcela Autônoma de Integração ao Serviço Único de Saúde do DF – PASUS-DF aos servidores da saúde, a qual, agora, dependerá de apresentação de nova emenda, assinada por, no mínimo, treze deputados, ou da aprovação de crédito no início de 2018.
- Justifica os remanejamentos propostos pelo Executivo na peça orçamentária.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, vice-líder do PT

- Anuncia que o GDF enviou para esta Casa um ofício remanejando verbas da peça orçamentária sem tempo hábil para estudos e debates, deixando em dúvida a destinação desses recursos.
- Lamenta que Governo não tenha contemplado na emenda ao orçamento reivindicações das categorias presentes.
- Critica o Governo por impedir que a base aliada vote o segundo turno da LDO, e enaltece o trabalho realizado pelo Presidente da Casa.
- Qualifica como inaceitáveis as informações proferidas pelo Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia, na sessão de ontem.
- Conclama os Pares ao Plenário para que seja concluída a votação orçamentária.

ATA SUCINTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____

Supervisora: _____

Chefe do Setor: J. S. B. S. G. M. (SF/A/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES, em nome do Bloco Sustentabilidade e Trabalho

– Ressalta a necessidade de preservação dos ritos do processo legislativo, e critica o Executivo por tentar burlá-los.

– Desmente as declarações de que, por rejeitar a emenda, esta Casa teria mutilado o orçamento de 2018, e acusa o Governo de tentar travar a votação do PLOA por vaidade, o que poderá gerar prejuízos à população e impor restrições a ele próprio.

– Esclarece que a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF estabelece critérios e prazos para apresentação de emendas ao orçamento e que ela classifica como crime de responsabilidade do Governador atentar contra a lei orçamentária.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA CELINA LEÃO – PPS

– Apresenta uma proposta à Presidência da Casa para a votação do segundo turno da LDO.

– Destaca a importância das regras de execução orçamentária e critica o Governador Rollemberg por imputar à CLDF a responsabilidade pelo fato de a LoA não ser votada no dia de hoje.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – PSDB

– Apresenta seu ponto de vista sobre a votação de ontem, e atribui o ocorrido à falta de articulação política entre o Executivo e este parlamento.

– Rechaça as acusações do Deputado Agaciel Maia de que teria traído o Governo ao votar contra a emenda que remanejava recursos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev.

– Exige respeito ao poder legislativo.

DEPUTADO JOE VALLE – PDT

– Faz um apelo aos Parlamentares para que se dirijam ao Plenário para darem início à votação do orçamento.

– Discorre acerca dos resultados das audiências públicas e da importância da participação da população na construção do orçamento que será destinado às demandas e prioridades da cidade.

– Tece comentários sobre a importância da PELO nº 41/2012, que tem como objetivo principal o processo de fortalecimento da cidadania da pessoa idosa, e critica o GDF por lançar notícias inverídicas sobre o referido projeto na imprensa.

– Chama a atenção do Chefe do Poder Executivo pela forma desrespeitosa com que vem atuando com o Poder Legislativo.

ATA SUCINTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____

Supervisora: _____

Chefe do Setor: JBSB (SF/A/Tof)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

4

3 ORDEM DO DIA

Obs.: A ementa da proposição foi reproduzida conforme consta da Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa.

(1º) **ITEM 65:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.744, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2018".

– Votação, em bloco, das emendas nºs 399, 486, 673, 674 e 675, destacadas. **NÃO HOUVE QUORUM PARA VOTAÇÃO.**

4 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Convoca os deputados para sessão ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 19 de dezembro, às 15 horas.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: JUBERTIGNO (SF/A/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA

ATA SUCINTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: JUBSPignol (SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



6



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Artur Alexandre Gabriel
Diretor Legislativo
Mat. 19.711

LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 116ª Data: 14 de dezembro de 2017

Início: 15 horas 05 minutos Encerramento: 18 horas 05 minutos

DEPUTADOS - LEGENDAS	DEPUTADOS - LEGENDAS
AGACEL MAIA - PR	LIRA - PHS
BISPO RENATO ANDRADE - PR	LUZIA DE PAULA - PSB
CELINA LEÃO - PPS	PROF. ISRAEL - PV
CHICO LEITE - REDE	PROF. REGINALDO VERAS - PDT
CHICO VIGILANTE - PT	RAFAEL PRUDENTE - PMDB
CLÁUDIO ABRANTES	RAIMUNDO RIBEIRO - PPS
CRISTIANO ARAÚJO - PSD	RICARDO VALE - PT
DELMASSO - PODEMOS	ROBÉRIO NEGREIROS - PSDB
JOE VALLE - PDT	SANDRA FARAJ - SD
JUAREZÃO - PSB	TELMA RUFINO - PROS
JÚLIO CÉSAR - PRB	WASNY-DE ROURE - PT
LILIANE ROZIZ - PTB	WELLINGTON LUIZ - PMDB
JOSÉ CLAUDIONOR DE ALCANTARA Matrícula nº 19.408 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário	MANDER ALVARO DA COSTA Matr. 15.030 Secretário da Secretaria Legislativa

ATA SUCINTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: *JOSÉ BRIGNOL* (SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



7

ANEXO II

EXPEDIENTE LIDO NA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA SUCINTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: J. S. B. S. M. (SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO I PDL 341 /2017
(Autor Deputado Julio Cesar)

RECEB. 000008 <
L I D O
14/12/17
Secretaria Legislativa

Concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Rodrigo Pereira de Paula.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Rodrigo Pereira de Paula.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo, conceder o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Rodrigo Pereira de Paula.

Nascido em Brasília, 38 anos, casado com a professora Karina Barbosa de Jesus da Silva, filho de Geraldo Pereira de Paula e Delvacina de Paula, ambos servidores públicos.

Rodrigo de Paula viveu sua juventude no Guará, cursou o ensino infantil e fundamental em escola pública. Em 1993, foi classificado em 1º lugar na prova de seleção da Escola Normal de Brasília (ENB) em magistério, se formando em 1996 e mais tarde se formando em história. No mesmo ano de 1993, inicia a sua trajetória política no movimento estudantil. Organiza uma chapa para concorrer à direção do Grêmio Honestino Guimarães, da Escola Normal de Brasília e é eleito seu presidente.

Na presidência do Grêmio defendeu:

- . Melhorias para os alunos das ENBs do DF;
- . Lutou pela instituição da "Bolsa Normalista", para que os estudantes custeassem seus estudos em tempo integral;
- . Ajuda alimentação para estudantes carentes.

Em 1994, Rodrigo sentindo a necessidade de unir secundaristas na luta pelas suas reivindicações, articula junto a outras entidades a fundação da União dos Estudantes Secundaristas de Brasília (UESB). Eleito o primeiro presidente da entidade

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8102
www.cl.df.gov.br

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/12/2017 11:07

Rodrigo Pereira de Paula

A

R. D. - [Handwritten signature]

[Handwritten mark]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR



que teve papel importante nas lutas dos secundaristas, participando mais tarde da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Na direção da UESB liderou as lutas:

- .Organização dos grêmios livres do DF;
- .Passe livre nos transportes para os estudantes;
- .Projeto da meia entrada nos cinemas e teatros;
- .Moradia para os filhos de Brasília, entre outras lutas.

Diplomado em 1996, inicia a sua carreira pedagógica como professor de educação infantil no colégio canarinho e em outras instituições de ensino.

Com a vitória da Frente Popular liderada por Cristovam Buarque nas eleições de 1995, é convidado a fazer parte do governo e assume um cargo no Procon-DF. No órgão de defesa do consumidor exerce papel fundamental na articulação de cursos para as donas de casa, o Procon-Mirim e diversos projetos de interesse para a população de Brasília.

Em 2000, ingressa no movimento sindical. Participa da chapa vitoriosa e é eleito para a diretoria do Sinpro-DF. No sindicato teve uma atuação marcante nas lutas dos professores, principalmente no movimento em defesa da gestão democrática nas escolas.

Preocupado com a rede particular de ensino, iniciou dentro do Sinpro-DF a discussão sobre o desmembramento do sindicato com o objetivo de criar uma entidade voltada especificamente para o setor privado de ensino. Depois de intensa discussão política nasce o Sinproep-DF apesar disso, com compromisso de defender a escola pública gratuita e de qualidade.

Eleito presidente do Sinproep-DF, inicia um esforço de organização dos professores da rede particular. Em três anos de existência o sindicato é uma referência no movimento sindical de Brasília. Hoje já são cerca de 8 mil associados. Conquistou sua sede própria e hoje acumula um patrimônio de mais de dois milhões de reais.

A frente do sindicato tem buscado ampliar os direitos da categoria, não só no campo econômico, mas principalmente na área social. Conseguiu conquistas importantes na convenção coletiva de trabalho, dentre outras, a estabilidade provisória; fim do reajuste escalonado por escolas; ampliação da licença maternidade para as professoras.

Na sua gestão tem se preocupado com a formação continuada dos professores e das professoras. Com vistas a essa questão, por proposta sua, o sindicato criou o instituto de Formação Professor Carlos Mota, com o objetivo de elevar o nível curricular dos que precisam de formação superior, além da formação continuada.

Em 2013 foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa pela Unisaber, juntamente com o senador Cristovam Buarque.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR



Como um batalhador em defesa da regulamentação da rede privada de ensino com controle da sociedade e valorização dos professores e professoras do ensino público gratuito e de boa qualidade, o Senhor Rodrigo Pereira de Paula faz jus ao Título de Cidadão Benemérito de Brasília, fato que enaltece ainda mais a grandiosidade desta honrosa comenda.

Sala das Sessões, em

JULIO CESAR
Deputado Distrital - PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PR

Deputado BISPO RENATO
PR

Deputada CELINA LEÃO
PPS

Deputado CHICO LEITE
REDE

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PSD

Deputado CLÁUDIO ABRANTES
REDE

Deputado JOE VALLE
PDT

Deputado JUAREZÃO
PSB

Deputada LILIANE RORIZ
PTB

Deputado LIRA
PHS

Deputada LUZIA DE PAULA
PSB

Deputado Prof. ISRAEL BATISTA
PV

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PPS



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR



> SETAS - 000011 <


Deputado RICARDO VALE
PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PSDB

Deputado DELMASSO
PODEMOS

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputada TELMA RUFINO
PROS

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JUAREZÃO



INDICAÇÃO IND 12842/2017

> SETAS - 000012 <

LIDO
Em 14/12/17
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

Sugere providências ao Poder Executivo, por intermédio da A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, que adote providências no sentido de implantar uma Unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na Região Administrativa de Brazlândia/DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na conformidade do disposto no art. 143 do Regimento Interno, sugerimos ao Secretário da A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH providências urgentes no sentido de implantar uma Unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na Região Administrativa de Brazlândia/DF.

SECRETARIA LEGISLATIVA - 16/10/2017 16:10

Thayane 70154

JUSTIFICAÇÃO

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é unidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Transferência de Renda - SEDEST, localizado em áreas de vulnerabilidade social dos municípios e DF executa serviços de proteção social básica e atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário. Presta informação e orientação para a população em sua área de abrangência, realiza sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, o mapeamento e a

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JUAREZÃO



organização da rede sócio assistencial de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local e encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais.

Os projetos desses serviços, muitas vezes, ultrapassam a própria estrutura física, em busca da rede de suporte social, que possam garantir o sucesso de suas ações, preocupando-se com a pessoa, sua história, sua cultura e sua vida cotidiana.

Por tudo isso, o CRAS é muito importante pois vai atender a comunidade urbana e rural.

Urge, porém, a resolução desta questão para a qual peço a aprovação.

Sala das Sessões em,

Deputado **JUAREZÃO**

PSB/DF

> SETAS - 000013 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CESAR



REQUERIMENTO Nº 3223 /2017)17
(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

Requer a realização de Sessão Solene no dia 13 de abril de 2018, às 19h, para homenagear os Guardas mirins.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Com fundamento no art. 124 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Sessão Solene no dia 13 de abril de 2018, às 19h, para homenagear os Guardas Mirins.

JUSTIFICAÇÃO

A **Guarda-Mirim** é um projeto social com mais de 50 anos de existência no auxílio ao jovem de 14 a 18 anos. Entre os principais pontos destacam-se a colocação no mercado de trabalho, embasada na lei do menor aprendiz, o projeto pré-profissionalizante, e a complementação educacional. Iniciou-se como um projeto meramente assistencialista, contudo, com o tempo foi ganhando novas dimensões e perspectivas, tornando-se um agente importante na formação moral, profissional e ética dos assistidos.

O projeto não se filia a nenhuma corrente religiosa, ideológica ou política e não está organizado em nenhuma estrutura rígida de comando. A iniciativa de instalação do projeto é feita por voluntários, normalmente em cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo. A Guarda Mirim de Rio Claro e Carangola estão entre as mais antigas do Brasil.

Devido à falta de unidade, o projeto apresenta muitas variações e diferenças nas cidades em que se desenvolve, contudo, tem sido tomadas medidas no sentido de homogeneizar o projeto e fortalecê-lo, como o projeto "Jovens de Atitude - Uma nova Visão sobre a Guarda Mirim".

De forma a homenagear tão estimada instituição é que sugerimos a presente Sessão Solene.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, / de 2017.

JULIO CESAR
Deputado Distrital - PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PR

Deputado BISPO RENATO
PR

LIDO
14/12/17
Secretaria Legislativa

> SETAS - 0000144

SECRETARIA LEGISLATIVA 14/02/2017 11:07

Edy 2494



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JULIO CÉSAR



> SETAS - 000015 <

Deputada CELINA LEÃO
PPS

Deputado CHICO LEITE
REDE

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PSD

Deputado CLÁUDIO ABRANTES
REDE

Deputado JOE VALLE
PDT

Deputado JUAREZÃO
PSB

Deputada LILIANE RORIZ
PTB

Deputado LIRA
PHS

Deputada LUZIA DE PAULA
PSB

Deputado Prof. ISRAEL BATISTA
PV

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PPS

Deputado RICARDO VALE
PT

Deputado ROBERTO NEGREIROS
PSDB

Deputado DELMASSO
PODEMOS

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputada TELMA RUFINO
PROS

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 116ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 14 de dezembro de 2017, às 15h04min.

Convido o Deputado Rafael Prudente para secretariar dos trabalhos da Mesa.
Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.
(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.
Leitura das atas das sessões anteriores.

Esta Presidência dispensa a leitura e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 114ª Sessão Ordinária;
- Ata da 115ª Sessão Ordinária;
- Ata da 36ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 37ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 38ª Sessão Extraordinária.

Suspendo a sessão por vinte minutos para começarmos os Comunicados de Líderes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h06min, a sessão é reaberta às 15h25min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Há seis Deputados presentes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e todas. Cumprimento todos os servidores públicos, o pessoal do PASUS – Parcela Autônoma de Integração ao Serviço Único de Saúde do DF que aqui se encontra, muito obrigado.

Não podemos iniciar essa sessão sem pedir desculpas a todos vocês pela forma medíocre como a sessão terminou ontem. Eu acho que os trabalhadores merecem mais respeito; se o Buriti não o faz, Deputado Wasny de Roure, esta Casa tem a obrigação de fazê-lo. Mesmo que alguns Parlamentares tenham tratado os servidores com decência, nós lamentamos que ontem vocês tenham saído daqui sem a resposta e sem o respeito que merecem.

Esperamos que hoje os demais companheiros tenham a consciência de vir aqui dar o voto para a dignidade desses trabalhadores que todos os dias saem de casa muito cedo para cuidar das nossas famílias. O mínimo que fazemos é dar o que eles merecem.

O que nós ontem fizemos foi tratá-los com dignidade, com respeito, e votamos conforme nossas convicções. Tínhamos certeza de que o que estávamos fazendo era proteger o patrimônio de vocês, proteger aquilo para o qual vocês, a vida inteira, contribuíram. Fizemos o que era correto, e vamos continuar fazendo, porque nós fomos eleitos para isso. Nós não fomos eleitos para o governo ou por governadores, nós somos representantes do povo e é para ele que temos de trabalhar. Vocês fazem um papel fundamental para que a sociedade, hoje, possa ter tranquilidade. Agradecemos a cada um de vocês e pedimos paciência.

Mais uma vez, vamos pedir, clamar aos colegas Parlamentares que ponham a mão na consciência, se lembrem do que vieram fazer no Parlamento, para o que foram eleitos, e que possam, de fato, cumprir o seu papel, como Parlamentares, como representantes do povo, que possam dar o mínimo de si, que é o tratamento de respeito aos trabalhadores, seja da segurança, da saúde, da educação – enfim, qualquer trabalhador. Agora, esses que estão aqui, que saíram de casa, que vieram aqui, inclusive, para prestigiar o Parlamento, que não saiam daqui mais envergonhados ainda. Todos esses trabalhadores merecem o mínimo de respeito.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Muito obrigado e que Deus abençoe a cada um de nós e nos ajude.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar aqui a fala do Deputado Wellington Luiz. Ontem, eu não pude estar aqui, porque eu estou tentando me recuperar de uma pneumonia; esse ar condicionado e essas condições de chuva nos deixam extremamente vulneráveis. Deputado Wellington Luiz, é muito oportuna a sua palavra. Na vida pública há certos detalhes que são fundamentais para a trajetória, e um deles é o respeito à diversidade e ao entendimento entre os Parlamentares, e entre eles e a sociedade organizada. Então, o que ocorreu ontem nesta Casa foi uma das páginas mais estranhas à história do Parlamento Brasileiro. Eu não estava, mas ouvi e pude ler, inclusive nem estando aqui. Mas, de toda maneira, eu quero continuar reafirmando, como tem sido ao longo da nossa trajetória, o nosso compromisso com a caminhada dos servidores públicos.

Há um ataque que é deliberado, Deputado Wellington Luiz. Não é apenas no plano federal, mas no plano local. Dos servidores públicos é tirado tudo: a pecúnia, a previdência. É o que nós estamos assistindo. O Distrito Federal, já há algum tempo, deixou de estar dentro do nível prudencial, e uma das maiores injustiças que nós vimos foi com algumas categorias de que, inclusive, V.Exa. tem conhecimento, como é o caso do SLU. Hoje nós temos aqui o pessoal do Pasus. É o reconhecimento de um direito antigo que tem sido subtraído ao longo do tempo. Deveriam ser as primeiras matérias a serem votadas. Mas por que não é? Aí vem esse ou aquele discurso de protelação de que o projeto não ficou pronto, ou de que não se tem recurso, ou isso e aquilo outro. E é isso que a cidade espera de nós. Esta cidade espera de nós uma conduta, seja em ambiente fechado, seja em ambiente aberto, mantendo uma linha de coerência e de responsabilidade.

A vida é muito dura! A vida é muito dura, e ela nos cobra até no último momento, o último respirar da vida. Estar aqui hoje não significa que eu vou estar aqui amanhã, mas o estar aqui hoje representando os interesses da população do Distrito Federal deve nos falar muito mais alto do que qualquer interesse individual ou de grupo que venhamos a representar ou a ser interlocutor. Isso é extremamente importante.

Eu quero aqui render as minhas homenagens a esses batalhadores do Pasus, o César, e a todo o pessoal do SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, do SINDPREV – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho Previdência e Assistência Social no Distrito Federal, que capitaneia os servidores requisitados aqui no serviço árduo, que é esse serviço de reduzir o cenário de caos na saúde do Distrito Federal. O papel desse pessoal é extremamente importante. É um pessoal que leva a saúde dentro da casa do brasileiro.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Portanto, é isso aí. É a sua palavra. Muito obrigado por ela. Parabéns, Deputado Wellington Luiz.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu quero fazer um registro extremamente importante. Ontem, o Deputado Wasny de Roure não veio. Eu fui uma das pessoas que pedi para que eles não viessem. O Deputado Wasny de Roure não estava nada bem. Realmente eu conversei com S.Exa., a assessoria dele o tempo todo nos apoiou, nos ajudou aqui. Mas hoje eu fiz o contrário. Eu pedi que o Deputado Wasny de Roure viesse, mesmo sabendo que S.Exa. não está bem. Ontem ele fez muita falta, no que pese a assessoria ter nos ajudado muito.

O que aconteceu ontem, Deputado, nos envergonhou enquanto Parlamentares. E sendo V.Exa. um dos mais importantes Parlamentares que tem uma influência política enorme, que consegue articular, eu pedi que viesse para que, como bem disse, aquela página de ontem seja esquecida e não se repita.

Então, é importante que V.Exa. esteja aqui para que aquilo nunca mais aconteça no Parlamento e para que as pessoas não tenham vergonha de nós, enquanto Parlamentares, pelo que aconteceu ontem.

Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure, por nos ouvir.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wellington Luiz, primeiro eu quero parabenizar V.Exa. como Líder do nosso bloco por trazer essa mensagem nesta tarde. Segundo, eu quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure. Nós sabemos que está com pneumonia, mas se faz presente conosco no plenário.

Talvez, neste momento, Deputado Wellington Luiz, seja uma pena que não tenhamos a *TV Distrital* para o acesso da população. Eu duvido que, se a população tivesse acesso à *TV Distrital*, isso que está acontecendo aqui iria continuar acontecendo. Sabe por quê, Deputado Wellington Luiz? Qual é a grande verdade? Nós não votamos o orçamento ontem conforme o governo queria. Isso é do processo legislativo. Isso é natural do processo legislativo. A Câmara vai aprovar o Orçamento conforme ela acha que deve aprovar. Não é simplesmente uma Casa legislativa que vai carimbar aquilo que veio do Executivo. Se for isso, pode-se fechar esta Casa e colocar um monte de servidor do Governador para carimbar aquele projeto que veio do processo legislativo.

Aí, faço um apelo aos colegas que ontem se ausentaram do plenário. Os colegas, hoje, colocaram a informação de que eles querem votar o Orçamento só em fevereiro. Eu quero já deixar bem claro, Deputado Wasny de Roure, que, se o Governador Rollemberg mexer em janeiro no Orçamento sem previsão para isso, eu sou a primeira a representar contra ele no Ministério Público de Contas. Vou mover ação popular. Vou fazer representação contra ele porque há um crime estabelecido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

Por que ele mexeria no Orçamento sem ter feito uma previsão orçamentária para isso? Porque, como ele não conseguiu aprovar o Orçamento conforme ele queria, ele colocaria isso para fevereiro. É essa a informação que eu obtive até o momento, o que eu acho que é um erro.

Eu acho que pelo menos 13 Deputados deveriam se fazer presentes aqui no plenário. Nós deveríamos votar o texto, votar os destaques que existem da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, respeitar o servidor público que está aqui desde ontem sentado esperando uma resposta desse Parlamento. (Palmas.)

É muito simples. Se a gente for pensar no poder do mais forte, é claro, Deputado Wellington Luiz, que o Executivo é o mais forte porque é ele que tem a caneta, é ele que tem o poder de polícia. V.Exa. sabe que é o Estado que executa o poder de polícia. Nós temos, Deputado Wellington Luiz, o mais frágil, mas o mais democrático dos poderes, que é o poder de representar a população. É por isso que, muitas vezes, o Poder Legislativo é tão atacado como ele é. É atacado porque, muitas vezes, ninguém vê os milhões e milhões de reais que são patrocinados para defenestrar o Poder Legislativo.

Eu me sinto representada pelo Deputado Joe Valle na Presidência e por V.Exa. na Vice-Presidência. Então, eu faço um apelo aqui, como membro do seu bloco, aos colegas para que se façam presentes nesta Casa, que desçam ao plenário, porque, se nós não tivermos a votação hoje, eu faço um acordo para nós votarmos em fevereiro – em fevereiro, e não novamente nos chamar aqui em outro momento –, mas já deixo previamente avisado ao Governador Rollemberg que se prepare. Eu vou mover várias ações de crime de responsabilidade contra ele por mexer em orçamento sem previsão orçamentária. É capaz que ele não consiga sair nem candidato a Governador.

Eu acho que o mais sensato de tudo seria que votássemos hoje aqui o Orçamento como ele está, discutíssemos a emenda. Há esse um bilhão. Ele quer meter a mão nesse dinheiro aí, Deputado Wellington Luiz, sabe-se lá para que, porque ele não conseguiu detalhar até agora. Faz quatro dias que eu pedi para a assessoria do governo mandar para mim onde ele quer mexer, mas ele não conseguiu mandar uma tabela definida. Está lá um ofício. Ofício não tem poder de lei, Deputado Wellington Luiz. Eu gostaria de receber essa discriminação detalhada por parte do Poder Executivo, mas quero receber isso no formato real, Deputado Wellington Luiz, como um projeto de lei que deve ser, não como ofício. Eu acho que, aí, sim, em fevereiro, nós poderemos mexer com o dinheiro que não tinha previsão.

Quando eu trouxe para este Plenário que ele não precisava do dinheiro do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal –, que ele queria o dinheiro para fazer fluxo de caixa de campanha, eu fui ridicularizada aqui, falando que ele não teria dinheiro para nada. A manchete do *Metrópoles* de hoje fala sobre quatro meses de arrecadação acima da previsão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Então, nós temos condição de ter isonomia, nós temos condição de chamar os nomeados que estão aí aguardando, nós temos condição de lutar pelo Pasus, porque dinheiro há. O dinheiro existe. Está lá. Não sei qual é o custo orçamentário do Pasus, mas o que nós temos de orçamento liberado é um bilhão e trezentos milhões.

Essa briga que nós estamos aqui no plenário desde ontem é para que vocês entendam que esse Parlamento quer decidir para onde vai esse dinheiro, e o governo não quer aceitar. Ora, somos nós que votamos o Orçamento! Ele definiu que vai ser em estrada, em ponte, em orla do lago. Não é isso que a população quer! Dê-me licença! A população está falando “não”, representada pelos seus Parlamentares

E aí, “se não for o 1 bilhão e 300 milhões do jeito que eu quero, eu vou fazer bico e não vou votar o orçamento hoje”. Eu acho que isso mostra que esse governo não está à altura, primeiro, desta Câmara. Olha, quantas vezes, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. me acompanha, eu sou praticamente derrotada em quase todos os plenários, porque sou da Oposição faz quase dois mandatos. E eu já saí do plenário porque eu perdi? Ah, quantas vezes, Deputado Wellington Luiz, eu perdi neste plenário, fui lá e parabenizei.

Então, o que eu acho que nós poderíamos fazer com maturidade hoje é votarmos o orçamento que nós temos, que foi encaminhado à Casa, e no ano que vem votamos essa emenda de 1 bilhão. Porque é uma coisa muito grave, Deputado Wellington Luiz, se nós votássemos o orçamento do jeito que ele estava ontem, eu também iria representar contra o Governador Rodrigo Rollemberg, porque, no ofício que ele encaminha ao Deputado Agaciel Maia, ele mentia sobre a lei orçamentária. Ele falava que a lei orçamentária estava equilibrada e não estava. Porque ele fez “exceto se...”. Ele faz um adendo e fala que não está e complementa.

Então, eu acho que o mais sensato era nós votarmos o orçamento como ele está e, em janeiro, em fevereiro, se o Presidente quiser chamar uma extraordinária – eu tenho certeza de que nós teremos treze Deputados aqui em janeiro –, votamos o restante do orçamento. Mas os Deputados não comparecerem para votar o orçamento aqui hoje e acatarem uma demanda aí que eu não entendo como legítima do Poder Executivo, eu acho que é uma falta de legitimidade desta Casa, como Poder Legislativo. Ser contrariado em suas vontades, talvez, se nós vivêssemos num país desenvolvido, seria a lógica, não seria a troca de cargos por apoio político. Se vivêssemos num país mais moderno, talvez, seria a lógica toda vez o Congresso colocar a sua vontade, mas como ainda vivemos no Brasil, que ainda está em desenvolvimento, quando se contraria o Executivo, suspende-se e vão embora.

Então, o pedido que eu faço aqui, Deputado Wasny de Roure... Eu tenho certeza de que o bloco do PT vai estar aqui, a Oposição tem chegado aqui devagarinho, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Joe Valle. Nós temos no mínimo dez Parlamentares. Eu acredito que podemos trazer mais três Parlamentares da Base para respeitarmos principalmente a população que está aqui

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

acompanhando de perto. Como disse o Deputado Wasny de Roure, talvez, Deputado Wasny de Roure, seja essa a página mais feia que foi escrita na história desta Casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, acho que V.Exa. tem toda razão, mas nós temos um detalhe. Desse governo a gente não espera mais nada. Eu acho que temos que esperar é desta Casa. Agora temos que saber se esta Casa vai continuar se subordinando à mediocridade deste governo. Talvez seja essa a questão. E aí as pessoas que aqui estão terão oportunidade hoje de avaliar a conduta de cada companheiro. Hoje, às 14 horas, salvo engano, Deputado Wasny de Roure, o Governador chamou para uma reunião. E aí nós vamos saber quem vai descer para votar e atender a vontade da população, dos servidores públicos, e quem vai se subordinar à vontade do Governador, porque no ano que vem vamos ver quem vai votar: se é o Governador ou se são os eleitores que aqui estão presentes. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo pessoal aqui presente, mídia, eu queria repor algumas verdades. Inclusive, eu acho que o corpo técnico especializado em orçamento desta Casa está me ouvindo e pode atestar isso, mas inicialmente eu queria falar para o pessoal do Paus que a emenda que contempla a equidade salarial deles está dentro da emenda que foi derrubada ontem. Então, essa verdade tem que ser dita. Quando nós derrubamos a emenda, Deputado Wasny de Roure, Deputado Wellington Luiz, alguém perguntou: "Deputado, e agora?" Eu falei para o pessoal, que deve estar aí: "A emenda derrubou, ferrou vocês." Essa é a verdade.

Só a recomposição do valor que o governo mandou e mandou dentro da emenda que foi derrubada e depois distorceram... Disseram que eu tinha dito palavrão, coisa assim, mas vocês são testemunhas do que eu falei, e a Deputada Luzia de Paula também. É que a proposta encaminhada pelo governo que comporta a elevação de novecentos e poucos reais para mil novecentos e poucos, está dentro da emenda que foi derrubada ontem. Então, tem que se dizer a verdade. Tem que se recompor essa emenda, seja ela rerepresentada por treze Deputados para votar em orçamento, ou seja por um crédito suplementar em fevereiro, mas a verdade tem que ser dita, ninguém tem que enganar vocês, ninguém tem que mentir.

Vocês respeitam pela verdade, e eu estou falando a verdade, vá no técnico e pergunte se eu estou mentindo. Ora, eu concordo que em orçamento público, Deputado Wasny de Roure – V.Exa., que é um especialista –, se faz remanejamento em orçamento público.

O governo mandou a proposta de lei orçamentária antes da aprovação da unificação de massa do Iprev. Mandou aqui, nós aprovamos isso aqui. O governo tinha

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

que mandar R\$ 170 milhões todo mês para pagar os aposentados que entraram antes de 2007; com a unificação do fundo, o dinheiro do fundo superavitário, que era dos servidores que entraram depois de 2007, passou a pagar o fundo dos servidores que entraram antes de 31/12/2006 – trinta e um de dezembro de 2006.

Ora, se o governo aportava 170 milhões para pagar os aposentados antes de 2006, esses 170 milhões deixaram de ser usados, era fonte do Tesouro decorrente de cobrança de impostos, de receita do governo. Ora, se a lei permitiu que o pagamento do Iprev fosse feito aqui em cima, e não mais esses 170 milhões injetados, é lógico que depois da lei o governo tinha que mandar uma proposta adequando, distribuindo esses 170 milhões, entre os quais estavam os R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos) de pagamento do Pasus, como está o término da construção do Hospital da Criança, como está uma série de outras políticas de governo; inclusive, a contratação de servidores concursados, que estavam todas elas distribuídas dentro dessa mensagem encaminhada.

Se alguém quer impor, em orçamento público você tira de um lugar e bota noutra. Porém, o que nós fizemos com a aprovação da emenda, ontem, foi sumir com esse dinheiro. Nós, simplesmente, dissemos o seguinte: esse um bilhão e pouco, que é a multiplicação por doze daquele dinheiro que o governo botava para pagar os aposentados antes de 2007, ou seja, até 31/12/2006, esse dinheiro, simplesmente, sumiu, ele não está em lugar nenhum mais.

E toda a distribuição desse dinheiro que era feita dentro da estrutura, e é prerrogativa do Executivo, desapareceu. Porque se o Legislativo disser: "esse um bilhão e pouco que sobrou do dinheiro que era da Fonte 100, do Tesouro, que ia pagar aposentados, nós vamos botar todinho para pagar a pecúnia", aí ele poderia remanejar dentro da unidade. Correto. Mas nós aprovamos uma emenda que simplesmente desapareceu com o dinheiro. O dinheiro foi para onde?

Outra coisa, como nós podemos votar um orçamento amputado de um pedaço? Como nós vamos votar um orçamento aqui que a Câmara Legislativa sumiu com R\$ 1.300.000,00 (um bilhão e trezentos)? Nós vamos mandar o orçamento faltando um pedaço? Nunca vi isso. Não existe isso em legislativo nenhum.

O que eu acredito é que nós temos duas saídas: ou apresentarmos uma emenda – pode ser feita a realocação, mas eu só posso dizer que a realocação só pode ser feita dentro da unidade administrativa, que todos que conhecem orçamento sabem disso, se apresenta uma emenda com treze Deputados, fazendo a realocação dos Deputados, de acordo com a lei, e nós podemos votar –; ou, senão, deixamos para votar em fevereiro. Vai prejudicar muita gente.

O governo pode, simplesmente, não aprovando o orçamento, usar 1/12 (um doze avos). O governo não está nem aí. E quando vierem essas demandas das expectativas que, inclusive, os Deputados colocaram no orçamento do governo, que era a contratação de agente penitenciário e outras, o governo vai simplesmente dizer:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

a Câmara não aprovou o orçamento, a emenda que contemplava isso eles derrubaram. E vai reclamar dos Deputados.

O que nós precisamos dizer é que, se for feita uma construção de acordo com a lei, de acordo com as diretrizes orçamentárias, como acontece no Governo Federal e em todos os governos, nós estamos prontos para resolver. Entretanto, não se pode, de maneira a dar punição política ou impor uma derrota ao governo, prejudicar uma série de categorias ou uma série de investimentos, como é o caso da conclusão do Hospital da Criança. Se demormos a resolver isso – quanto mais demorar a inauguração da ampliação de 202 leitos para crianças que são tratadas com câncer –, quantas crianças morrerão, se atrasarmos seis meses? E de quem é essa responsabilidade?

Então, tomaram essa decisão de impor uma derrota ao governo sem analisarem o que estava dentro do bojo dessa emenda. O que eu quero dizer a vocês é que a verdade é essa, a verdade pura e simples é essa. A Câmara pode não votar o Orçamento em segundo turno. Portanto, teremos que continuar discutindo isso, até que se ache uma solução, porque a destinação desse um bilhão e duzentos, ele não pode simplesmente cair num buraco negro, ele tem que aparecer, tem que ir para algum lugar. Se a Câmara chegar a votar, sumindo com esse dinheiro que está aí, a única opção do governo será usar 1/12 do Orçamento, que é previsto em lei, e esperar o mês de fevereiro. Esperamos fevereiro, ou a Casa constrói uma solução – já que, se não votar o Orçamento, ela terá que continuar trabalhando – para podermos sair desse impasse.

Então, Deputado Ricardo Vale, a verdade pura e simples é essa. Eu desafio alguém que queira dizer que estou mentindo, que não estou falando a verdade. Ao pessoal do Paus, que está aqui, também é uma maneira de desconstrução desleal. Fizeram, armaram umas imagens, dizendo que eu tinha falado palavrão para vocês, mas vocês sabem que é mentira. O que eu quero dizer a vocês é exatamente isto: nós estamos aqui prontos para construir saídas. Se existe alguém que perde com isso, com certeza quem perde mais são os servidores.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, primeiro, eu queria me solidarizar com V.Exa. porque vi o seu nome e a sua imagem em alguns veículos de comunicação e nas redes sociais. Disseram que V.Exa. tinha feito um gesto obsceno e xingado os trabalhadores que estavam aqui. Como eu estava do seu lado, muito próximo, de frente, eu quero testemunhar que V.Exa. não xingou ninguém, V.Exa. falou que os mais prejudicados seriam os trabalhadores.

Então, mesmo tendo me posicionado contra o projeto de emenda à lei orçamentária e achando que o governo se precipitou – a peça é importante, como V.Exa. tem dito, e vai beneficiar muitos segmentos e setores da nossa cidade, inclusive

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

com a contratação de servidores –, naquele momento eu estava perto de V.Exa. e vi que V.Exa. não xingou ninguém. Eu queria dar esse testemunho.

Queria dizer que a Câmara deve agora, juntamente com os Parlamentares da base do governo, sentar e procurar equacionar essa situação. O governo mandou um texto. Essa coisa de falar que vamos deixar para fevereiro, eu acho que o gesto tem que partir não só dos Deputados da Oposição, mas também dos Deputados da base do governo. Não podem chegar e falar que agora a culpa é da Câmara, se não forem contratados servidores, se não houver recurso para o hospital. O problema é da Oposição? Não é assim. Então, quero saber concretamente o que o governo vai propor para os Deputados que foram surpreendidos com uma peça apresentada na segunda-feira no Colégio de Líderes – nem V.Exa. conhecia, como Líder do Governo –, e na quarta-feira já queria aprovar? O que o governo vai fazer? A gente quer conhecer, quer discutir e quer resolver.

Eu acho que agora tem que haver bom senso das duas partes, da Oposição e do governo, para que possamos conhecer e compreender esse texto e aprovar o Orçamento do GDF o mais rápido possível. Não podemos botar a nossa cidade, o Estado numa situação que possa piorar ainda mais as condições de várias áreas por que passamos.

Quero ouvir de V.Exa., como Líder do Governo, se há disposição de pegar o texto, e a gente construir um acordo, um consenso para sair desse impasse.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu queria dizer que realmente a matéria foi protocolada na comissão na quinta-feira. Na segunda-feira, quando eu cheguei ao Colégio de Líderes, esse texto estava lá. É estranho porque a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não me apresentou, mas apresentou ao Deputado Wasny de Roure.

De qualquer maneira, na terça-feira – o Deputado Rafael Prudente, que está aqui, é testemunha –, nós convocamos a Secretaria de Planejamento, passamos a manhã toda discutindo, dirimindo, pedimos que o Planejamento viesse à tarde, para que qualquer dúvida que algum Deputado tivesse fosse esclarecida, Deputado Ricardo Vale. O Deputado Wasny de Roure estava aqui. A Secretária Leany ficou aí com a equipe toda e respondeu a todas as questões.

O fato de detalhar, de esclarecer, era como se o governo tivesse escondido 1 bilhão e 300 da proposta orçamentária. Mas o governo justificou que apresentou em decorrência da aprovação da Lei nº 932, aprovada por nós nesta Casa. Portanto, teve que ocorrer esse reajuste. O entendimento nosso é que não podemos votar um orçamento sem que se criem condições de dizer onde vai ser colocado esse dinheiro que nós sumimos, com o destaque vencido ontem.

Eu acho que antes de propormos a votação desse Orçamento, nós temos que fazer uma discussão técnica para saber que solução vai se dar, e onde vai se realocar, porque em orçamento se realoca, retira-se daqui e bota ali, mas não se some com o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

valor do Orçamento. Eu queria, inclusive, aproveitar para avocar o pessoal do PASUS – Parcela Autônoma de Integração do Sistema Único de Saúde e perguntar a vocês se eu honrei ou não todos os compromissos que assumi com vocês aqui durante esse processo de construção da equiparação da gratificação, inclusive com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Wellington Luiz e outros Deputados. É verdade ou não é?

Então, criar e construir algo para poder desconstruir a imagem do Deputado, eu já estou acostumado com isso. Eu não ligo para isso, mas não é verdade o que foi colocado. Eu acho, Deputado Joe Valle – nós estamos à disposição –, que não temos condições de aprovar o Orçamento com a supressão de 1 bilhão e 200, porque não podemos votar um orçamento amputado pela metade. Acho que os técnicos da Casa têm que construir uma saída para que a gente não prejudique principalmente a sociedade.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Quero agradecer ao Deputado Agaciel Maia. Antes de passar a palavra ao Deputado Wasny de Roure, vou devolver a Presidência que eu assumi em silêncio, por determinação da Deputada Celina Leão. Antes que me chamem de “o breve”, vou devolver a Presidência ao Deputado Wellington Luiz.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de o Deputado Chico Vigilante falar, quero aproveitar para agradecer publicamente a defesa que V.Exa. fez do nosso mandato no plenário desta Casa.

Eu queria informar ao Deputado Agaciel Maia que nós fizemos uma solicitação de cópia do documento por escrito. Eu não tive acesso simplesmente porque eu não sou presidente da comissão. Eu tive acesso ao documento porque fiz um pedido por escrito, porque nós já tínhamos pressentimento de que o governo ia mandar algum documento colocando esse remanejamento. Agora, há de se convir – e isso o Deputado Agaciel Maia teria que ter bastante sensibilidade de perceber – que um volume de uma suplementação de praticamente 100 páginas, você querer absorver da noite para o dia... Naturalmente é um orçamento que é dividido com 5 sub-relatores.

É necessário ser razoável na compreensão de uma casa política como é a Câmara Legislativa. Então, condenar a Câmara Legislativa por não ter analisado com agilidade o aditivo, não considero ser muito correto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu acho que é muito importante esclarecer, antes mesmo da fala de V.Exa., até porque eu me sinto desmentida, porque quem antecedeu a fala do Deputado Agaciel Maia e fez algumas observações talvez fui eu.

Não tem nada melhor no processo legislativo do que documentos. Então, eu quero ler o ofício do Governador, porque ele diz que o dinheiro da isonomia do Pasus está aqui. Então, eu vou ler para vocês para ver quem está mentindo. Vou poupar vocês da introdução, em que ele justifica que mandou de última hora e tal. Mas ele mandou pôr uma forma incorreta. Ele deveria ter mandado por projeto de lei. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não pode acatar por ofício. Aí, já começa pelo processo legislativo.

Ele fala que esse 1 bilhão é para ajustes internos, remanejamento e tal. Ele coloca que a primeira coisa é que ele não teria mais obrigação do remanejamento no âmbito do Iprev.

Item nº 4: a adequação orçamentária em função do Decreto nº 38 da Secretaria Adjunta da Ciência e Tecnologia. Item 5: contrapartida de emendas individuais dos parlamentares federais. Casa Civil: ele quer 6 milhões e 552 mil para cobrir despesas com a mudança da vinculação da Secretaria Adjunta. Não tem nada a ver com o servidor público a criação de cargo comissionado. Secretaria da Criança: não é para contratar servidores; são 16 milhões para o Programa Jovem Candango. Aí já muda para outro item, Adasa.

Eu quero pegar este ofício, eu faço questão de soltar este ofício no meu Instagram, porque a verdade precisa, sim, ser reestabelecida. Mas o ofício do Governador de 1 bilhão não é para as carreiras que estão aí, é para ele colocar nessas dotações que eu estou lendo para vocês. É um ofício.

Adasa: 10 milhões para não sei das quantas, e uma segunda no valor de 11 milhões. FAP e Fundap: está lá por decreto de não sei das quantas. Iprev: está lá de 9 milhões de não sei o quê. Seplag: para os servidores do DFTrans. Passe Livre: 100 milhões. Sema: 116 milhões para a manutenção do órgão. Cedic: 29 milhões para a manutenção do órgão. Pró-Cidades, Secretaria de Educação: o valor de 299 para construção, reforma e manutenção de escolas. Secretaria de Saúde: 407 milhões que estão destinados ao reforço de diversas ações da área de saúde.

Gente, isso é brincadeira! Como é que um Parlamento vota um orçamento para reforçar diversas ações da Secretaria de Saúde? Eu quero saber quais são essas ações. Eu quero saber se são ações de que a população precisa. É uma palhaçada, Deputado Wellington Luiz, chamar-nos aqui de mentirosos!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

Eu quero terminar de ler o ofício aqui do excelentíssimo. Não foi nem do Governador. Ele não teve nem o... de chegar aqui para a gente.

Secretaria de Segurança: 61 milhões para reforço de reaparelhamento do órgão. Secretaria de Fazenda: 50 milhões para pagamento. Secretaria da Infraestrutura: 37 milhões e 805 mil para reforço de diversas obras da urbanização do Metrô no valor de 18 milhões. Novacap: 23 milhões para os recursos que se destinam à construção de uma unidade do sistema socioeducativo e Jovem Candango. Secretaria de Gestão de Território: 3 milhões para enfrentamento do tráfico de pessoas; 27 milhões para reforço de obras. Secretaria de Mobilidade: 29 milhões. Secretaria de Esporte: 8 milhões, que atenderão a manutenção dos centros olímpicos. Casa Civil: 6 mil e 400, que viabilizarão a realização do Fórum Mundial das Águas; e 7 milhões. Ibram: 1 milhão. Iprev: remanejamento do fundo, 203 milhões. É isso que está aqui escrito.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu quero discutir aqui com vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – César, aqui não tem.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – César, é isso que a Deputada Celina Leão está explicando.

DEPUTADA CELINA LEÃO – É isso que eu estou colocando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nesse 1 bilhão, ele não está constando. É a verdade que está sendo restabelecida, porque, nesse 1 bilhão... Ele está no Orçamento, é verdade, mas, nesse 1 bilhão, não. Então, não está se falando a verdade. Está no Orçamento geral, porque, quando se tira desse 1 bilhão, não afeta essa questão. Esse 1 bilhão – por isso, estamos brigando – tem que ser específico. Se for alguma coisa para vocês, tem que ter uma rubrica específica, e não tem. Então, não está sendo... Nós queremos que rubriquem para vocês e digam que é para o Pasus. Aí, sim. Nós queremos que seja feito assim. Hoje não está.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Outra coisa, você me desculpa, mas esta Casa tem que legislar para a cidade, não é para uma carreira só. Você concorda?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – César, nós estamos do lado de vocês, nós estamos brigando por isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, é só uma questão de esclarecimento. Eu ouvi, há pouco, o Deputado

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

Agaciel Maia fazer a defesa dessa situação que foi colocada. Ouvi, inclusive, S.Exa. se dirigindo a algumas pessoas que estão na galeria.

Eu gostaria realmente de ser esclarecido, e eu creio que vários outros Parlamentares, a que se destinam esses 1 milhão e pouco. É isso que a Deputada Celina Leão acabou de ler? Se é, há alguma coisa errada, e precisamos esclarecer. Não pode é termos um documento – isso é uma prova documental – e, ao mesmo tempo, você fazer um discurso utilizando o microfone e dizer que é outra coisa. Aí realmente é para confundir não apenas os Parlamentares, mas principalmente as pessoas interessadas no desfecho dessa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante pela liderança do PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar aqui especialmente para a imprensa presente, que vai transmitir para fora o que está acontecendo.

O que acontece é o seguinte: o Governo do Distrito Federal encaminhou a peça orçamentária em setembro. Essa peça orçamentária, Deputado Delmasso, foi discutida até dezembro. Está aqui, Presidente, Deputado Joe Valle, um dos sub-relatores do Orçamento. A peça orçamentária que veio, de 46 bilhões, foi discutida nesta Casa.

Na última hora, sem conversar com ninguém, sem passar por nenhum sub-relator, a Secretária de Planejamento manda um ofício remanejando esses 1 bilhão e 300 milhões. Agora foi dito aqui, no ofício, a que ele está destinado. Não há nada destinado para servidor.

O que estamos dizendo aqui, Deputado Joe Valle – e fez muito bem V.Exa. em encaminhar a votação no dia de ontem... Deputado Raimundo Ribeiro, o Orçamento foi aprovado em primeiro turno. O que nós destacamos foram esses 1 bilhão e 200 milhões, que nós queremos saber para onde vai. E o destaque ganhou.

Portanto, se não for aprovado o Orçamento, é culpa do governo, que não quer aprovar o Orçamento. Não venha culpar os Deputados. Precisa de treze votos. Nós estamos aqui, a Oposição está aqui, e está aqui um Deputado da base do governo. Que venham os outros. Que aprovem o orçamento.

A questão do direito dos servidores que estão na galeria está dentro do corpo geral do Orçamento. Não está dentro dessa maldita emenda.

Tentaram vender uma falácia aos servidores, para ver se pressionavam, só que aqui tem que destrinche e explique a coisa direito. Portanto, Deputado Wellington Luiz, estamos prontos para votar. O Governador que faça direito e não aja como menino birrento! Ele fica agora querendo enfrentar o Poder Legislativo. Fica agora querendo desmoralizar o nosso presidente. Não vai desmoralizar o Deputado Joe Valle, porque poder desmoralizado, Deputado Joe Valle, não existe.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

Portanto, Governador Rodrigo Rollemberg, libere a sua base, para que a gente vote o corpo do orçamento que foi discutido. Venha, mande seus Deputados virem votar!

Solicito a V.Exa., Deputado Joe Valle, mais um tempo para desmontar mais uma falácia que foi dita no dia de ontem. Na sessão de ontem, o Sr. Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia, por quem sempre tive o mais amplo respeito, utilizou informações fantasiosas sobre despesas e orçamento do Governo Agnelo. Informações repassadas a ele pelo Governo Rollemberg.

O Líder informou duas coisas muito graves:

1º - que a despesa pessoal, no início de 2015, estava em 54%;

2º - que teria havido informações falsas na aprovação do Orçamento de 2015, elaborado no Governo Agnelo, porque houve suplementação para pagar pessoal.

Vamos à verdade, para comprovar quem formula informações falsas! Quanto ao percentual de despesa de pessoal, o relatório de gestão fiscal, publicado no DODF de 30 de janeiro de 2015, já no Governo Rollemberg, registrou que a despesa de pessoal era de 46,93% da receita corrente líquida, em dezembro de 2014. Menos de meio por cento acima do limite prudencial. De onde, então, tiraram os 54%? Do Diário Oficial, certamente não foi.

Em 2015, primeiro ano do Governo Rollemberg, a despesa de pessoal manteve-se nos mesmos níveis, sendo 46,93% em dezembro de 2014 e 46,78% em dezembro de 2015. É verdade que ele deu o calote nos servidores. Mas a despesa anual não aumentou, Deputado Joe Valle.

Em 2011, primeiro ano do Governo Agnelo, sem que ele tivesse dado qualquer aumento salarial, a despesa com pessoal subiu de 43,4%, em dezembro de 2010, para 46,1%, em dezembro de 2011, em razão dos aumentos salariais dados principalmente em 2009, pelo Governo Arruda, que é do mesmo partido do Deputado Agaciel. O Governo Agnelo honrou os compromissos do governo anterior.

Quanto à afirmação de que o orçamento para 2015 continha informações falsas, porque foi necessário suplementar a dotação para pagar pessoal, creio que faltou reflexão do Líder do Governo.

Se esse argumento fosse aceitável... Todos os orçamentos do DF foram aprovados com informações falsas, porque todos eles foram suplementados no ano seguinte, especialmente no Orçamento, Deputado Raimundo Ribeiro.

Agora, devo dizer à sociedade que assiste a esta sessão no momento que o Governo Rollemberg tem um caminho: respeitar a democracia, aprovar o que deliberamos ontem ou arcar com as consequências da birra, Deputado Raimundo Ribeiro. E, aí, eu vou dizer quais são as consequências.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

“Caso a Câmara Legislativa não vote o Projeto de Lei Orçamentária para 2018, as consequências são as seguintes:

1 - não se entra em recesso no dia 16 de dezembro, até que o Orçamento seja votado;

2 - não havendo Orçamento no início de 2018:

- a) as unidades orçamentárias podem gastar até 1/12 avos do total previsto na proposta original enviada à Câmara Legislativa, LDO 2018, art. 79;
- b) o governo não pode fazer a suplementação orçamentária por meio de decreto;

3 - qualquer matéria que seja rejeitada no PLOA 2018 não pode ser apresentada em novo projeto de lei, senão com a assinatura da maioria absoluta dos Deputados Distritais;

4 - nenhuma emenda parlamentar pode ser executada, pois seus valores não constam da proposta original do governo.”

Portanto, Deputado Joe Valle, Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu desconfio de que, como o Governo Rollemberg não gosta mesmo de trabalhar, é um pretexto para não aprovar o Orçamento e dizer que nós somos culpados, para botar a culpa em nós.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Deputado Chico Vigilante, eu só queria acrescentar o seguinte: eu fui verificar o anexo que veio no aditivo; a emenda, não consegui identificar... Verifico que a única rubrica que temos nesse aditivo, que compõe o Fundo da Saúde, é Administração de Pessoal, SES-319011, que são vencimentos básicos. No caso da Pasus, é gratificação, ela não consta no anexo, a não ser que seja uma emenda que vai ser colocada. Por enquanto, não veio nesse anexo. Então, eu acho que é importante demonstrar no texto, para que possamos ter clara, em primeiro lugar, a composição.

Isso é mais uma prova, Deputado Joe Valle, de que foi prudente a Câmara pedir tempo, porque a infração elementar, nessa propositura, decorre do seguinte princípio: omissão ou erro na proposta do Orçamento, Deputado Chico Vigilante, é possível ser corrigido com ofício oriundo do Poder Executivo. Isso é possível. Nesse caso, não é nem omissão nem erro, é um volume substancial de recurso que a comissão, inclusive, não teve oportunidade de debater, a não ser por ocasião da vinda da Secretária Leany, que veio falar antes, veio falar depois que apresentou rapidamente. Então, a comissão ficou desprovida de um aprofundamento desse debate com a Câmara também.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

Portanto, o mais prudente, Deputado Chico Vigilante – e é aí que vemos a honradez das pessoas de vida pública –, é encerrar a votação do Orçamento, excluído o aditivo. O governo manda o projeto de suplementação do aditivo para esta Casa e vamos tratar desse tema no momento adequado. Naturalmente, em fevereiro. Mas o que não se pode é segurar o Orçamento, segurar o recesso, porque o que vai acontecer é que a Câmara não vai poder entrar em recesso. Lamento profundamente, mas a Câmara não vai entrar em recesso. Para muitos, isso vai servir de mídia para fazer publicidade. Nós estaremos aqui, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Veja bem, Deputado Wasny de Roure, o Governo Rollemberg, no ano de 2017, mandou a esta Casa – eu quero que a imprensa anote isso – quatrocentas e sessenta e duas alterações orçamentárias. Foi 1.27 por dia, Deputado Prof. Reginaldo Veras, quatrocentas e sessenta e sete. E agora está fazendo birra por causa de uma, uma! Sendo que a gente pode aprovar o orçamento agora e ele mandar, em fevereiro, as alterações. Isso foram leis e decretos encaminhados por ele, projetos de lei e decretos editados por ele.

Eu acho, Deputado Joe Valle, que ele achou que aqui era terra de cego e que ele era o único que tinha um olho, porque dizem que, em terra de cego, quem tem um olho é rei. Só que ele esqueceu, Deputado Wellington Luiz, que aqui todo mundo tem dois olhos, enxerga bastante, tem dois ouvidos e voz para dizer quando eles estão mentindo.

Portanto, concluo fazendo um apelo aos Deputados desta Casa: venham ao plenário votar, vamos garantir a aprovação do orçamento, vamos garantir o pleito dos servidores que estão aqui, porque nós estamos aqui para votar.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Líder do Bloco Sustentabilidade e Trabalho, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para fazer um esclarecimento aqui, até por eu ser membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Participei desse debate um pouquinho antes e queria deixar claro ao pessoal da Secretaria da Criança que já foi aprovada uma emenda, foi votada aqui, inclusive os recursos já estão assegurados.

Quero dizer aqui ao pessoal do Paus que o orçamento de que eles precisam para o ano, como eles mesmos falaram há pouco, é de quase 5 milhões de reais. Eu os deixei tranquilizados aqui, Sr. Presidente, porque o orçamento deste ano para a Secretaria de Saúde é de 5 bilhões e 930 milhões. O orçamento que já votamos aqui, em primeiro turno, para a Secretaria de Saúde, para 2018, é de quase 6 bilhões e 600

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

milhões. Então nós temos um acréscimo de quase 600 milhões de reais para a Secretaria de Saúde. Não é possível que o governador, no dia 1º de janeiro, não possa dar esse acréscimo a vocês de 4 milhões por ano. Portanto, não tem o porquê, já está mais que assegurado. Falta vontade política do governador de conceder isso no início do ano. Está certo?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa e galeria, hoje vivemos, infelizmente, uma tarde muito triste para a história do Distrito Federal, quando estão sendo postas vaidades pessoais, as quais muita gente pode chamar de birra, acima do bem da sociedade.

O que está sendo posto, colocado acerca dessa emenda, que, na verdade, não é uma emenda, é um mero ofício que o governador encaminhou a esta Casa... Está se falando muito em verdade, trazendo servidores, dizendo que isso vai ser prejudicado, falando do Hospital da Criança, passando para a imprensa e para a sociedade tremendas mentiras sobre todo esse procedimento que foi discutido ontem nesta Casa.

Algo que tem que ser preservado no Poder Legislativo é o rito. Se não houver rito, se não houver regra para votação, se não houver regra para apresentação de projetos e de emendas, esta Casa, que já tem tantas dificuldades políticas, simplesmente, vai se esvaír e cair num descrédito maior ainda do que já tem com a sociedade. Ora, o que o Governo do Distrito Federal quer fazer é, simplesmente, esquecer qualquer rito que esta Casa tem que fazer.

Quando nós falamos de orçamento... Eu tenho um profundo respeito por todos os Deputados desta Casa. Eu, na maioria das vezes, inclusive, perco as votações, mas permaneço aqui para votar, permaneço aqui para poder marcar minha posição política. E, se os Deputados da base estão convictos de que estão certos, que venham para fazer essa discussão política. Foi falado aqui que nós temos agora um orçamento amputado. Isso não existe. O orçamento não foi amputado. Isso não corresponde à realidade, porque a peça orçamentária enviada pelo próprio governo em setembro está preservada. Não há nada que possa dizer que esta peça orçamentária acima dos 40 milhões foi amputada. Isso não existe.

E o rito é tão importante, Deputado Wasny de Roure – V.Exa. que defende tanto esse rito –, que ele estabelece critérios e tempos para que o próprio governo possa emendar essa peça orçamentária. A Lei Orgânica trata disso no seu art. 150, o Regimento desta Casa trata disso.

Então, nós temos como limite os relatórios parciais, obviamente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Esse é o dado limite.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

Aí o governo tem uma poupança do Iprev que ele quer acrescentar ao orçamento depois desses relatórios parciais, de uma forma totalmente inapropriada, sem levar em consideração tudo o que está escrito na Lei Orgânica e no Regimento Interno desta Casa, de uma forma totalmente atabalhoada. E ele quer acrescentar essa poupança dentro de uma peça já existente, através de um mero ofício. Não pode. Não é isso que está escrito, não é isso que está na Lei Orgânica e no Regimento Interno, que foram trabalhados durante tanto tempo para darem importância ao processo orçamentário que é discutido nesta Casa.

Diga-se de passagem, Deputado Joe Valle, um dos crimes de responsabilidade do governador, que está previsto em lei própria e está previsto na Lei Orgânica também, é atentar contra a lei orçamentária dada a importância da lei orçamentária. É por isso que tem que ter um rito.

Então, o governo traz essa alteração, traz esse acréscimo... É bom que vocês entendam isso, o governo quer acrescentar. E ele podia ter feito isso, até porque o Iprev, o famigerado retirado dos recursos do Iprev aconteceu no mês de outubro, e o governo tinha condições, tinha quase dois meses, porque os relatórios parciais só são aprovados no final de novembro.

Então, o governo dorme no ponto, o governo cochila, e depois quer colocar goela abaixo dos Deputados, da Mesa Diretora e da sociedade os seus devaneios, as questões que ele acha que tem que colocar.

"Ah, mas a sociedade vai ficar prejudicada". Ora! Eu garanto para vocês que, no mês de fevereiro, já tem pedido de suplementação aqui na Câmara. No mês de fevereiro já haverá pedido de suplementação aqui na Câmara Legislativa.

Então, esse 1,3 bi mais as movimentações internas dentro do próprio Iprev... No final das contas, a gente está falando de 1,3 bi, Sr. Presidente, mas isso pode chegar perto de 2 bilhões de reais.

Então, do orçamento, que é uma peça de mais de 40 bi, o governo está travando – a verdade é essa –, o governo está travando a votação. Não há outra coisa a se dizer. Não temos amputação de orçamento, nós não temos uma peça que foi flagelada, nós não temos isso. E o governo faz isso simplesmente – e aí volto ao início do meu discurso –, simplesmente, por vaidade, por birra, por querer derrotar o Poder Legislativo, por querer dizer que quem manda nesta Casa é ele. Porque só pode ser isso. Prejudica a população do Distrito Federal e se impõe, impõe a si mesmo uma série de restrições por conta da não aprovação do orçamento.

Eu quero deixar claro para todos da imprensa, para todos os que estão na galeria que nós estamos aqui para votar. E a votação é um processo democrático, ora você ganha, ora você perde. Cabe aos perdedores aceitar o resultado, coisa que o governo não quer aceitar, coisa que o governo não tolera.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Então, a verdade de que tanto se falou aqui é esta: não há mutilação, não há amputação. O que o governo quer fazer é acrescentar, de forma equivocada, errada e sem observar o rito previsto na Lei Orgânica e previsto no Regimento Interno da Casa, 1,3 bi a mais no orçamento, o que ele pode fazer em fevereiro através de suplementação. É esse o resumo da ópera.

Nós não podemos concordar com isso. A Câmara Legislativa ontem foi feliz ao impedir que isso acontecesse, agora cabe aos Deputados, principalmente aos Deputados da Base, virem a plenário e darem uma satisfação, uma resposta à sociedade votando o orçamento para o próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma coisa muito simples, veja só: o governo acaba mais uma vez de ser desmascarado. A Deputada Celina Leão leu quais os objetivos daquela emenda, o que mostra claramente que o governo inclusive mentia para quem está aqui na galeria! O governo mentia, como sempre! É uma ferramenta de trabalho do governo.

Agora, o governo quer ou diz que quer aprovar o orçamento. Essa sessão está acontecendo para avaliação do orçamento, mas, pelo visto, o governo não quer. Então, proponho até que V. Exa. encerre a sessão. Se nós estamos aqui, se todos nós estamos aqui para avaliar o orçamento, e o governo, de uma forma clara, irretorquível, faz com que seus parlamentares não estejam presentes, o que se espera depois é que a mídia que não está entorpecida pelas verbas publicitárias fale a verdade: que a Oposição desde ontem está aqui pronta para discutir e votar o orçamento. Quem não está é o governo. Aliás, ontem a Deputada Celina Leão até brincou que o governo parecia aquele menino do buchão em pelada de futebol: perdeu, bota a bola debaixo do braço e vai embora. Ora, que coisa besta é essa?

Então, a gente já sabe que esse governo é ruim, que o Rodrigo Sobral Rollemberg vive querendo brigar com todo mundo, mas ele briga assim de longe porque ele é frouxo também! Ele fica de longe. Todo mundo já sabe disso! Agora, o que precisa é que a gente também tome uma atitude. Nós vamos ficar aqui até o dia 2 de fevereiro aguardando que esse mané venha e faça as coisas? Não dá!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu vou voltar à minha fala porque eu fiz um aparte aqui

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

nos Comunicados de Líderes e só tenho uma proposta, só uma, Sr. Presidente, que poderia ser feita. Aliás, tenho duas.

A primeira proposta, Sr. Presidente, é que nós aprovássemos talvez 1 bilhão e 300, mas para ser discutido ano que vem. Falamos que está no orçamento, mas a destinação desse recurso passará por prévia autorização legislativa. Talvez pudesse ser uma saída para beneficiar o governo, Sr. Presidente, porque, se a gente quiser mesmo botar o governo na unha, tudo aqui se dá para inventar, né?

Como presidente, se eu fosse V.Exa., a Mesa Diretora está praticamente aqui representada, criaria um processo suspensivo legislativo até janeiro e deixaria chegar o Governador Rodrigo Rollemberg em janeiro executando tudo sem ter o orçamento comprovado, e veríamos se esses meninos bicudos ficariam aqui sem vir ao plenário. Porque eu vou ser a primeira a representar. É crime orçamentário! Ele não vai ser candidato nem a síndico de prédio se isso acontecer. Eu lhe garanto, Sr. Presidente. Eu lhe garanto!

Se ninguém chegar aqui para votar, suspenda, Sr. Presidente, até fevereiro, mas suspende até fevereiro, Sr. Presidente! Não aceite negociação para votar em 29 de dezembro, chamar aqui emergencialmente, porque quero ser um mico de circo se ele não volta atrás. Ele deve ter alguém lá formado com ele, ou deveria ter, que conhece de lei orçamentária, que sabe que executar o orçamento sem prévia lei orçamentária aprovada é crime! É crime! Estou falando na letra seca da lei! E se o orçamento não foi aprovado... Eu gostaria, inclusive, de ganhar eleição do Rodrigo com ele candidato, não quero ganhar com ele fora do páreo, porque fica feio, sabe, Sr. Presidente? Como ele quer ganhar da gente, quero ganhar a eleição dele junto com um grupo, do qual tenho certeza de que V. Exa. vai estar junto, mas com ele candidato. No entanto, Sr. Presidente, se ele não quer nem jogar o jogo, deixa ele ir embora. Suspenda esse plenário até fevereiro, faça uma suspensão regimental até fevereiro, e deixe-o sem orçamento, deixe ele brincar com fogo, Sr. Presidente.

E já estou avisando, eu vou representar contra ele! Estou avisando antecipadamente. E ele não será nem candidato a candidato, porque ele sabe que é crime, ele sabe que é crime! Ele chega para nós, Sr. Presidente, para falar que não vai votar o orçamento. Sabe por quê, Sr. Presidente? Ele quer transferir para esta Casa uma responsabilidade que é dele. A responsabilidade de votar o orçamento é desta Casa, mas ele tem os Deputados dele que não querem comparecer. Então, inove, Sr. Presidente. Se ele cumprir isso até o final, vai demonstrar que não quer ser nem candidato a candidato, porque podem ter certeza de que ele não será se isso acontecer.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, faço um apelo exatamente nesse sentido, acho que aqui é o Parlamento, é o lugar da boa arte do diálogo. Que todos possam sentar e tentar achar uma saída, uma solução, em que não haja vencidos nem vencedores. E que especialmente a população do Distrito Federal não venha a sofrer, em momento nenhum, prejuízo. É para votar este ano? *Ok*. Vai se votar este ano. Não vai se votar este ano? Então, está bem. Vai votar ano que vem? Mas que não se deixe essa incerteza do que de fato vai acontecer. Todos nós temos o que fazer. A agenda é extensa, especialmente no final de ano, e não podemos estar aqui para perder o nosso tempo.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse verificado o *quorum*, depois da fala do Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok*, farei logo que sejam encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, eu estava aguardando o Deputado Agaciel Maia terminar a entrevista, mas, como está muito longa, eu gostaria já de fazer o pronunciamento.

Primeiro, eu gostaria de colocar alguns pontos sobre a votação de ontem, Deputado Joe Valle, Deputado Rafael Prudente. O que está acontecendo nesta legislatura é que existe um jogo de espertezas, Deputado Joe Valle, em que há subterfúgios, até mesmo porque o próprio Governador acaba caindo nesse jogo. Eu não digo que seria culpa dele, mas também não coloco ingenuidade, porque um Governador não pode ser ingênuo, de sempre se achar um culpado para as deliberações aqui desta Casa.

Hoje, com todo o respeito que tenho pela pessoa do subsecretário José Flávio e a todo o governo, não existe articulação política aqui nesta Casa! Não existe! Não existe o diálogo, não existe a conversa. Existem uns Parlamentares que aceitam determinados posicionamentos. E não estou aqui para falar de colegas, creio que com 90% dos Parlamentares não tenho nenhum tipo de problema, ou de intempéries, mas, entre ser um Agaciel sonso e ser um Robério verdadeiro, eu prefiro ser um Robério verdadeiro, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Sempre serei verdadeiro! Se a verdade,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

ou a forma de atuação minha é errada, que eu morra na política e volte para de onde saí.

Porque o Agaciel coloca no jornal – ele deveria ter falado na minha frente – falando de mim: “Ele traiu antes e traiu agora, pelo menos foi consistente”. Muito bonito isso para um economista que acha que está aqui na Câmara Legislativa e tem um respeito do Governador. E só não está sentado naquela cadeira por incompetência, por prepotência, por deboche. E aqui, para a pessoa estar naquela cadeira ali, ela tem de ter, primeiro, coragem. O Deputado Joe Valle teve muita coragem de estar naquela cadeira. A posição ideológica e política do Deputado Joe Valle... Eu não tenho o tamanho dele, posso ter o tamanho em centímetros, mas no tamanho político e na envergadura, eu não chego aos pés dele ainda. Tenho que aprender muito ainda, apesar de que o Deputado Joe Valle, fisicamente, está mais jovem do que eu, porque isso aqui é uma Casa de esmerilhar a gente. Eu quero dizer a vocês que para estar ali tem que ter coragem. E quem esteve aqui eu acho que nunca mais... Quem sou eu para poder falar da história de mais de 29 anos aqui? Nunca imaginava que eu estaria aqui sendo um dos representantes de quase 3 milhões de pessoas. Mas a coragem que o Deputado Joe Valle teve aquele dia... Agora, falar, da forma até... Uns amigos até brincaram que, no final, eu chorei. Mas existe uma diferença entre você chorar por fraqueza, chorar por tristeza e chorar de raiva. O choro de raiva é o choro mais humano que se tem. É justamente a forma como foi conduzido, de você dar uma palavra, e o próprio Agaciel... Eu falei: “Agaciel, Agaciel, se não houver bilateralidade, não existe acordo”. Acordo, Deputado Chico Vigilante, é bilateral.

Eu tenho minhas diferenças com V.Exa., Deputado Chico Vigilante, nunca serei um amigo verdadeiro seu, como V.Exa. também nunca vai ser meu amigo. Sabe por que eu falo isso? Porque não sou hipócrita. Só por isso. Mas eu o admiro em algumas posições aqui nesta Casa, como também não admiro em algumas outras. Mas eu admiro em uma: V.Exa. é macho. Macho eu não digo que seja só quem é nordestino. Sou filho de nordestino, admiro muito a questão nordestina, mas a gente não é mais do que ninguém. Ser macho e verdadeiro é ter caráter, é ser íntegro, não ser sonso.

Na política, o sonso se dá melhor do que o que tem caráter, mas a política está mudando, Deputado Chico Vigilante. Ela está mudando, mas está mudando para melhor, porque uma hora isso vai ter que ter valor. O sonso, o mentiroso, a pessoa nefasta que mente para os outros, alguns podem acreditar, ou querendo, ou por ingenuidade, ou por falta de conhecimento, ou por interesse por trás. Eu não estou aqui para poder julgar interesse de absolutamente ninguém.

Ninguém me procurou para absolutamente nada, ninguém discutiu nada comigo. Eu não sei se é porque eu virei um tucano sem o nariz aumentar, mas eu não participei de entrada em governo. Eu não estava do lado da Abadia. O Márcio Machado escolheu – como é que é? – uma mulher que foi e nunca foi, nem se sentou em uma cadeira, até disse que eu a conheci, vi uma vez e achava que não tinha o perfil, mas quem sou eu? O Governador procurou as pessoas que não estão aqui no Parlamento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

legitimadas para voto. Mas até aí, tudo bem. O Agaciel falar “não ser possível votar”, tentar justificar a fuga da sessão... Traidor, Agaciel, se tiver, é V.Exa. que mente, é um cínico. Safado? Talvez, às vezes, muitas vezes. Mas comigo o buraco é diferente. Você pode falar no jornal dez minutos e sair onze, mas V.Exa. eu enfrento – de frente – porque V.Exa. está usando colegas aqui para o Governador, que já pegaram você ao telefone falando com o Governador: “Deixe que eu bato no peito”. Bate no peito o cacete, que você bate no peito. Aqui é o seguinte: eu não tenho medo de nada, eu tenho hombridade e não estou cobrando de absolutamente ninguém aqui. Agora, o respeito ao Poder Legislativo tem que haver.

Chegou aqui um ofício... Eu não sou o melhor orçamentista; outra coisa, eu não sou nada nessa área, eu tenho um pouquinho de conhecimento jurídico. Mas não sou burro.

Tenho muitos amigos. Quando a gente fala dessa briga minha e do Deputado Chico Vigilante, não existe briga minha – e com o PT também. Até mesmo porque eu também tenho alguma admiração porque o Deputado Chico Vigilante é um cabra difícil, mas eu também sou uma pessoa difícil; como eu respeito muito o Willemann aqui, que é uma pessoa com a qual eu já aprendi muito. Podem falar o que for de mim, mas eu sou uma pessoa humana, eu sou uma pessoa verdadeira, e jogo sujo não é comigo, certo?

E não é surpresa, não é questão de guerrilha, questão de meninice. Menino é o Agaciel, que manda os outros se lascarem – desculpem a palavra –, se foder, não é? Porque o cara que manda isso aqui manda fazer o quê? Ele falou se lascarem, se ferrarem? O que que é isso? O que que é isso? É uma pessoa mimada que está achando que é o primeiro-ministro do Distrito Federal. E ele não é. A cada venda de Parlamentar que ele faz aqui, ele recebe uma pasta, ele recebe uma secretaria. Vem um projeto de lei para comprar uma sede do Procon, que nós até aprovamos, porque a verba vem do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, mas onde será que vai ser essa sede? Será que ela vai ser no *Corporate*? Não sei. Vamos ver, vamos aguardar essa compra e essa aquisição.

E eu creio... Quando falar que os 10 milhões lá do casamento... Até mesmo porque tem Deputado Federal aí que está botando a taxa aí em quase 1000% a mais. Eu acho que é mais negócio ficar na – como é que é que chama quando não casa? – união estável, que tem o mesmo efeito, não é não, Deputado Prof. Reginaldo Veras? Que aí não tem esse custo, sendo que um orçamento que vem do governo e não tem as pecúrias dos servidores... Sem querer fazer politicagem. O nosso papel é o quê? A gente vai virar um tabelião aqui? E não é isso. Eu já ajudei. Sempre fui independente. Sou independente. Sou uma pessoa de fino trato, no sentido de acordo. Agora não me ameacem. A forma não é me ameaçar. Não é o Agaciel ir lá no Governador, porque eu fui convidado às 14h e não fui. Falei que eu não sento onde o Agaciel estiver. Não sento, porque já tive diferenças com ele, me recompus, e ele continua fazendo a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

mesma coisa. E deixei muito claro. E lá ele quis fazer a minha caveira dizendo que eu o traí aqui.

Ele é um incompetente. Se ele não está sentado naquela cadeira é porque ele é um incompetente, porque ele não conversou com ninguém. Ele achava que ele era o Presidente. E a própria Deputada Celina, dentro dos problemas que passou... Deputada Celina, problema todos nós temos. Problemas a gente enfrenta. Porque, para ter problema, basta você entrar na vida pública. Basta você entrar na vida pública, onde você é achincalhado de todas as maneiras. E está aí a Justiça para definir o que é e o que não é. E eu queria dizer justamente isso: me colocar como Judas? Se tem algum Judas aqui é o Judas sonso, que é V.Exa. O Judas sonso é V.Exa. E V.Exa., quando for falar de mim, lave a sua boca. V.Exa., quando proferir frases, as engula, porque V.Exa. é um parlapatão, é um parlapatão. Parlapatão! E o que V.Exa. fala não precisa de gravações, chega a mim.

Eu respeito o Governador Rollemberg não é porque ele está como Governador. Porque eu o respeito. Eu o conheci como Distrito Federal, Senador e não conheci V.Exa. – só de dizer. Só que aqui não é o Senado Federal com V.Exa. sendo diretor-geral, cuidando dos seus subalternos reais e secretos. Aqui não é... V.Exa. as engula, porque traidor... Toda história tem dois caminhos. As pessoas sabem que eu sou uma pessoa correta, sou uma pessoa de palavra. E traidor é V.Exa., que está usando todos aqui e vendeu uma coisa para o Governador que V.Exa. não tem condições – e infelizmente a Deputada Liliane, desta vez, está em São Paulo.

Uma boa tarde, parlapatão.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como eu fui citado pessoalmente, eu acho que bater boca com o Robério é descer demais, não é, porque até para construir o diálogo dele, ele usa "engula". Isso é palavra lá do Collor. Todo mundo já conhece. Isso é clichê, palavras já usadas. Eu não sei qual a ira dele. Eu acho que ele escolhe cada dia um Parlamentar, um dia é Chico, outro é outro. Então, é o seguinte: para fazer a discussão, Deputado Robério, com V.Exa. não dá para fazer nesse nível. Primeiro, porque você tem informação.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Meu amigo... Rapaz...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Robério, Deputado Robério, eu não preciso adjetivá-lo, está certo?

(Manifestações na galeria.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu não preciso adjetivá-lo porque todos... Acho que todo mundo sabe quem é o Deputado Robério.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wellington Luiz, por favor, assumo; eu vou fazer meu Comunicado de Parlamentares.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não vou mais falar. Só, em relação ao Agaciel, o Agaciel acha que, sendo sonso, sendo legal com todo mundo... As pessoas mais perigosas são aquelas que são gente boa com todo mundo. Seja verdadeiro, Deputado Agaciel Maia. Não seja sonso. Se V.Exa. fosse tão gente boa, estaria nesta cadeia aqui.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, vamos encerrar aqui. Eu estou assumindo a Presidência e ouvi uma frase que é a voz verdadeira: se nós vamos lavar roupa suja, nós vamos lavar em casa, não no plenário. Então, qualquer tipo de bate-boca, agora eu vou cortar. Eu estou na Presidência, e isso se encerrou. Eu acho que nós já envergonhamos demais esta Casa, e por hoje chega.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Eu acho que o Deputado Agaciel Maia estava dando entrevista na minha fala. Eu só queria dizer que fiz duas propostas, Deputado Agaciel Maia, e não sei se a assessoria de V.Exa. passou isso. Uma é para a gente fazer a supressão do Plenário até fevereiro, que é um ato da Mesa, que pode ser feito a qualquer momento, construído com a maioria da Mesa que está aqui. A outra é uma emenda. Essa eu não sei nem se os Deputados que votaram contrariamente a aceitam, mas eu acho que o próprio Presidente da Câmara vai dar encaminhamento sobre isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é que ontem eu pedi aos Deputados para colaborarem com a caixinha da Ruth e da Francisca, que são as nossas copeiras, mas nem todo mundo colaborou. Agora, eu coloquei a caixinha naquele lugar para ela ficar bem discreta. Está ali a caixinha. Portanto, eu peço a quem não colaborou ainda para colaborar. Peço a todos. Peço ao Deputado Bispo Renato Andrade. Ah, ele já contribuiu. O Deputado Agaciel Maia não contribuiu ainda. Quero a contribuição de quem puder para ajudar a caixinha da Ruth e da Francisca.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, hoje nós só estamos passando vergonha. Muito obrigado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Onde está a caixinha, Deputado Chico Vigilante? Vou contribuir porque eu achava que V.Exa. iria defender o Deputado Agaciel Maia. Eu vou ter que contribuir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os colegas. Quero aqui iniciar fazendo um apelo para que a gente consiga fazer a votação do Orçamento hoje, da forma como está sendo encaminhada.

É muito importante quando se passa à questão do Orçamento. São feitas algumas audiências públicas pelo Executivo. Nessas audiências públicas, debate-se e discute-se o Orçamento. Espera-se, então, que, terminadas as audiências públicas, feche-se a peça orçamentária com a participação das pessoas, com a participação de quem quer participar, com a participação do cidadão.

Ali se discute com a comunidade a peça orçamentária. Depois, ela é encaminhada à Câmara, onde também é discutida pelos Deputados, porque é uma função desta Casa fazer isso. Todo esse rito feito, no final de tudo discutido, o governo encaminha isso, sem discutir com ninguém – nem com o cidadão, nem com a Câmara Legislativa, e estão aqui os representantes dos cidadãos – e coloca isso para ser votado. É lógico que a reação dos representantes tem que ser: eu quero discutir. Não é se está certo ou errado, ou as quantidades de recursos que estão sendo destinadas – é a forma e a quebra de rito. Então, eu faço aqui um apelo ao governo para que a gente possa retomar esse processo de tranquilidade, a fim de a gente avançar nessa questão da legislação.

Mais do que isso, Presidente, eu gostaria de fazer uma nota. Nós votamos a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 41, de 2012, aqui, na semana passada. Essa proposta foi resultado de uma série de audiências públicas que fizemos sobre o tema da pessoa idosa, como sempre faço. Essas audiências públicas geraram relatórios com demandas e prioridades. Dentre as demandas, havia a demanda de alteração da Lei Orgânica para que nós adequássemos a questão da legislação federal. Assim nós fizemos.

Vejam, uma proposta de 2012 foi votada em 2017 em segundo turno. Essa Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 41, de 2012, tem como objetivo principal o processo de fortalecimento da cidadania da pessoa idosa, uma vez que a própria

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

legislação federal já reconheceu essa prerrogativa como direito fundamental ao pleno desenvolvimento da dignidade humana.

Antes de adentrar a inexistência de custo ao Estado da medida, resta importante esclarecer a necessidade de adequação à legislação federal, em especial ao Estatuto do idoso, a Lei nº 1.741, de 2003. O art. 1º da legislação conceitua idoso como pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. O art. 39, § 3º, permite a cada ente deliberar acerca da gratuidade do idoso, compreendida na faixa etária entre 60 e 65 anos. Resta claro, desta forma, que não houve qualquer vício de ilegalidade entre a medida proposta e a legislação federal. Então, não é esse o problema.

Em relação à forma de financiamento do Sistema de Transporte Público do DF, há diferentes tipos de gratuidades, quais sejam: as não onerosas ao Tesouro e as onerosas ao Tesouro, que são o passe livre estudantil e pessoas com deficiência. Então, se eu tenho um estudante, ou uma pessoa com deficiência, ele tem direito à gratuidade por legislação distrital. Ele passou na roleta, a empresa vai ser ressarcida daquela gratuidade, como uma gratuidade onerosa ao Estado. Temos, então, as não onerosas ao Tesouro, que são os idosos e militares. Constitucionalmente falando, os idosos e militares são gratuidades não onerosas.

As gratuidades onerosas consideram os beneficiários como passageiros pagantes, onde o ônus de financiamento de sua locomoção recai exclusivamente ao Tesouro, ao Estado. As leis de criação das gratuidades onerosas determinam expressamente a forma e a fonte de custeio.

Em relação às gratuidades não onerosas, os militares e as pessoas idosas, entendeu o legislador que, considerando o mérito e a importância da política pública relacionada, toda a sociedade deveria custear a locomoção desses cidadãos, inclusive, as eventuais concessionárias do Sistema de Transporte Público, fato este que não ensejaria qualquer aumento na receita do sistema. No caso dos militares e dos idosos, essa categoria é sequer enquadrada no conceito contratual de passageiro pagante, motivo este pelo qual o Estado não desembolsa recursos a título de tarifa técnica para custeio de seus serviços prestados.

Por fim, considerando a atual modelagem do Sistema de Transporte do DF, o equilíbrio do sistema – sem qualquer aumento de repasse à população, a título de aumento da tarifa usuário, como o governo fez no início de 2016 e é julgado ilegal pelo TJDF, tampouco aumento dos encargos do Tesouro, a título de tarifa técnica –, ocorrerá pela racionalização do sistema por meio de obras de mobilidade, investimentos que sequer foram entregues por este governo.

Quero deixar isso claro, está escrito e vai ser distribuído para toda a imprensa. Hoje, pela manhã, na CBN, num debate, chamou-se lá uma pessoa que representa as empresas de transporte, o Secretário de Mobilidade aqui do Distrito Federal, e foram debater essa gratuidade votada aqui na Câmara. Não me chamaram para o debate, mas falaram um monte de mentiras. O Secretário de Mobilidade, de forma mentirosa,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

sem consultar, falou que ia aumentar a despesa em 30 milhões de reais. Eu gostaria que o Governador orientasse seus secretários a, no mínimo, ter respeito por esta Casa, no mínimo! Porque a forma desrespeitosa com que o Secretário de Mobilidade tratou esta matéria, diante de dez a doze mil ouvintes – aquele horário era a hora em que o pessoal estava ouvindo –, não tem perdão. Não tem perdão!

Então, um erro atrás do outro em relação ao Poder Legislativo. Um erro atrás do outro em relação ao Poder Legislativo! Governador, tome rumo! No mínimo, o senhor precisa dialogar com esta Casa, porque aqui há Deputados respeitosos, que trabalham pelo bem desta cidade. Esta lei deveria ser respeitada, porque foi debatida por cinco anos, não foi colocada no último dia para ser votada, sem falar com ninguém, não.

Não veio como submarino para ser votada, retirando direitos das pessoas, os mínimos direitos, de debaterem onde elas querem que se coloque o recurso. Essa lei foi debatida com cidadãos desta cidade, com as entidades que trabalham com os idosos. Cinco anos, debatemos por um ano, produzimos documentos claros, como, aliás, é do meu feitio nesta Casa, por isso fiz o destaque dessa emenda. Não é possível mais continuarmos fazendo esse tipo de coisa.

Eu faço um apelo aos colegas Deputados: deem o exemplo, se deem ao respeito, desçam, vamos fazer a votação, nós não fugimos ao diálogo, ao debate, nem ao acordo por esta cidade – mas por esta cidade, não por partido a, b ou c.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Joe Valle, pelo pronunciamento.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero dizer o seguinte: muito se fala que eu venho a esta tribuna para criticar o Governador. Agora, vou elogiá-lo: ele teve um surto de inteligência com isso tudo, porque ele conseguiu colocar em conflito este Plenário – mesmo que por alguns momentos.

Contudo, o que se debate aqui é o seguinte: quem é que tem interesse na votação do Orçamento? A Oposição está aqui. O governo – parece-me – não está, ou não tem interesse. E aí, antes do uso da palavra pelo Deputado Joe Valle, eu solicitei que fosse feita uma verificação de *quorum* para que a gente possa verificar se, efetivamente, a sessão deve permanecer, haja vista que ela tem por objetivo, exatamente, a apreciação do Orçamento.

E se o governo não tem interesse e mantém os seus apoiadores longe deste Plenário, não se dá para ficar aqui *ad aeternum* esperando que o Governador tenha outro surto de inteligência e faça alguma coisa nesse sentido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria deixar claro, porque, às vezes, as pessoas pensam que a Celina está fazendo discurso político: o Código Penal, no art. 359-D, fala que ordenar despesa não autorizada por lei é crime, e a pena é de um a quatro anos de reclusão.

Sr. Presidente, eu também quero ler aqui a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, também no art. 10º, dos crimes contra a lei orçamentária, que diz o seguinte no art. 10º, II: "exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do Orçamento..." Excetuando-se o que é feito pelo Congresso Nacional; ela é uma exceção autorizada muitas vezes pelo STF, porque sabe que a Casa tem um trâmite diferenciado.

Por isso que eu faço o registro aqui nas notas taquigráficas de que esta Casa, se ela não vota o Orçamento hoje, é por culpa exclusiva do Governo do Distrito Federal, porque quando houver uma representação nesse sentido... O Governo Federal já sofreu e deu a resposta de que ele não tinha condições jurídicas de votar o Orçamento a tempo; não é isso que acontece hoje aqui na Câmara Legislativa. O que nós percebemos é que não se tem a vontade política do próprio governo, que deveria ter o interesse de zelar pela sua reputação, que não está aqui presente, que não quer votar e não se faz representado aqui pelos seus Deputados da Base.

Então, faço questão de deixar esses dois registros porque eu sei que, se V.Exa. suspender a votação até fevereiro, ele vai executar o Orçamento sem previsão e sem autorização legal. Mas já deixo registrado aqui, porque são essas as notas taquigráficas que vou usar na representação, diante da falha e da ausência aqui do Executivo no Parlamento.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da maneira que V.Exa. quiser, mas eu venho à tribuna porque há pouco mais de cinco minutos o Governo do Distrito Federal soltou uma nota desastrosa, mentirosa, inconsequente, eivada de situações mentirosas, jogando esta Câmara contra a população do Distrito Federal.

Ela chama a nossa decisão de inconsequente, chama a nossa decisão de eleitoreira, traz argumentos mentirosos para a população, dizendo que a não votação

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

do Orçamento é culpa exclusiva da Câmara. Isso não se faz, Sr. Presidente. Nós estamos aqui, os Deputados, para votar e debater, estamos procurando um diálogo, e vem o Governo do Distrito Federal e solta essa nota. Não existe outro adjetivo a ser dito: é uma nota mentirosa. Ora, nós estamos aqui para votar, nós estamos aqui para discutir!

Quando o governo ganhou na questão do Iprev, a Oposição baixou a cabeça, aceitou e foi à Justiça, porque é de direito, mas ela não se furtou à sua função, à sua obrigação de estar aqui para debater e votar. O Governo do Distrito Federal agora solta essa nota sem vergonha – não tem outra palavra – para dizer que nós estamos levando prejuízo à população, que o Orçamento não está sendo votado por conta da Câmara Legislativa.

Ora, nós temos aqui 11, 12 Deputados para votar, Deputado Wellington Luiz. Que o governo mande a sua Base vir para cá, votar o Orçamento e ganhar ou perder no voto, porque o que aconteceu ontem não foi manobra, foi uma votação da Casa. Nós aqui não estamos fazendo picuinha, nós não estamos aqui fazendo jogo eleitoral, não; a votação foi legítima. Se o governo não consegue organizar a sua base, ele não pode agora vir e soltar uma nota mentirosa, desse naipe, tentando jogar a população do Distrito Federal contra esta Casa.

Sr. Presidente, eu quero aqui ocupar a tribuna para repudiar veementemente essa nota que o Governo do Distrito Federal soltou agora. Uma nota mentirosa e equivocada. Na surdina querem jogar a população contra esta Casa. Por que ele não vem à Câmara? Por que ele não vem aqui dizer...? Cadê a Secretaria de Administração? Onde está a Secretaria de Planejamento? Estão voando, estão viajando, nós estamos aqui trabalhando. Onde estão? Por que não vêm debater aqui? Por que soltam uma nota na surdina? Isso não pode ser aceito. Não podemos, em hipótese nenhuma, admitir que o governo traga nessa situação argumentos que são falaciosos e que só tentam jogar a população contra a Câmara Legislativa. Isso nós não vamos aceitar.

Então, quero registrar o meu repúdio a essa nota que saiu há cerca de dez minutos pela Assessoria da Imprensa, não sei por onde foi. Nós queríamos um debate aqui, queríamos que o governo estivesse aqui. Que quando ele perdesse, como foi no caso de ontem, que ele aceitasse e não fizesse birra, querendo jogar a população contra nós.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. tem toda razão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, chame a votação! Chame o nome dos Deputados que estão presentes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	32	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Conforme solicitado pelo Deputado Raimundo Ribeiro e agora pela Deputada Celina Leão, vamos fazer a verificação de *quorum*, para logo depois suspender a sessão por trinta minutos a pedido do Sr. Presidente. Gostaria de lembrar o que o Deputado Cláudio Abrantes disse: nós Deputados da Oposição estamos aqui para votar o Orçamento, para discutir. Quem está traindo a população são aqueles que estão se omitindo, que estão se acovardando e que não vêm aqui respeitar a vontade da população, principalmente aqueles que aqui estão presentes.

Solicito que Deputado Robério Negreiros faça a chamada dos presentes para a verificação do *quorum*.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – O Deputado Cláudio Abrantes está inclusive encaminhando a nota para nós.

Deputado, a gente entende a sua indignação, mas isso não pode ser surpresa porque, desde o início, a grande ferramenta de trabalho do governo desse rapaz é a mentira, nós sabemos disso. É preciso que alguns veículos de comunicação, que continuam entorpecidos pelas verbas de publicidade, falem a verdade e contem a verdade dos fatos, o que está acontecendo aqui. Há quanto tempo está se apelando para que o governo, com a responsabilidade do cargo que tem, venha discutir o Orçamento? Apesar de nós sabermos que o Governador é um irresponsável. Mesmo assim, até em homenagem à liturgia do cargo que ocupa, ele deveria fazer esse gesto, mas lamentavelmente não faz.

Deputado Cláudio Abrantes, solidarizo-me com V.Exa., mas lhe digo com toda a certeza: não é surpresa nenhuma, porque esse rapaz realmente tem essas coisas. Ele gosta da mentira. Aliás, diga-se de passagem, esse foi um dos motivos – eu gostaria que ele pudesse até desmentir – de eu ter tão rapidamente deixado a Base. Com três meses de governo eu entreguei a liderança do governo dele, porque eu já sabia que ia dar nisso. Quer dizer, é uma pessoa que nem sequer se faz respeitar. Nós respeitamos o cargo que ele ocupa, porque esse cargo não é dele. Esse cargo é da população, mas ele, como pessoa, realmente não merece respeito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só queria fazer um adendo à fala do Deputado Raimundo Ribeiro, pois eu já iria falar sobre isso.

Alguns dias atrás, eu estava em um evento do Conselho de Desenvolvimento, e o Governador Rollemberg pegou a palavra. Meu Deus! Eu pensei que fosse o Roriz falando, porque ele disse que foi o cara que mais fez obras no Distrito Federal. Que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

mais fez obras? Eu acho que ele está tendo um surto de mentira. Um surto! Eu acho que ele precisa de tratamento. Se você ouvisse, Deputado Wellington Luiz – inclusive eu fiz questão de gravar, nós estávamos com a equipe lá –, a mentira contada várias vezes por ele! Virou psicopata! Ele disse que as obras foi ele que fez – O Fantástico Mundo de Bob –, que as escolas estão todas prontas. Que reforma em escola ele fez? Ele construiu mais de duzentas escolas, e eu quero saber onde! É tanta mentira, uma atrás da outra! Disse que nenhum governador fez investimento em água. Pelo amor de Deus! O Roriz deixou Corumbá pronta. Eu acho que o Fona, que está lá do lado dele, deveria alertá-lo que ele está mentindo. É mentiroso, é mentiroso! A pessoa tem que orientá-lo a fazer um discurso melhor. Ele está mentindo, e mentir para empresários que participaram do governo do Roriz, do governo do Arruda, do governo do Agnelo e dele? É um sem vergonha! Num lugar como aquele ali?

É o que o Deputado Cláudio Abrantes falou. Uma nota mentirosa, por parte do Rodrigo Rollemberg, para mim não é espanto nenhum. Um cara que mente no meio do empresariado, dizendo que foi o maior construtor de obras e viadutos no Distrito Federal, pelo amor de Deus, é muita cara de pau!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A próxima dele, com certeza, vai ser dizer que foi ele que idealizou Brasília, e não JK.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me somo à fala de todos, em especial à do Deputado Joe Valle. Acho que política se faz com diálogo, nunca com cabresto, até porque eu também não sou afeito a capim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Convido o Deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*. Se houver *quorum* suficiente e se ninguém sair agora, nós vamos ter condições de votar.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM		DATA: 14/12/2017
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS		

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR		1
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CELINA LEÃO	PPS	1	
4	CHICO LEITE	REDE		1
5	CHICO VIGILANTE	PT	1	
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1	
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1
8	DELMASSO	PODEMOS		1
9	JUAREZÃO	PSB		1
10	JULIO CESAR	PRB		1
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS		1
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1
14	PROF. ISRAEL	PV		1
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1	
18	RICARDO VALE	PT		1
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS		1
22	WASNY DE ROURE	PT		1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			10	14

QUÓRUM	
10	PRESENTES
14	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão presentes 11 Deputados. Lamentavelmente, é o que nós esperávamos. Os Deputados da Base se omitiram, saíram. Então, se os Deputados não chegarem, é bom que vocês vejam, para saber quem está e quem não está.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que não encerre a sessão. Com o apoio dos Deputados que estão presentes, vamos descer à sala de reunião dos Deputados. Nós temos que encontrar uma saída para esse impasse. E a saída só se encontra conversando. Portanto, mantenha a sessão aberta, estão aqui 11 Deputados. Vamos lá, e se houver entendimento a gente volta. Se não houver, a gente volta para comunicar que não houve.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, a ideia é exatamente essa. Nós vamos suspender a sessão por 30 minutos, vamos chamar novamente os Deputados, volto a dizer, em respeito às pessoas que estão aqui, para que a gente possa votar o Orçamento. Caso não aconteça, caso os Deputados continuem se submetendo aos desmandos do governo e do Governador Rollemberg, nós vamos adotar as devidas providências que cabem à Mesa Diretora.

O Deputado Wasny de Roure e o Deputado Ricardo Vale já estão vindo ao plenário, por isso não vou proclamar o resultado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de V.Exa. proclamar o resultado – tenho certeza de que o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Wasny de Roure também estão descendo, eu acho que isso é importante, para vermos quantos Deputados estão presentes aqui –, peço a V.Exa. que não suspenda a sessão por enquanto.

Deputado Joe Valle, eu faço um pedido. Diante dessa chamada, dessa votação aqui, dessas notas taquigráficas que estão sendo feitas aqui, que V.Exa. e a Mesa Diretora desmintam esse Governador cleptomaniaco e mentiroso que nós temos. Nós estamos aqui, com toda a Oposição pronta. Ele fala que a Câmara Legislativa é irresponsável, mas ele que é um irresponsável! E aí eu quero que V.Exa., se puder, e a Mesa Diretora peguem as notas taquigráficas de hoje, com a chamada dos Deputados que estão presentes, para demonstrar quem não quer votar o Orçamento, para desmentir esse mentiroso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Celina Leão, se for o caso, se o Presidente permitir, eu acho que os Deputados presentes deveriam se enfileirar aqui e tirar uma foto, para saber quem está aqui e quem não está, para que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

vocês possam divulgar e saber quem são os Deputados que vierem aqui. Então, venham para a frente os Deputados presentes, tirem fotos, para saber quem está honrando o voto de vocês e os que estão honrando o voto do Governador.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero complementar o que a Deputada Celina Leão falou. Independentemente de qualquer coisa, Deputado Joe Valle, essa nota mentirosa, notoriamente mentirosa, a que o Deputado Cláudio Abrantes se referiu, ela exige uma resposta imediata. E essa resposta tem que ser dada realmente pela Mesa Diretora, representando o Plenário desta Casa.

Neste momento, de cinco representantes da Mesa Diretora, nós temos quatro: eu, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Robério Negreiros e o Deputado Joe Valle. A única ausente é a Deputada Telma Rufino, que é suplente da Deputada Sandra Faraj. Então, se o Presidente me permite, Presidente Deputado Joe Valle, se me permite, eu acho que deveríamos convocar imediatamente a assessoria de comunicação para redigir essa nota em nome da Mesa Diretora, para desmentir mais essa mentira absurda assinada pelo Governador Rodrigo Sobral Rollemberg.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou de posse aqui – inclusive no telefone do nosso Presidente, Deputado Joe Valle – de uma nota redigida pelo Governo do Distrito Federal.

Essa nota é um ultraje à democracia, é uma vergonha para o Distrito Federal, é um ataque à população do Distrito Federal, porque o Governador mente, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Wellington Luiz. Ele diz que nós estamos piorando a qualidade de vida da população do Distrito Federal. É mentira! A falta de medicamentos nos hospitais não é culpa nossa, porque o dinheiro tem lá. A não contratação de servidores não é culpa nossa. O não pagamento das gratificações não é culpa nossa.

Deputado Joe Valle, eu estava com espírito conciliatório aqui, eu estava propondo que fizéssemos uma reunião ali para encontrarmos uma saída. Agora o Governador vem nos agredir. Ele acha que, com os milhões que ele está gastando com a imprensa para falar bem dele, essa imprensa vai atacar a Câmara Legislativa; que, ele pagando para falar bem dele, ela vai mentir com essa nota... Não vou dizer o adjetivo que ela merece. É inaceitável esse tipo de coisa.

Se o Governador Rollemberg pensa que este Poder Legislativo vai se ajoelhar aos pés dele, não vai. Se o Governador Rodrigo Rollemberg pensa que vai jogar em cima da Câmara Legislativa a irresponsabilidade dele, não vai.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

Deputado Joe Valle, eu tenho muita divergência com o Deputado Robério Negreiros, mas eu quero, neste momento, chamar todos os Deputados. Que tenham um mínimo de brio, que tenham dignidade, que honrem o voto dado pela população porque têm que honrar o voto dado pela população! Que venham agora para o plenário para votarmos o Orçamento do Distrito Federal.

Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Rafael Prudente, essa nota não atinge o Deputado Chico Vigilante. Essa nota, Deputado Raimundo Ribeiro, não é contra o Deputado Chico Vigilante. Essa nota é contra um poder constituído do qual este Governador já fez parte, é contra a democracia, é uma afronta à democracia.

Se o Governador acha que, seguindo as orientações do Sr. Paulo Fona, vai colocar esse poder de joelho, não vai. Ele não tem como dar um golpe de estado para fechar a Câmara Legislativa. Talvez essa seja a vontade dele, mas ele não vai fechar a Câmara Legislativa, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu tenho o maior respeito por todos os seres humanos. Agora, o que o Rodrigo Rollemberg fez hoje com a Câmara Legislativa é inaceitável! Gastar dinheiro público para publicar essa nota para atacar um poder constituído... Ele devia honrar o voto popular que foi concedido a ele.

Portanto, o Deputado que não vir agora ao plenário e votar é porque não merece ser Deputado, não honra os votos que recebeu. Deputado Wellington Luiz, Deputado Joe Valle, eu, que estava fazendo uma proposta de acordo, não tenho mais proposta de acordo. O meu acordo agora é votar o Orçamento. Não tenho mais proposta de acordo, não há conciliação, porque eu não vou fazer conciliação com quem nos humilha.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, porque eu estou cada vez mais estarecido. Não bastasse essa nota desastrada que foi emitida há pouco pelo Governo do Distrito Federal, neste momento, Deputado Wellington Luiz, o governo está espalhando para a imprensa como, Deputado Prof. Reginaldo Veras, estão distribuídos os 42 bilhões do Orçamento, os 42 bilhões que nós estamos aqui para votar e que o governo não deixa votar, porque impede que a Base venha para cá.

Ora, por favor, isso é uma brincadeira de mal gosto, isso é uma irresponsabilidade com o Distrito Federal, é querer usar a imprensa para confundir a população neste momento. E os membros da imprensa sabem do que eu estou falando. A Secretaria de Imprensa do Governo do Distrito Federal está espalhando notas de como seriam distribuídos os 42 bilhões e que nós estamos impedindo a votação desses 42 bilhões. Ora, nós estamos aqui para votar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

É impossível que um governo cometa asneiras atrás de asneiras. É impossível que possamos conviver com isso. E é impossível que esta Casa não dê hoje uma demonstração para a sociedade do Distrito Federal de que ela, sim, honra os seus mandatos e para que fomos eleitos. Se viermos aqui para baixar a cabeça para esse tipo de coisa, seja pelo que for, seja por ideologia, seja por cargo, seja por fisiologismo, nós estaremos fadados a ter que andar na rua e ter que concordar que a Câmara será fechada, porque é impossível isso, minha gente.

Nós estamos aqui para votar os 42 bilhões, que é a proposta original do Orçamento, e o Governo do Distrito Federal quer espalhar que a Câmara Legislativa é que não vota. Ora, eu não sei onde é que está a cabeça dessa estratégia que está sendo colocada pelo governo.

Então, aqui, mais uma vez, deixo o meu repúdio e um clamor, um pedido para que possamos dar solução para isso, porque o grande sacrifício... quem está sendo prejudicado é a sociedade. E parece que é isso que o governo quer, por birra, simplesmente por isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – César, deixo bem claro: os Deputados que estão aqui são os que estão à disposição para votar o Orçamento para atenderem o pleito da Pausa. Então, nós estamos aqui. O que precisa para resolver a situação de vocês é votar o Orçamento. Agora, os Deputados que não vieram é porque não estão muito preocupados. Desculpa, é bem claro isso. E esse Deputado tem que responder pelas suas atitudes, tem que ter responsabilidade. Deputado não tem que ser “vaquinha de presépio”. Deputado tem que vir aqui e prestar contas ao eleitor, ao trabalhador e a pessoas iguais a vocês. Esse é o papel do Deputado.

Aqui havia 14. Vocês contaram. Quando começou a verificação de *quorum* para se iniciar a votação, saíram. Então, é bom que vocês fotografem e saibam quem está aqui no plenário para divulgarem. Aqueles que se acovardaram e saíram viraram as costas para os trabalhadores. O que está acontecendo aqui hoje é vergonhoso, é lamentável. E nós não podemos admitir isso, e vocês muito menos.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a fala do Deputado Chico Vigilante. Acho que nós vamos continuar tendo muitas divergências, que não são poucas, mas eu admiro algo nele que é salutar, que é a coragem e o posicionamento, porque representar a população e depois ficar aqui como “vaquinha de presépio” não tem condição.

Sobre a fala do Deputado Cláudio Abrantes, feita com muita proficiência, já que o governo está fazendo isso... De forma grandiosa, com orgulho de estarmos na Segunda Secretaria, juntamente com os nobres colegas e com todos os parlamentares, porque a Câmara Legislativa é plural, nós economizamos, neste ano, 60 milhões de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

reais em diversas áreas, em TV Legislativa – fizemos uma TV Web menos custosa –, na informática, na mídia. Fizemos isso por pensar na sociedade.

Eu peço ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Terceiro Secretário, à Primeira Secretária, que está ausente, e a todos os Parlamentares que, se for assim, como votamos só o primeiro orçamento, que empenhemos uma parte do que deixamos de gastar em propaganda institucional, que também é importante para esta Casa. Sugiro que façamos uma nota para ser publicada em todos os jornais. Já que o governo faz uma nota querendo que falem bem... Eu não acredito em notícia que fala bem. Para mim, é propaganda, e a propaganda é paga.

Então, que coloquemos isso em todos os jornais, nem que tenha um custo, e que se diminua o valor de 44 milhões que estamos devolvendo como Fundo de Contingência para o governo usar da forma que ele bem entender. E a diferença foi para a Defensoria Pública, por ter autonomia. Foi também votado aqui nesta Casa, recepcionando-se os preceitos da emenda à Constituição Federal. Nós colocamos também, porque ficaríamos sem pagamento os defensores públicos do Distrito Federal, que atendem à comunidade carente.

Eu gostaria de pedir a V.Exa., Deputado Wellington Luiz, que coordena a comunicação desta Casa, que coloque isso, para mostrar também o nosso lado. A verdade, às vezes, tem dois lados, e a verdade "verdadeira" está conosco aqui.

Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho uma proposta de encaminhamento dessa questão. Tenho certeza de que os 24 Deputados foram convocados para esta sessão de hoje. Conversando com nossos técnicos da Casa, certifiquei-me de que temos a possibilidade de fazer o sobrestamento do plenário até fevereiro, ato feito pela Mesa Diretora. Um sobrestamento do plenário feito até fevereiro.

É tão engraçado: nós estamos todos aqui no plenário, querendo resolver um problema do governo, e fica parecendo que o problema é nosso. O problema é dele! Eles é que tinham de estar aqui dentro, doidos para votar o Orçamento, a fim de não incorrer em crime de responsabilidade. Agora, se eles acham que vão chantagear a Câmara Legislativa com uma nota barata dessa, acho que este poder novamente, como disse o Deputado Cláudio Abrantes, como disse o Deputado Chico Vigilante... Está aqui o Deputado Wasny de Roure também... E aí, Presidente, sugiro que V.Exa. dê um prazo de dez minutos para os Deputados se dirigirem ao plenário e, passado esse tempo, seja feita a chamada dos Parlamentares. Se nós não tivermos *quorum*, V.Exa. sobresta o plenário até fevereiro.

É o encaminhamento, Sr. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Só lembrando que o Deputado Wasny de Roure, que chegou aqui agora, esteve aqui o tempo todo, apesar de estar acometido de um princípio de pneumonia. Ele tem que servir de exemplo para os que estão escondidos.

Então, logo depois da questão de ordem do Deputado Chico Vigilante e da fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que já pediu a palavra, vamos suspender a sessão, a pedido do Presidente Joe Valle, por dez minutos. Depois, se for o caso, encerramos e fazemos a suspensão regimental até fevereiro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, o Governo do Distrito Federal, Deputado Joe Valle, neste exato momento – é importante a imprensa que está aqui tomar conhecimento disto – , tem guardados no Fundo de Saúde, em caixa, dinheiro vivo, no dia de hoje, 14 de dezembro de 2017, R\$ 588.746.010,96 (quinhentos e oitenta e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, dez reais e noventa e seis centavos). Aí vem dizer que não tem dinheiro para pagar a gratificação do pessoal do Pasus! Querem enganar a quem?

Eu estava conversando aqui com o Deputado Joe Valle e quero deixar mais clara ainda a proposta feita pelo Deputado Robério Negreiros, Deputado Joe Valle e Deputado Wellington Luiz: a Câmara Legislativa precisa, neste momento, produzir uma matéria paga, com a nossa versão, e colocá-la em todas as rádios, jornais e televisão, mostrando a mentira do GDF. E tem que ser dizendo: GDF mente! Se quer briga, tem briga; se quer guerra, tem guerra; se quer paz, tem paz! Não venham construir a guerra em cima da gente! Eu aceito tudo, mas ser humilhado, não.

Devo dizer também que a Oposição está aqui para votar. Quem não vem votar o Orçamento é a Base do governo, para, depois, Deputado Wellington Luiz, ficar mentindo nos jornais, rádio, televisão e *blogs*, dizendo que estamos atrapalhando a governabilidade. Quem atrapalha a governabilidade são eles, que não governaram nunca.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Lembro, Deputado, que a Mesa Diretora, juntamente com os demais Deputados, vai suspender a sessão por dez minutos. Nosso coordenador de comunicação, Paulo Gusmão, já está a postos, e, logo que suspendermos, vamos descer para produzir a nota e dar uma resposta, para que a sociedade saiba exatamente o que está acontecendo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	40	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde a todos os presentes. O clima está hostil na Casa hoje. Estou realmente envergonhado inclusive com os debates de birasca de interior que têm acontecido aqui. Mas vamos tentar voltar à linha.

Sr. Presidente, vou repetir o encaminhamento de V.Exa. Eu acho que é muito simbólico que todos nós que estamos presentes no plenário façamos aqui a famosa *selfie*. Fiquemos aqui alinhados, para que a sociedade, para que a imprensa saiba quem, de fato, está aqui de corpo presente e de alma pronta para votar esse Orçamento, para que a cidade não pare. Então, antes de encerrar a sessão, peço a V.Exa., Sr. Presidente, que façamos essa foto aqui. Isso é muito simbólico, Sr. Presidente, porque mostra realmente quem está aqui.

Eu gostaria de fazer uma breve análise, principalmente aos meninos que estão esperando nomeação, o pessoal da Secria, que está ali. Eu trabalho em preparatório para concurso há 23 anos. Então, eu me sinto com *know-how* suficiente para fazer uma breve análise.

No item 6 da nota que acaba de ser divulgada pelo Governador, ele diz que “sem aprovação da emenda, milhares de servidores da Secretaria de Saúde, agentes penitenciários e outros deixarão de ser nomeados”. Isso é mentira, porque a nomeação de servidor está amarrada à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi aprovada aqui de forma absolutamente minguada e que não há previsão de nomeação de milhares de servidores. Logo, ele está mentindo descaradamente. Essa é que é a verdade.

Todos os Deputados aqui têm atuado de forma muito empenhada, na tentativa de sensibilizar o Governo da necessidade de ampliar as nomeações, e nós não somos escutados. Eu sou conhecido no governo como o chato das nomeações. O Deputado Wasny de Roure vive nessa luta comigo, o Deputado Cláudio Abrantes abraçou essa causa, o Deputado Prof. Israel está sempre lá. Entra em um ouvido e sai no outro. O governo tem deficiência auditiva no que se refere às nomeações. Essa é a verdade. Logo, a nota mente.

No item 7 da nota, ele diz que a saúde perderá 447 milhões. Não perderá nada! O orçamento da saúde se dá ao longo de todo o ano. Ele não vai gastar esse dinheiro todo no mês de janeiro. É mentira. Tem até dezembro para fazê-lo e, na ausência da aprovação da Lei Orçamentária, a Constituição garante que ele use o duodécimo, que vai movimentar o Estado da mesma maneira. É uma outra mentira, sem fundamento constitucional, sem fundamento legal.

Ele diz ainda, no item 8, que 287 milhões irão para a construção e reforma de escolas. Eu duvido, pelo empenho de toda a minha vida na educação pública do Distrito Federal, pelo encaminhamento que eu e o Deputado Wasny de Roure fizemos nesta tribuna para que o Governo do Distrito Federal buscasse empréstimo internacional para a construção e reforma de escolas, eu duvido que serão gastos sequer cem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

milhões do Orçamento na construção e reforma de escolas. Duvido! E ficarei com esta nota do governo como uma carta de compromisso, porque eu iriei cobrar cada milhão desse, ao longo da execução do Orçamento, para mostrar que esta minha fala é séria e que o governo estava mentindo, na tentativa de jogar a população contra os Deputados que, de forma independente e autônoma, tomaram uma posição contrária à que ele queria.

A Câmara Legislativa não pode ser um mero carimbador das vontades do Poder Executivo, senão é melhor a Constituição Federal acabar com o Poder Legislativo. Voltemos a uma monarquia absolutista, então.

E ainda digo o seguinte: no item 9 da nota, o governo diz que construirá e reformará quinhentos abrigos de ônibus. Quem usa ônibus aqui acredita nessa história?

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Não vai.

Então, senhoras e senhores, é importante que todos vocês guardem essa nota do governador dizendo onde ele aplicaria esse recurso, para que, no final do ano, ou no período eleitoral, que é o período em que se dá a maior cobrança, vocês tenham consciência de que ele realmente queria fazer isso ou que ele estava jogando a população, de forma leviana, contra o Poder Legislativo.

E fica aqui o encaminhamento até para o governador: é no diálogo que a gente constrói o avanço. Ontem já não houve diálogo, houve ruptura. E hoje ele, de forma mais uma vez equivocada, vem atacar o Poder Legislativo, do qual ele depende para continuar a sua capacidade de governar.

Então, Sr. Presidente, estou envergonhado. Eu estava comentando ali que, ingenuamente, quando eu me candidatei a Deputado Distrital, passava na minha cabeça que eu faria aqui debates altamente acadêmicos, como os que eu fazia quando eu era professor, inclusive professor universitário. Eu achava que iria evoluir na minha capacidade de argumentação científica e tudo o mais. É uma decepção total. Eu estou involuindo. Involuindo! Nesta Casa, eu juro para V.Exa., estou involuindo. O Poder Legislativo, a ação toda aqui está me emburrecendo, essa é a verdade.

Por isso, Sr. Presidente, para que eu não me emburreça ainda mais, eu vou concordar: é melhor suspender logo o ano legislativo. A gente vai para a praia tomar uma cerveja, sei lá. E aí, a gente volta, volta em fevereiro e vê o que acontece.

E estou aqui, Sr. Presidente. Se quiser convocar uma extraordinária no dia 31, se a gente quiser fazer a ceia de Natal e votar aqui, eu não me furtarei, não. Se tiver que voltar lá do meu Ceará durante as férias para votar, eu volto também. O que não pode é a gente ficar aqui fazendo esse jogo ridículo – ridículo! –, nessa queda de braço pouco profícua entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para ver quem tem razão ou deixa de ter. É lastimável, é lamentável o que está acontecendo aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Desculpem-me.

Obrigado, gente.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, na realidade, eu vou ficar aqui todos os dias trabalhando, como tenho feito neste ano em que assumi o compromisso de uma ressignificação.

Eu vejo que o governador se apequena a cada dia, fazendo uma briga de botequim, trazendo essa vergonha para esta cidade.

Nós sabemos que estamos na data, ainda, de funcionamento da Câmara. Esta é uma sessão ordinária para a votação do Orçamento, pauta única de hoje, já que conseguimos cumprir todas as pautas sem o açodamento de votar de madrugada. Há vício do Executivo de mandar projetos na última semana para que os votemos aqui sem a devida análise... em função de todo o trabalho feito, nós pudemos detectar esse tipo de armadilha que o governo mandou para cá, uma armadilha para a população de Brasília.

Estamos todos aqui para votar. Gostaríamos de votar o Orçamento hoje.

Fizemos, a partir de uma análise de toda a assessoria desta Casa, numa reunião feita na sala de reuniões da Presidência, uma avaliação, junto com os técnicos, do açodamento de votar essa emenda nesse dia, de não ter o problema para o governo... Ele bota na imprensa uma nota, no último dia da Câmara. Nota essa que ele deveria ter colocado na quinta-feira, quando entrou o projeto aqui, e ter passado para os Deputados, porque ele detalha o gasto que ele vai fazer. O que ele não fez... O que ele não fez para aqueles que analisam o Orçamento.

Então, eu vejo com muito pesar, porque eu sempre tive com o governador e com o governo muita consideração. Para vocês terem ideia, esses dois projetos, o da publicidade, ontem, e essa emenda – não é nem o orçamento – foram, se não me engano, os únicos dois projetos do Governo do Distrito Federal que nós não votamos aqui. Os dois únicos projetos. Agora, essa emenda nós não votamos por um... Não votamos, não, derrotamos aqui, foi derrotada aqui nesse processo. Então, em função disso, o governo retira a sua Base da Casa, retira o quórum, não quer que vote o Orçamento que está aqui pronto para votar, um orçamento de 42 bilhões, segundo diz a nota, em que ele detalha dizendo que nós não vamos votar.

Nós queremos votar o Orçamento. São 1,3 bi que nós não queremos votar pela forma feita, mas estamos dispostos, estávamos fazendo um acordo aqui de colocar em crédito na primeira semana de fevereiro, o que não traz absolutamente nenhum prejuízo para a população do Distrito Federal, pelo contrário. Pelo contrário!

Nós vamos fazer uma avaliação, vamos trabalhar e vamos botar rito nesta Casa. Ela sempre foi chamada de puxadinho do Buriti, hoje ela não é um puxadinho do Buriti, hoje ela é o Poder Legislativo, que tem condição e capacidade de avaliação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
14	12	2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Agora, na hora em que ela deixa de ser puxadinho do Buriti, o Buriti se ressentido, se rebelado e quer fazer isso aqui... Não vai fazer, Sr. Governador! Não vai fazer! Quando o senhor tiver a competência de fazer o Presidente da Câmara Legislativa, aí o senhor venha fazer isso aqui. E não deveria também. Agora, aqui não, seu moço! Aqui não! A gente vai fazer corretamente. Vai fazer direito! Vai fazer com a participação das pessoas, vai discutir e debater, coisa que o senhor não está acostumado a fazer, porque traz nas suas origens o coronelismo lá do Sergipe. Aqui se tem que discutir e debater. Aqui as pessoas têm vez e voz. Aqui há diversidade. Aqui temos democracia. Se o senhor não está acostumado com isso, venha aqui aprender. Parece que não passou nas cadeiras desta Casa! Tem que voltar para cá para entender o que é esta Casa. Passou quanto tempo aqui? Não aprendeu nada? Não fez nada? Saiu em muita fotografia de papagaio de pirata?

Então, esse tipo de coisa eu não admito. Esse tipo de coisa eu não admito nem vou admitir. E chamo a responsabilidade para mim como Presidente desta Casa. Não estou aqui para fazer campanha política como o senhor governador está fazendo desde já. Não estou aqui para isso. Estou aqui para ressignificar e vou ressignificar. Chamo essa responsabilidade para mim! Estamos aqui para votar. Vou ficar o que for necessário aqui!

Há 11 Deputados aqui para votar, com mais 2 fazemos o trabalho, fazemos a votação, ficamos tranquilos e vamos discutir isso durante o recesso para que possamos fazer uma votação consciente, na primeira semana de fevereiro, desse crédito de 1.3 bilhões de reais.

Todos sabem aqui, o tempo inteiro eu brigo pelo rito da Casa. Todos sabem. Todos os assessores sabem como eu me comporto. Todos! Então, vir denegrir a imagem por uma nota de imprensa mentirosa, gastando dinheiro público de forma covarde! De forma covarde, no meio de uma sessão ordinária em que estávamos aqui debatendo democraticamente, chegando a um acordo! Ora, Sr. Governador, o senhor é um moleque? Isso é coisa de moleque!

Quero pedir ao senhor que se retrate! Que se retrate! Porque não é essa a minha conduta com o senhor e nunca foi. Sempre o respeitei como Chefe do Poder Executivo e como pessoa, cidadão e parlamentar. Então, isso eu não posso admitir. Sou uma pessoa respeitosa, conciliadora e séria. Tenho dado tudo que posso da minha energia pessoal para fazer desta Casa uma Casa respeitada.

Recebemos quase 100 mil pessoas neste ano nesta Casa. Todas saíram daqui respeitadas e com respostas. Na diversidade desta Casa, dos partidos, dos pensamentos, dos campos, todas saíram respeitadas. Os debates aqui são francos mesmo, porque nossa Casa é um legislativo que une dois legislativos: nós somos cidade e somos estado, nós temos uma câmara municipal e uma assembleia legislativa. Os debates são ricos, democráticos, na voz do povo, na voz em que as pessoas se colocam aqui! Esse é um formato claro.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

Agora, por favor, venha para a democracia, para o republicanismo, vamos trabalhar, vamos discutir. Em nenhuma vez me furtei ao debate. Discuti o Iprev, melhoramos, foi votado nesta Casa; discuti o Instituto Hospital de Base; o Pró-DF; na última semana, discutimos a questão do IPTU, melhoramos com a participação dos Deputados. Dessa forma, não tem jeito, não é, gente? É muito pequeno para se fazer. Nós queremos ajudar a cidade, mas construir dessa forma é destruir o que tem sido construído ao longo desse tempo. Vamos reciclar, ressignificar, trazer à tona a vontade da democracia, a diversidade, o diálogo.

Nós não nos furtamos ao diálogo, mas, quando somos agredidos pela imprensa, como fomos hoje pela manhã pelo secretário de mobilidade e agora por essa nota de imprensa, quando estávamos ali discutindo com a maior tranquilidade com o secretário de articulação, com o Líder de Governo, praticando a democracia... E a gente recebe uma nota covarde dessa!

Eu faço um apelo à imprensa para que possamos ter condição, os que estão aqui, que estão vendo o que está acontecendo, que tenhamos condição de minimamente responder com a dignidade com que estamos tratando desse assunto. Obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero propor a V.Exa., de acordo com o Regimento, que se traduza em voto, Deputado Joe Valle, a nossa posição. Aqui estão os Deputados que querem votar. O Orçamento está para ser votado em segundo turno. Portanto, peço a V.Exa. que ponha o Orçamento em votação nominal, porque aí vai ficar claro para a sociedade de Brasília quem quer votar o Orçamento de Brasília e quem não quer. É a melhor resposta que a gente dá. Regimentalmente, podemos votar o Orçamento. Se não chegar aos 13, Deputado Joe Valle, já consultei a assessoria, suspende-se, e, quando chegar aos 13, aprovamos.

Portanto, peço a V.Exa. que ponha em votação nominal, nome por nome de quem está aqui, quem quer votar o Orçamento. Para ficar claro à sociedade de Brasília quem são os Deputados que querem votar o Orçamento, que não querem parar a cidade, que querem que as coisas funcionem.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho o encaminhamento no mesmo sentido do Deputado Chico Vigilante, só tenho uma observação a fazer. E aí, Deputado, se não alcançarmos o *quorum*, acho que fica... Não vamos ficar esperando *quorum* aqui, acho que não somos empregados do GDF, e nem para amanhã, e nem na semana seguinte.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

E aí acho importante V.Exa. também deixar nas notas taquigráficas, se a gente não alcançar o quórum, que fica marcado para a primeira semana de fevereiro, como é previsto no Regimento... Porque, que fique bem claro, se não votarmos hoje, vamos votar, sabemos que a pauta é uma prerrogativa exclusiva da Presidência, o Plenário ficaria sobrestado, e retornaríamos em fevereiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de dizer, Deputado Chico Vigilante, que vamos fazer, mas eu preciso votar primeiro os destaques, pois votamos um destaque e ficamos de votar em bloco os outros destaques. Então, vamos à dos destaques, das emendas destacadas.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. falou fora do microfone, mas não traga essa discussão para cá, porque vai piorar ainda mais, pois aquilo ontem foi um negócio escabroso no Rio de Janeiro.

Só justifico aqui a ausência do Deputado Ricardo Vale, porque ele foi ao médico, mas volta vivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Retificando a verificação de *quorum*: nós temos 10 Deputados presentes e 14 ausentes.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para o sobrestamento dos Itens nºs 1 a 64, relativos aos vetos, para votarmos os outros itens da Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao item seguinte.

Item nº 65:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.744, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2018”.

Aprovado em primeiro turno.

Foram apresentados destaques às Emendas nºs 399, 486, 673, 674 e 675.

Colocarei em discussão as emendas destacadas.

Consulto aos Líderes se há acordo para votarmos em bloco as emendas destacadas. (Pausa.)

Há acordo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	46	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que o processo seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A votação será feita pelo processo nominal. (Pausa.)

Pela rejeição das emendas, o voto deve ser “não”.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só uma emenda?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para esclarecer, como já tínhamos feito emendas ao Orçamento, fizemos o remanejamento daquilo a que eu teria direito em relação às minhas emendas parlamentares para o ano que vem. Eu fiz uma modificação. Então, o destaque da emenda é meu. Eu peço a rejeição da minha própria emenda, porque eu fiz um remanejamento já no Orçamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, a orientação é pelo voto “não”, pela rejeição das emendas.

Discussão e votação, em bloco, das emendas destacadas.

Em discussão as emendas destacadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as emendas; os que votarem “não” estarão rejeitando-as.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Agaciel Maia: ausente.

Deputado Bispo Renato Andrade: ausente.

Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Presente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Vota “não”.

Deputado Chico Leite: ausente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, eu quero votar o Orçamento e voto “não” às emendas, para que a gente vote o Orçamento. E conclamo os Deputados que estão por aí fugindo do trabalho a virem trabalhar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Chico Vigilante: não.

Deputado Cláudio Abrantes.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Vota “não”.

Deputado Cristiano Araújo: ausente.

Deputado Delmasso: ausente.

Deputado Juarezão: ausente.

Deputado Julio Cesar: ausente.

Deputada Liliane Roriz: atestado médico. Ausente.

Deputado Lira: ausente.

Deputada Luzia de Paula: ausente.

Deputado Prof. Israel: ausente.

Deputado Prof. Reginaldo Veras: não.

Deputado Rafael Prudente: não.

Deputado Raimundo Ribeiro: não.

Deputado Ricardo Vale: foi ao médico. Deve voltar. Por enquanto, ausente. Ausência justificada.

Deputado Robério Negreiros: não.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Calma. Deixa eu falar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Por favor, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Política se faz com diálogo, não com cabresto. Voto “não”.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Robério Negreiros: não.

Deputada Sandra Faraj: ausente por licença médica.

Deputada Telma Rufino: não. Ausente – desculpa. Retificando: Deputada Telma Rufino, ausente.

Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14	12	2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				48	

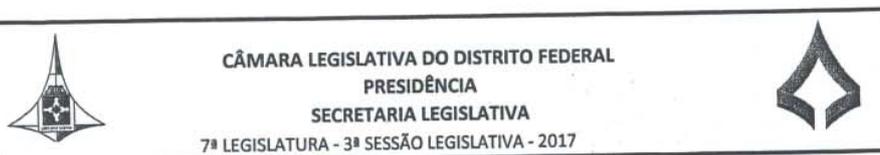
DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Wasny de Roure: não.

Deputado Wellington Luiz: não.

Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Não.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Joe Valle: não.



PROJETO DE LEI Nº 1.744/2017 DATA: 14/12/2017
VOTAÇÃO DAS EMENDAS Nº 399, 486, 673, 674 e 675, DESTACADAS

QTD.	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS		1				
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				X
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS				1		
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS				1		
13	LUZIA DE PAULA	PSB				1		
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT				1		
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1				
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS				1		
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE *	PDT		1				
RESULTADO			0	10	0	14	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO NÃO HOVE QUÓRUM:	
0	VOTOS SIM
10	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
14	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
10	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO WELLINGTON LUIZ

SECRETARIA LEGISLATIVA
PL Nº 1.744 / 2017
Folha nº 2940

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 12 2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não há *quorum* suficiente para a votação. Dez votaram “não”. Houve 14 ausências.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que não temos *quorum* para votar o Orçamento, a Câmara Legislativa está funcionando normalmente. Portanto, eu sugiro a V.Exa. que, tendo em vista que nós temos direito de fazer sessão deliberativa na terça-feira, convoque sessão para terça-feira, às 15h.

Peço a esses Deputados que não vieram votar hoje que reflitam até terça-feira para que a gente possa aprovar o Orçamento do Distrito Federal, bem como – conforme V.Exa. já disse e eu me somo às palavras ditas – que o Governador peça desculpas a esta Casa, especialmente ao Presidente.

Se há alguém pensando em eleição, é ele, não somos nós. E ele colocou na nota também que há interesses inconfessáveis. Ele tem que dizer quais são os interesses inconfessáveis. Ele, como autoridade, não pode mentir. Portanto, o Governador Rodrigo Rollemberg precisa dizer quais são os interesses inconfessáveis que estão movendo e quem é o Deputado que está com interesse inconfessável. Precisa dizer, porque é muito fácil, Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa, atacar, agredir e achar que está tudo bem. Não está tudo bem.

Precisa ficar claro para a sociedade que há uma crise no Distrito Federal sem precedentes, porque nunca, em nenhum momento da história, alguém atacou o Parlamento da maneira que o Governador Rodrigo Rollemberg está atacando. E eu falo de todos os governadores, inclusive o Arruda – nunca atacou desse jeito. Roriz não atacou desse jeito. Cristovam não atacou desse jeito. Agnelo não atacou.

E ainda mais: se esse Governador está eleito, é porque V.Exa., o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Raimundo Ribeiro e a Deputada Celina Leão ajudaram na campanha dele. Portanto, ele tem que ter o mínimo de respeito pelas pessoas que o ajudaram. E ele conhece a gente. Se ele foi Senador da República, é porque nós o colocamos lá. Ele não tem o direito de agredir do jeito que está agredindo.

Quanto a nós, estaremos aqui no plenário para votar o Orçamento na hora em que os fujões vierem votar, Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Bom, eu vou, então, encerrar esta sessão. Gostaria que os Deputados aguardassem aqui na frente para fazermos uma foto.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14	12	2017	15h05min	116ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				50	

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Eu acho que seria importante informar sobre o sobrestamento e a data da próxima sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Informo que terça-feira, às 15h, teremos sessão ordinária normal com o Orçamento novamente como ponto de pauta. O início será às 15h, na terça-feira. Ok?

Nada mais havendo a tratar e não havendo *quorum*, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h05min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 117ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wellington Luiz e Joe Valle

SECRETARIA: Deputada Telma Rufino

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 1 minuto

TÉRMINO: 17 horas e 44 minutos

Obs.: A lista de presença segue em anexo.

L I D O
Em, 19/12/17

Secretaria Legislativa

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 116ª e 117ª Sessões Ordinárias.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- Mensagens nºs 319 a 325, de 2017, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- Projeto de Lei nº 1.878, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- Projeto de Lei nº 1.879, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle.
- Projetos de Lei nºs 1.880 a 1.882, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso.
- Projeto de Lei nº 1.883, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2017, de autoria da CEOF.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: S Supervisora: _____ Chefe do Setor: S (SF/SN/SR/A)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2017**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
- **Indicações nºs 12.843 a 12.853, de 2017**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
- **Indicações nºs 12.854 a 12.856, de 2017**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Indicação nº 12.857, de 2017**, de autoria do Deputado Prof. Israel.
- **Moção nº 884, de 2017**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Requerimentos nºs 3.224 e 3.225, de 2017**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Requerimento nº 3.226, de 2017**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Requerimentos nºs 3.227 e 3.228, de 2017**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Requerimento nº 3.229, de 2017**, de autoria de vários deputados.
- **Requerimento nº 3.230, de 2017**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 PEQUENO EXPEDIENTE**2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES****DEPUTADO CHICO VIGILANTE**, vice-líder do PT

- Relembra a lei aprovada por esta Casa que trata do aproveitamento de alimentos com data de vencimento próximo e que tal medida atenderia entidades que assistem aos mais necessitados.
- Comunica que a Confederação Nacional do Comércio contestou na Justiça a referida proposição e que o Supremo Tribunal Federal suspendeu o efeito da lei.
- Manifesta a sua indignação com a ação da Justiça, e solicita que a Procuradoria desta Casa faça a defesa da referida lei.

DEPUTADO AGACIEL MAIA, líder do Governo

- Dá conhecimento sobre a deliberação dos parlamentares, em reunião realizada ontem, a respeito do acordo entre os Poderes Executivo e Legislativo, referente ao Projeto de Lei nº 1.744/2017, que trata da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal – LOA para 2018.
- Informa que o Orçamento será votado na sessão ordinária de hoje e o crédito adicional para recomposição da referida Lei, a ser enviado por mensagem pelo Executivo, será apreciado em 15 de janeiro de 2018.
- Agradece aos parlamentares o empenho.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017Revisora: 6 Supervisora: _____ Chefe do Setor: 5 (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES**DEPUTADO RICARDO VALE – PT**

– Congratula-se com os parlamentares pela realização do acordo no Colégio de Líderes que possibilitou a votação, hoje, do Orçamento de 2018 do Distrito Federal.

– Reivindica providências do GDF para o pagamento da pecúnia devida aos servidores do DF e para a nomeação dos aprovados em concursos públicos.

DEPUTADO LIRA – PHS

– Cumprimenta todos os presentes na galeria.

– Discorre sobre nota oficial enviada pela Comissão Executiva do Partido Humanista da Solidariedade – PHS/DF, informando o seu desligamento do referido partido.

– Faz um breve histórico da sua trajetória política, revela que irá recorrer à justiça para permanecer na legenda, pela qual foi eleito para exercer o seu mandato de Deputado Distrital, e acrescenta que irá permanecer na base governista.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – PT

– Aprova a conduta do Presidente desta Casa Legislativa em defesa de maior transparência na discussão sobre a questão orçamentária.

– Comenta que o projeto que prevê o remanejamento de custeio de pessoal deve ser de iniciativa do Poder Executivo.

– Anuncia que apresentou três emendas ao Projeto da LOA.

– Alude ao *deficit* de mais de 600 alunos no Riacho Fundo II por falta de espaço para acolhê-los.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – PR

– Pede ao Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia, que interceda junto ao Poder Executivo em prol da sanção dos Projetos de Lei nº 1.818/2017 e nº 1.048/2017, aprovados pela CLDF, pois a demora na manifestação do Governo acerca das referidas proposições pode impedir o pagamento de horas extras devidas a servidores da saúde, bem como a concessão do direito pretendido pelos professores com deficiência física da rede pública de ensino do DF de escolher as respectivas turmas do próximo ano letivo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – PPS

– Tece críticas ao GDF por tributar, com base em fotografias aéreas, uma casa confeccionada com papelão, em Sobradinho.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



4

– Relembra o problema do sr. Domingos Arruda, morador de Santa Maria que necessita de remédios de alto custo não fornecidos pelo GDF, que culminou numa ação judiciária para obter uma liminar a seu favor.

– Manifesta a sua indignação com o Governo local por descumprir ações judiciárias que beneficiam os pacientes da rede pública de saúde.

– Estranha o encaminhamento dado à tramitação da emenda ao orçamento do Distrito Federal.

3 ORDEM DO DIA

Observações:

- As ementas das proposições foram reproduzidas conforme constam da Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa;
- As folhas de votação nominal serão publicadas na ata circunstanciada.

(1º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.877, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.731.149,00”.

Obs: A proposição foi aprovada em 2º turno na 38ª Sessão Extraordinária, em 13 de dezembro de 2017. O presidente, Deputado Joe Valle, retorna o projeto ao Plenário para retificação do parecer da CEOF, proferido pelo Deputado Agaciel Maia.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Agaciel Maia, favorável à proposição, acatando as emendas apresentadas.

Obs: O presidente, Deputado Joe Valle, ratifica o resultado da votação do parecer da CEOF com 17 votos favoráveis, e do projeto em 1º turno, aprovado com 17 deputados presentes, e em 2º turno, aprovado com 19 deputados presentes, bem como a aprovação da sua redação final.

(2º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta e afeta áreas públicas e altera a destinação de uso de áreas na Etapa I do Setor Habitacional Jardim Botânico, na Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII, e dá outras providências”.

Obs.: O presidente, Deputado Joe Valle, informa que o projeto retorna ao Plenário para retificação do parecer da CCJ, proferido em 1º turno, uma vez que a comissão não se manifestou acerca das emendas nºs 2 a 9.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Prof. Reginaldo Veras, sobre as emendas nºs 2 a 9: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).

Obs.: O presidente, Deputado Joe Valle, ratifica o resultado da votação do projeto em 1º turno, aprovado com 19 deputados presentes e 1 abstenção, e em 2º turno, aprovado com 14 presentes, bem como a aprovação da sua redação final.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: S Supervisora: _____ Chefe do Setor: S (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5

(3º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.809, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2018, e dá outras providências".

Obs.: O projeto já foi aprovado em 2º turno. O presidente, Deputado Joe Valle, retorna o projeto ao Plenário para retificação da votação das emendas nºs 1 e 3, destacadas por requerimento do Deputado Chico Vigilante: devido a lapso no encaminhamento da referida votação, foi submetida a apreciação a emenda nº 2 em vez da emenda nº 3.

– Votação da subemenda nº 3, destacada. **REJEITADA** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes). Houve 20 votos contrários.

Obs.: O presidente, Deputado Joe Valle, retifica que a subemenda nº 2 é considerada aprovada na forma dos pareceres da CCJ e CEOF, ratifica a votação do projeto em 1º turno, aprovado com a presença de 18 deputados, e em 2º turno, aprovado com a presença de 17 deputados, bem como a aprovação da sua redação final.

(4º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.137, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a criação do programa permanente de capacitação e reciclagem para motoristas, cobradores e fiscais de empresas de ônibus direcionado ao atendimento de idosos, gestantes e pessoas portadoras de deficiência".

Obs.: O projeto já foi aprovado em 2º turno. O presidente, Deputado Joe Valle, em retificação, retorna o projeto ao Plenário para manifestação da CAS acerca da subemenda nº 3 ao substitutivo e para manifestação da CEOF acerca do substitutivo apresentado pela CAS, bem como da emenda substitutiva nº 3.

– Parecer da relatora da CAS, Deputada Luzia de Paula, sobre a emenda substitutiva nº 3: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Agaciel Maia, sobre o substitutivo apresentado pela CAS na forma da subemenda nº 3: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).

Obs.: O presidente, Deputado Joe Valle, ratifica o resultado da votação do projeto em 1º turno, aprovado com 14 deputados presentes, e em 2º turno, aprovado com 16 presentes, bem como a aprovação da sua redação final.

(5º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, em bloco, das seguintes moções e requerimentos:

Moção nº 878, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "parabeniza e homenageia as conselheiras e membros do Conselho de Mulheres Cristãs do Brasil, eleitas para Gestão 2017/2021".

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

6

Moção nº 879, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta pesar pelo falecimento da artista Wanda Kill Camps".

Moção nº 880, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza atletas de *taekwondo* que especifica pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Moção nº 881, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "manifesta votos de louvor e parabeniza a Tecnew Informática, agraciada com o Selo Ético do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pelo segundo ano consecutivo".

Moção nº 877, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "parabeniza e homenageia individualmente os colaboradores que menciona pela inauguração da sala de idiomas instalada no 14º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal".

Moção nº 872, de 2017, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "manifesta votos de louvor e parabeniza as pessoas abaixo especificadas pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, na ocasião da sessão solene em comemoração ao Dia do Advogado Criminalista".

Moção nº 873, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza atletas de capoeira que especifica pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Moção nº 875, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF no sentido de conceder elogio à sargento Vick Dantas Rocha".

Moção nº 876, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os médicos patologistas que, com brilhantismo, desenvolvem o serviço de verificação de óbitos no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal".

Moção nº 874, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "parabeniza e manifesta votos de louvor à Igreja Ministério Ceifa, pela difusão do Evangelho, contribuição na formação da cidadania e valorização humana, por ocasião dos 20 anos de existência".

Moção nº 882, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "manifesta votos de louvor e aplauso ao Sargento da Polícia Militar, sr. Cleber Alves Ferreira, pelos relevantes serviços prestados à população das cidades de Samambaia e Santa Maria como policial, desde 1999, quando ingressou na Polícia Militar do Distrito Federal".

Moção nº 883, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta louvor às lideranças educacionais, comunitárias e às entidades sociais da Cidade Estrutural – SCIA – RA XXV, pelos relevantes trabalhos prestados a esta comunidade".

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



7

Moção nº 884, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta votos de louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, parabenizando pelo profissionalismo os professores voluntários e os policiais militares do 4º BPM".

Requerimento nº 3.226, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a transformação da sessão ordinária de 8 de fevereiro de 2018 em comissão geral para debater a regularização e infraestrutura do Setor Habitacional Pôr do Sol, em Ceilândia/DF".

Requerimento nº 3.222, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "requer a realização de audiência pública para debater a situação dos farmacêuticos atuantes no Distrito Federal que se encontram na iminência de ter o piso salarial rebaixado, a ser realizada no dia 19 de fevereiro, às 15h, no Plenário desta Câmara Legislativa".

– Votação das proposições, em turno único. **APROVADAS** por votação em processo simbólico (20 deputados presentes).

(6º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.229, de 2017, de autoria de vários deputados, que "requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos aprovados nas sessões ordinária e extraordinária de hoje, dia 19 de dezembro de 2017, para votação imediata da redação final".

– Votação da proposição, em turno único. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

(7º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Apreciação da Mensagem nº 305, de 2017 – Processo nº 45, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o Convênio ICMS nº 188, de 2017, de 4 de dezembro de 2017".

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Agaciel Maia, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes), na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2017. 

(8º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2017, de autoria da CEOF, que "homologa o Convênio ICMS nº 188, de 2017, de 4 de dezembro de 2017".

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Delmasso, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Votação da proposição em turno único. **APROVADA** com 18 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 5 ausências.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora:  Supervisora: _____ Chefe do Setor:  (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



8

(9º) **ITEM 65:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.744, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2018”.

– Votação das emendas nºs 399, 486, 673, 674 e 675, destacadas. **REJEITADAS** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Agaciel Maia, sobre as emendas de 2º turno nºs 708, 709, 710, 711: favorável. A emenda nº 712 foi retirada pelos autores.

APROVADO por votação em processo simbólico (17 deputados presentes), ressalvado o destaque à emenda nº 710.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes), ressalvado o destaque à emenda nº 710.

– Votação da emenda nº 710, destacada. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes). Houve 5 votos contrários.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

4 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Joe Valle):

– Retifica a leitura do item nº 107 da Ordem do Dia da sessão ordinária do dia de 29 de novembro de 2017 e a do item nº 78 da sessão ordinária do dia 5 de dezembro de 2017.

– Ratifica a aprovação do Projeto de Lei nº 1.097, de 2016, em 1º e 2º turnos, por processo de votação simbólica, com 13 deputados presentes, nas sessões ordinárias de 29 de novembro de 2017 e de 5 de dezembro de 2017, respectivamente.

– Declara prejudicadas as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 1.377, de 2013, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre ação pedagógica para prevenção contra acidentes domésticos, inclusive nas escolas”.

Projeto de Lei nº 757, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, vias próprias, monumentos públicos, núcleos urbanos e rurais, regiões administrativas e bairros no âmbito do Distrito Federal”.

Projeto de Lei nº 1.808, de 2014, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “altera o nome da Escola de Música de Brasília para Escola de Música de Brasília Levino de Alcântara”.

Projeto de Lei nº 673, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “proíbe o consumo de cigarro, charuto, cachimbo e demais produtos fumígenos no interior de veículos automotores quando presente passageiro menor de 18 anos”.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



9

Projeto de Lei nº 1.167, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "declara a Banda de Música da Polícia Militar do Distrito Federal como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal".

Projeto de Lei nº 1.412, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de contas de serviço público de telefone, energia elétrica, gás e água impressa no sistema *Braille* para usuários portadores de deficiência visual".

Projeto de Lei nº 1.041, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a realização de testes vocacionais para alunos da rede de ensino público do Distrito Federal, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 202, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos proprietários, locatários, responsáveis ou possuidores de estabelecimentos comerciais, industriais ou residenciais de qualquer gênero manterem os reservatórios, caixas de água, cisternas ou similares devidamente tampados, de forma a não permitir a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* e/ou *Aedes Albopictus*, no âmbito do Distrito Federal".

Projeto de Lei nº 1.303, de 2012, de autoria da Deputada Celina Leão, que "estabelece regras para a alimentação dos idosos de baixa renda ou sem renda própria nos restaurantes comunitários do Distrito Federal".

Projeto de Lei nº 1.218, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "altera a Lei nº 4.027, de 16 de outubro de 2007, alterada pela Lei nº 4.679, de 24 de novembro de 2011, que "dispõe sobre a prioridade de atendimento às gestantes, às pessoas acompanhadas de criança no colo, aos idosos com idade superior a sessenta anos, às pessoas com deficiência e às pessoas com obesidade grave ou mórbida".

Projeto de Lei nº 1.172, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "autoriza o Poder Executivo a conceder o benefício que especifica, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 1.431, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos *pet shops*, clínicas veterinárias e hospitais veterinários informarem a Delegacia de Polícia Civil ou Especializada quando constatarem indícios de maus tratos nos animais por eles atendidos no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 1.472, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a realização de auditorias ambientais compulsórias nos empreendimentos que desenvolvam atividades efetivas ou potencialmente poluidoras no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 1.442, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "obriga os prestadores da modalidade rodoviária do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal a instalar dispositivo capaz de informar às pessoas que visualizam os veículos externamente a ocorrência de assaltos".

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

10

Projeto de Lei nº 1.420, de 2017, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a utilização de dispositivo de alerta nos veículos permissionários do transporte público coletivo do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Projeto de Lei nº 884, de 2012, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a retenção do Imposto sobre Serviços – ISS pelos condomínios comerciais e residenciais do Distrito Federal”.

Projeto de Lei nº 865, de 2016, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “dispõe sobre a adoção de material escolar pelos estabelecimentos de ensino da rede particular de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “homologa o Convênio ICMS nº 59, de 8 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz”.

Projeto de Lei nº 1.266, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento para atividades de coleta, tratamento, disposição de resíduos e recuperação de materiais, e dá outras providências”.

Projeto de Resolução nº 4, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a divulgação do Diário da Câmara Legislativa – DCL na página da Câmara Legislativa do Distrito Federal na Internet, e dá outras providências”.

Projeto de Lei nº 1.509, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a inclusão da quilometragem percorrida por veículo como informação obrigatória no cadastro do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV e no Cadastro do Certificado de Registro de Veículos – CRV emitidos pelo Detran-DF, no âmbito do Distrito Federal”.

Projeto de Lei nº 1.493, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “assegura ao consumidor o direito à informação sobre a inexistência de assistência técnica no Distrito Federal e sobre a localização da assistência mais próxima”.

Projeto de Lei nº 1.384, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a criação do Programa de Prevenção de Doenças no âmbito do Distrito Federal”.

Projeto de Lei nº 1.383, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a criação do Programa Distrital de Assistência à Criança Portadora de Microcefalia, e dá outras providências”.

Projeto de Lei nº 1.382, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas concessionárias do serviço de água a instalar bloqueador de ar mediante solicitação do consumidor, no âmbito do Distrito Federal”.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



11

Projeto de Lei nº 424, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "altera a Lei nº 1.871, de 22 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a parada livre para desembarque de usuário do transporte coletivo do Distrito Federal no horário das vinte e três horas até as seis horas do dia seguinte".

Projeto de Lei nº 13, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "dispõe sobre a inclusão da matéria *Prevenção contra Drogas* como disciplina obrigatória no currículo das escolas de 1º e 2º graus da rede de ensino público do Distrito Federal".

Projeto de Lei nº 1.423, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui a política de segurança energética hospitalar no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 1.398, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "cria o Selo Distrital *Estabelecimento Sustentável*".

Projeto de Lei nº 685, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "estabelece diretrizes para a política de atenção à saúde de pessoas com Síndrome de *West*, e dá outras providências".

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que "homologa o Convênio ICMS nº 122, de 5 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, prorrogado pelo Convênio nº 107, de 2 de outubro de 2015".

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que "homologa o Convênio ICMS nº 116, de 14 de dezembro de 2001, do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, prorrogado pelo Convênio nº 107, de 2 de outubro de 2015".

Projeto de Lei nº 1.377, de 2013, de autoria do Deputado Lira, que "dispõe sobre ação pedagógica para prevenção contra acidentes domésticos, inclusive nas escolas".

Projeto de Lei nº 1.695, de 2017, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "define, no âmbito do Distrito Federal, os produtos essenciais de que trata o art. 18, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8.078/1990".

Projeto de Lei nº 1.681, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "institui as diretrizes para implementação da carteira de identidade da pessoa com deficiência".

Projeto de Lei nº 1.614, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "institui a Política Distrital de Incentivo ao Consumo Sustentável no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 1.511, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "altera a Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências".

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

12

Projeto de Lei nº 905, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "dispõe sobre o atendimento nas redes bancárias no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "homologa o Convênio ICMS nº 122, de 11 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz".

Projeto de Lei nº 1.734, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "fixa os Valores Básicos de Referência – A e B (VBR-A e VBR-B) a que se refere o art. 4º, §§ 1º e 4º, da Lei federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, para efeito de lançamento da Taxa de Limpeza Pública – TLP do exercício de 2018, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 682, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "proíbe a utilização de fumo em veículos automotores quando estiverem no veículo menores de 18 (dezoito) anos, no Distrito Federal".

Projeto de Lei nº 806, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "atualiza a ementa, altera os arts. 1º, 2º, 3º, e acrescenta o art. 2º-A da Lei nº 897, de 8 de agosto de 1995, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Repressão ao Racismo, e dá outras providências para autorizar a inclusão da atribuição de combate à intolerância religiosa".

Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "altera a Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007, que "cria o Fundo de Trânsito do Distrito Federal – FTDF, e dá outras providências".

Moção nº 96, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz.

Moção nº 281, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

Requerimento nº 2, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

Requerimento nº 1.971, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel.

Requerimento nº 2.025, de 2016, de autoria do Deputado Joe Valle.

Requerimento nº 3.047, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

Requerimento nº 156, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula.

Requerimento nº 683, de 2015, de autoria do Deputado Reginaldo Veras.

Requerimento nº 1.587, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

Requerimento nº 1.861, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale.

Requerimento nº 1.887, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

Requerimento nº 1.994, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

Requerimento nº 2.880, de 2017, de autoria do Deputado Rafael Prudente.

Requerimento nº 2.935, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

13

Requerimento nº 1.710, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
Requerimento nº 1.775, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
Requerimento nº 306, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
Requerimento nº 2.362, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Israel.
Requerimento nº 1.464, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
Requerimento nº 2, de 2015, de autoria da CCJ.
Requerimento nº 2.051, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
Requerimento nº 2006, de 2016, de autoria do Deputado Chico Leite.
Requerimento nº 1.420, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel.
Requerimento nº 3.451, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão.
Requerimento nº 2.204, de 2016, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
Requerimento nº 2.218, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso.
Requerimento nº 1.029, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale.
Requerimento nº 2000, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
Requerimento nº 1.879, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão.
Requerimento nº 2.566, de 2017, de autoria da CESC.
Requerimento nº 2.662, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle.
Requerimento nº 2.631, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
Requerimento nº 2.713, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
Requerimento nº 2.941, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
Requerimento nº 2.939, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão.
Requerimento nº 2.945, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão.
Requerimento nº 3.021, de 2017, de autoria do Deputado Chico Leite.
Requerimento nº 3.022, de 2017, de autoria de vários deputados.
Requerimento nº 2.772, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale.
Requerimento nº 3.066, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
Requerimento nº 3.060, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle.
Requerimento nº 3.075, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar.
Requerimento nº 3.077, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
Requerimento nº 3.118, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017Revisora: S Supervisora: _____ Chefe do Setor: S (SF/SN/SR/A)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

14

Requerimento nº 3.151, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
Requerimento nº 3.211, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
Requerimento nº 3.209, de 2017, de autoria do Deputado Rafael Prudente.
Indicação nº 9.851, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso.
Indicação nº 11.697, de 2017, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
Indicação nº 11.559, de 2017, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
Indicação nº 11.803, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
Indicação nº 11.903, de 2017, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
Indicação nº 6.581, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.
Indicação nº 7.970, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
Indicação nº 8.653, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso.
Indicação nº 8.816, de 2016, de autoria do Deputado Lira.

5 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em 15 de janeiro de 2018.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisor: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



15

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ *S* _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ *S* _____ (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



16



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Arlecio Alexandre Gazal
Diretor Legislativo
Mat. 19.731

LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 117ª Data: 19 de dezembro de 2017

Início: 15 horas 1 minutos Encerramento: 16 horas 44 minutos

DEPUTADOS - LEGENDAS		DEPUTADOS - LEGENDAS	
AGACIEL MAIA - PR		LIRA - PHS	
BISPO RENATO ANDRADE - PR		LUZIA DE PAULA - PSB	
CELINA LEÃO - PPS		PROF. ISRAEL - PV	
CHICO LEITE - REDE		PROF. REGINALDO VERAS - PDT	
CHICO VIGILANTE - PT		RAFAEL PRUDENTE - PMDB	
CLÁUDIO ABRANTES -		RAIMUNDO RIBEIRO - PPS	
CRISTIANO ARAÚJO - PSD		RICARDO VALE - PT	
DELMASSO - PODEMOS		ROBÉRIO NEGREIROS - PSDB	
JOE VALLE - PDT		SANDRA FARAJ - SD	
JUAREZÃO - PSB		TELMA RUFINO - PROS	
JÚLIO CÉSAR - PRB		WASNY DE ROURE - PT	
LILIANE RORIZ - PTB		WELLINGTON LUIZ - PMDB	
<p>JOSE CLAUDIONOR DE ALCANTARA Matrícula nº 19.406 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário</p>		<p>MANOEL ALVARO DA COSTA Mat. 15.030 Secretário da Secretaria Legislativa</p>	

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



17

ANEXO II

EXPEDIENTE LIDO NA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA SUCINTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN/SR/A)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em. 19.12.17
Secretaria Legislativa

MENSAGEM

Nº 319 /2017-GAG

Brasília, 14 de dezembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, votei o **Projeto de Lei nº 1.769, de 2014**, que "**Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som instalados em veículos automotores estacionados e dá outras providências**".

MOTIVOS DE VETO

A despeito dos louváveis propósitos do ilustre parlamentar autor da proposta na busca de uma norma que vise aprimorar o ordenamento jurídico do Distrito Federal, observa-se que a mencionada proposição normativa padece de vício de inconstitucionalidade material, uma vez que a gravidade das sanções impostas aos infratores que descumprirem as medidas e o modo de aplicação das penalidades, consoante o disposto nos artigos 2º e 3º do projeto, ofendem diretamente o princípio da proporcionalidade, previsto implicitamente na Constituição Federal e de forma explícita no art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Complementarmente, o art. 5º do projeto de lei em análise, que determina a sua regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 60 dias, mostra-se contrário ao postulado constitucional da separação dos poderes, nos termos do art. 2º de nossa Constituição Federal e consagrado no art. 53, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Por essas razões, apus o veto total ao Projeto de Lei nº 1.769 de 2014, e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

> SETAS - 000018 <

RECEBIDO EM 19 DE DEZ 2017
Thayane 70157



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputado Chico Vigilante)

Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som instalados em veículos automotores estacionados e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Os veículos automotores estacionados em vias e logradouros públicos e aqueles estacionados em áreas particulares de estacionamento direto de veículos por meio de guia rebaixada ficam proibidos de emitir ruídos sonoros enquadrados como de alto nível pela legislação vigente mais restritiva provenientes de aparelhos de som de qualquer natureza e tipo, portáteis ou não, especialmente em horário noturno.

§ 1º Entendem-se por aparelhos de som, para os fins desta Lei, todos os tipos de aparelho eletroeletrônico reproduzidor, amplificador ou transmissor de sons, sejam eles de rádio, televisão, vídeo, CD, DVD, MP3, iPod, celulares, gravadores, viva-voz, instrumentos musicais ou assemelhados.

§ 2º Entende-se por vias e logradouros públicos, para os fins desta Lei, a área compreendendo o leito carroçável, o meio-fio, as calçadas, a entrada e a saída de veículos nas garagens e todas as áreas destinadas a pedestres.

§ 3º Excluem-se das proibições estabelecidas no *caput* os aparelhos de som utilizados em veículos automotores em movimento, os veículos profissionais previamente adequados à legislação vigente e devidamente autorizados, os veículos publicitários e os utilizados em manifestações sindicais e populares, sujeitos ao cumprimento de legislação específica.

Art. 2º A infração ao disposto nesta Lei acarreta aplicação de multa no valor de R\$1.000,00, o qual será dobrado na primeira reincidência e quadruplicado a partir da segunda reincidência, entendendo-se como reincidência o cometimento da mesma infração num período inferior a 30 dias.

§ 1º Considera-se infrator, para os fins desta Lei, o proprietário do veículo em que se encontra instalada a fonte emissora de ruídos sonoros acima do permitido.

§ 2º O valor da multa de que trata o *caput* é atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro, criado por legislação federal, que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 3º Em caso de recusa do atendimento da ordem de adequar o som aos padrões estabelecidos pela legislação vigente mais restritiva, a autoridade distrital responsável pela fiscalização apreende provisoriamente o aparelho de som ou o veículo no qual ele esteja instalado, até o restabelecimento da ordem pública.

Parágrafo único. O proprietário do veículo responde por eventuais custas de remoção e estadia.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correm por conta das

1250 T. 52
N



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de novembro de 2017


DEPUTADO JOE VALLE
Presidente

> SETAS - 000020 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 19/12/17
Secretaria Legislativa

MENSAGEM

Nº 320 /2017-GAG

Brasília, 14 de dezembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei o **Projeto de Lei nº 418, de 2015**, que **"Estabelece critérios para transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal no âmbito do Distrito Federal"**.

MOTIVOS DE VETO

A despeito dos louváveis propósitos do ilustre parlamentar autor da proposta na busca de uma norma que vise aprimorar o ordenamento jurídico do Distrito Federal, observa-se que a mencionada proposição normativa padece de vício de inconstitucionalidade formal, uma vez que ofende a reserva de iniciativa e viola o princípio da separação dos poderes, segundo o qual limita a atuação legislativa em matérias sujeitas à competência administrativa do Poder Executivo, como orçamentária, de pessoal e à organização, o funcionamento e às atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, nos termos do art. 61, § 1º, "b" da Constituição Federal combinado com o art. 71, § 1º, inciso IV e V, e art. 100, incisos VI e X, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Complementarmente, o art. 6º do projeto de lei em análise, que determina a sua regulamentação pelo Poder Executivo no prazo de 90 dias, também se mostra contrário ao postulado constitucional da separação dos poderes, nos termos do art. 2º de nossa Constituição Federal e consagrado no art. 53, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Por essas razões, apus o veto total ao Projeto de Lei nº 418 de 2015, e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

> SETAS - 000000 <

SECRETARIA LEGISLATIVA - 14/12/2017 - 17h43

Thayane 70154



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputado Chico Vigilante)

Estabelece critérios para transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal no âmbito do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º São instrumentos de transparência da gestão fiscal:

- I – os planos de governo;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – o orçamento;
- IV – as prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF;
- V – o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal;
- VI – versões simplificadas de fácil entendimento de cada um dos documentos listados nos incisos de I a V;
- VII – o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO ou outro sistema que venha a substituí-lo;
- VIII – o portal de transparência de cada poder do Distrito Federal, incluído o do TCDF.

Parágrafo único. A versão resumida do parecer prévio do TCDF é elaborada pelo próprio TCDF.

Art. 2º É dada ampla divulgação aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Parágrafo único. A transparência é assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – divulgação, por meio de *outdoors*, *frontlights*, *backlights*, placas e empenas, em locais de grande circulação de pessoas e veículos, de informações simplificadas sobre a execução orçamentária, financeira e de gestão, em especial sobre:
 - a) arrecadação da receita;
 - b) execução da despesa;
 - c) evolução da dívida pública;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa

- d) gastos com pessoal;
- e) disponibilidade de caixa, incluídos os equivalentes de caixa;
- f) cumprimento dos gastos mínimos constitucionais em saúde e educação.

Art. 3º Para os fins a que se refere o art. 2º, parágrafo único, II, os órgãos e as entidades devem disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes aos seguintes itens:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Art. 4º As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e pelas instituições da sociedade.

Art. 5º Cada órgão de cada um dos Poderes e cada entidade do Distrito Federal deverá disponibilizar recinto específico e exclusivo, dotado de mobiliário adequado e equipamento de informática com acesso à rede mundial de computadores para a consulta, por parte de qualquer cidadão dos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Poder Executivo regulamentá-la no prazo de noventa dias.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de novembro de 2017


DEPUTADO JOE VALLE
Presidente

> SETAS - 000023 <



L I D O
Em. 19.12.17
Secretaria Legislativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**MENSAGEM**

N.º 321 /2017 - GAG

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

> SETAS - 000024 <

Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 1.219/2016**, que **"Obriga o estabelecimento com 10 ou mais caixas para pagamento a disponibilizar ao consumidor o preço médio, em unidade de medida padronizada, de determinados produtos"**, o qual se converteu na Lei nº 6.018 de 14 de dezembro de 2017, publicado no DODF nº 239 de 15 de dezembro de 2017.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA - 15/12/2017 10:02

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 6.018 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Autoria do Projeto: Deputado Bispo Renato Andrade)

Obriga o estabelecimento com 10 ou mais caixas para pagamento a disponibilizar ao consumidor o preço médio, em unidade de medida padronizada, de determinados produtos.

> SETAG - 000025 <

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

Art. 1º O estabelecimento com 10 ou mais caixas para pagamento deve disponibilizar ao consumidor o preço médio, em unidade de medida padronizada, dos seguintes produtos:

I – alimentos, inclusive bebidas;

II – de limpeza e higiene doméstica, humana e veterinária, bem como produtos de perfumaria, de toucador e cosméticos.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se unidade de medida padronizada:

I – 1 quilograma, para o produto:

a) vendido por peso;

b) cuja embalagem especifique o seu respectivo peso;

II – 1 metro ou 1 metro quadrado, conforme o caso, para o produto:

a) vendido por tamanho;

b) cuja embalagem especifique o seu respectivo tamanho;

III – 1 metro cúbico, para o produto no estado sólido cuja embalagem especifique sua respectiva altura, largura e comprimento;

IV – 1 litro, para o produto com conteúdo no estado líquido cuja embalagem especifique o seu respectivo volume;

V – 1 item, para o produto que, cumulativamente:

a) não se enquadre nos incisos I, II, III ou IV;

b) seja composto por idênticos itens, que em seu conjunto integram o produto precificado e exposto à venda pelo estabelecimento.

§ 2º O disposto nesta Lei não se aplica a bem de consumo durável, assim considerado o produto que pode ser utilizado várias vezes e durante longo período, como, entre outros, aspiradores de pó ou máquinas de lavar louça ou roupa.

Art. 2º A infração ao disposto nesta Lei deve ser sancionada nos termos dos arts. 55 a 60 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação.

PUBLICADO NO DODF
Nº 939 DE 15/12/2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 2017
130º da República e 58º de Brasília


RÓDRIGO ROLLEMBERG

> SETAS - 000026 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputado Bispo Renato Andrade)

Obriga o estabelecimento com 10 ou mais caixas para pagamento a disponibilizar ao consumidor o preço médio, em unidade de medida padronizada, de determinados produtos.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O estabelecimento com 10 ou mais caixas para pagamento deve disponibilizar ao consumidor o preço médio, em unidade de medida padronizada, dos seguintes produtos:

I – alimentos, inclusive bebidas;

II – de limpeza e higiene doméstica, humana e veterinária, bem como produtos de perfumaria, de toucador e cosméticos.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se unidade de medida padronizada:

I – 1 quilograma, para o produto:

a) vendido por peso;

b) cuja embalagem especifique o seu respectivo peso;

II – 1 metro ou 1 metro quadrado, conforme o caso, para o produto:

a) vendido por tamanho;

b) cuja embalagem especifique o seu respectivo tamanho;

III – 1 metro cúbico, para o produto no estado sólido cuja embalagem especifique sua respectiva altura, largura e comprimento;

IV – 1 litro, para o produto com conteúdo no estado líquido cuja embalagem especifique o seu respectivo volume;

V – 1 item, para o produto que, cumulativamente:

a) não se enquadre nos incisos I, II, III ou IV;

b) seja composto por idênticos itens, que em seu conjunto integram o produto precificado e exposto à venda pelo estabelecimento.

§ 2º O disposto nesta Lei não se aplica a bem de consumo durável, assim considerado o produto que pode ser utilizado várias vezes e durante longo período, como, entre outros, aspiradores de pó ou máquinas de lavar louça ou roupa.

Art. 2º A infração ao disposto nesta Lei deve ser sancionada nos termos dos arts. 55 a 60 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de novembro de 2017


DEPUTADO JOE VALLE
Presidente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em. 19, 12, 17
Secretaria Legislativa

MENSAGEM

N.º 322 /2017 - GAG

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

> SETAS - 00002E <

Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 1.238/2016**, que "**Inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia do Servidor Público do Distrito**", o qual se converteu na Lei nº 6.019 de 14 de dezembro de 2017, publicado no DODF nº 239 de 15 de dezembro de 2017.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA - 15/12/2017 15:42



A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 6.019 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Autoria do Projeto: Deputado Bispo Renato Andrade)

Inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia do Servidor Público do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Servidor Público do Distrito Federal, comemorado anualmente em 28 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 2017
130º da República e 58º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG

PUBLICADO NO DODF
Nº 239 DE 15/12/2017



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



Servidor
Mr

(Autoria do Projeto: Deputado Bispo Renato Andrade)

Inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia do Servidor Público do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Servidor Público do Distrito Federal, comemorado anualmente em 28 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de novembro de 2017


DEPUTADO JOE VALLE
Presidente

> SETAS - 000030 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 19.12.17
Secretaria Legislativa**MENSAGEM**

N.º 323 /2017 - GAG

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

> SETAS - 000031

Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 708/2015**, que "**Torna obrigatória a disponibilização da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que especifica para consulta da população e dá outras providências**", o qual se converteu na Lei nº 6.020 de 14 de dezembro de 2017, publicado no DODF nº 239 de 15 de dezembro de 2017.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.

RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA 15/12/2017 10:12

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 6.020 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Autoria do Projeto: Deputada Luzia de Paula)

Torna obrigatória a disponibilização da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que especifica para consulta da população e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º É obrigatória a disponibilização de exemplares da Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha para consulta da população, em local visível e de fácil acesso, nas delegacias de polícia, nas bibliotecas dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino, nas unidades públicas e particulares de saúde e nas bibliotecas públicas.

§ 1º A disponibilidade da Lei Maria da Penha deve ser divulgada no interior dos estabelecimentos de que trata o *caput* por meio de placas ou cartazes.

§ 2º É admitido o recebimento de doações de exemplares atualizados da Lei Maria da Penha pelos estabelecimentos previstos neste artigo.

§ 3º Os exemplares da Lei Maria da Penha disponibilizados para consulta nos termos desta Lei serão atualizados sempre que forem introduzidas alterações na norma.

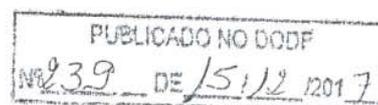
Art. 2º As despesas para execução desta Lei, caso necessário, correm por conta de dotações orçamentárias próprias, ou suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 2017
130º da República e 58º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa

(Autoria do Projeto: Deputada Luzia de Paula)

Torna obrigatória a disponibilização da Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que especifica para consulta da população e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º É obrigatória a disponibilização de exemplares da Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha para consulta da população, em local visível e de fácil acesso, nas delegacias de polícia, nas bibliotecas dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino, nas unidades públicas e particulares de saúde e nas bibliotecas públicas.

§ 1º A disponibilidade da Lei Maria da Penha deve ser divulgada no interior dos estabelecimentos de que trata o *caput* por meio de placas ou cartazes.

§ 2º É admitido o recebimento de doações de exemplares atualizados da Lei Maria da Penha pelos estabelecimentos previstos neste artigo.

§ 3º Os exemplares da Lei Maria da Penha disponibilizados para consulta nos termos desta Lei serão atualizados sempre que forem introduzidas alterações na norma.

Art. 2º As despesas para execução desta Lei, caso necessário, correm por conta de dotações orçamentárias próprias, ou suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de novembro de 2017

DEPUTADO JOE VALLE
Presidente

> SETAS - 000033 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

 1100
 Env. 19 12 17
 Câmara Legislativa
MENSAGEM

Nº 324 /2017-GAG

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

> SETAS - 000034 <

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, votei o art. 3º do **Projeto de Lei nº 542, de 2015**, que "**torna obrigatório ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF o registro da quilometragem dos veículos vistoriados na sua base de dados e dá outras providências**".

MOTIVOS DE VETO

A despeito dos louváveis propósitos do ilustre parlamentar autor da proposta na busca de uma norma que vise aprimorar o ordenamento jurídico do Distrito Federal, observa-se que a mencionada proposição normativa não poderá ser sancionada na totalidade de sua redação original, uma vez que, em seu art. 3º, estabelece prazo para a regulamentação da lei, contrariando assim entendimento do e. Supremo Tribunal Federal, que assentou ser inconstitucional a fixação deste tipo de balizamento ao Chefe do Poder Executivo local, em respeito ao princípio da separação entre poderes, nos termos do art. 2º de nossa Constituição Federal e consagrado no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Por essa razão, comunico que votei o art. 3º do Projeto de Lei nº 542, de 2015, e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


RODRIGO ROLLEMBERG
 Governador

 02/12/2017 15:02:00
 02/12/2017 15:02:00

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
 Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
 NESTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 6.021 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Autoria do Projeto: Deputado Julio Cesar)

Torna obrigatório ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF o registro da quilometragem dos veículos vistoriados na sua base de dados e dá outras providências.

SETAS - 000035 <

^ O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica determinado ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF fazer constar, na respectiva base de dados do veículo vistoriado, a quilometragem do hodômetro verificada no ato de vistoria.

Parágrafo único. O Detran-DF deve disponibilizar, na consulta veicular pela internet, o histórico referente às datas de realização de vistoria do veículo e as suas respectivas quilometragens registradas, obedecendo aos mesmos critérios de acesso à consulta de multas, taxas e débitos.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm à conta das dotações orçamentárias do Detran-DF.

Art. 3º (V E T A D O).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 2017
130º da República e 58º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG

PUBLICADO NO DODF
Nº 239 DE 15/12/2017

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa

(Autoria do Projeto: Deputado Júlio César)

Torna obrigatório ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF o registro da quilometragem dos veículos vistoriados na sua base de dados e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica determinado ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF fazer constar, na respectiva base de dados do veículo vistoriado, a quilometragem do hodômetro verificada no ato de vistoria.

Parágrafo único. O Detran-DF deve disponibilizar, na consulta veicular pela internet, o histórico referente às datas de realização de vistoria do veículo e as suas respectivas quilometragens registradas, obedecendo aos mesmos critérios de acesso à consulta de multas, taxas e débitos.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm à conta das dotações orçamentárias do Detran-DF.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 dias após sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de novembro de 2017


DEPUTADO JOE VALLE
Presidente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 19/12/17
Secretaria Legislativa

MENSAGEM

Nº 325 /2017-GAG

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei o art. 3º do **Projeto de Lei nº 334, de 2015**, que "*assegura a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências*".

MOTIVOS DE VETO

A despeito dos louváveis propósitos da ilustre parlamentar autora da proposta na busca de uma norma que vise aprimorar o ordenamento jurídico do Distrito Federal, observa-se que a mencionada proposição normativa não poderá ser sancionada na totalidade de sua redação original, uma vez que, em seu art. 3º, estabelece prazo para a regulamentação da lei, contrariando assim entendimento do e. Supremo Tribunal Federal, que assentou ser inconstitucional a fixação deste tipo de balizamento ao Chefe do Poder Executivo local, em respeito ao princípio da separação entre poderes, nos termos do art. 2º de nossa Constituição Federal e consagrado no art. 53 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Por essa razão, comunico que vetei o art. 3º do Projeto de Lei nº 334, de 2015, e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

> SETAS - 000037 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 15/12/2017 15:02

Sancionado com
veto parcial
W S



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 6.022 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Autoria do Projeto: Deputada Sandra Faraj)

Assegura a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica assegurada, no Distrito Federal, a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, segue-se o conceito de violência doméstica e familiar conforme adotado no art. 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Art. 2º Os critérios para utilização do Banco de Empregos são definidos pelo Poder Executivo junto aos órgãos de trabalho e desenvolvimento social.

Art. 3º (V E T A D O).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 2017
130º da República e 58º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG

> SETAS - 000038 <

PUBLICADO NO DODF
Nº 239 DE 15/12 2017

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa

(Autoria do Projeto: Deputada Sandra Faraj)

Assegura a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica assegurada, no Distrito Federal, a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, segue-se o conceito de violência doméstica e familiar conforme adotado no art. 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Art. 2º Os critérios para utilização do Banco de Empregos são definidos pelo Poder Executivo junto aos órgãos de trabalho e desenvolvimento social.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias após sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2017

DEPUTADO JOE VALLE
Presidente

> SETAS - 000039 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

L I D O
Em. 19, 12, 18
Secretaria Legislativa

PL 1878 /2017

PROJETO DE LEI Nº
(Do Senhor Deputado Robério Negreiros)

"ASSEGURA A ENTRADA DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO EM HOSPITAL PÚBLICO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, PARA FINS DE VISITA A PACIENTE INTERNADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º Fica assegurada a entrada de animal de estimação em hospital público no âmbito do Distrito Federal, para fins de visita de paciente internado.

Art. 2º Deverá estar com a vacinação em dia e higienizado o animal de estimação para visita, além do laudo veterinário atestando a boa condição do animal.

§1º A comissão de infectologia do hospital autorizará a entrada do animal.

§2º O animal de estimação deverá estar em recipiente ou caixa adequada.

§3º Cães e gatos, devem estar em guias presas por coleira e se necessário de enforcador e focinheira.

Art. 3º Compete ao hospital público estabelecer normas e procedimentos próprios para organizar o tempo e o local de permanência do animal para a visitação do paciente internado.

§1º A presença do animal se dará mediante a solicitação e autorização do médico responsável pelo paciente.

> SETAS - 000040 <

SECRETARIA LEGISLATIVA - 08/01/2017 16:56

Thayane 70154



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



> SETAS - 000041 <

§2º A visita do animal terá que ser agendada previamente na administração do hospital respeitando a solicitação do médico e critérios estabelecidos por cada instituição.

§3º O local de encontro do paciente com o animal ficará a critério do Médico e administração do hospital.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, convém esclarecer que, conforme se depreende do texto da lei, a presente medida legislativa tem por finalidade assegurar a entrada de animal de estimação em hospital público no âmbito do Distrito Federal, para visita de paciente internado

Nos dias atuais, cada vez mais vemos famílias com animais de estimação. Muitos destes animais são considerados membros efetivos da família. Portanto, um paciente internado em hospitais, muitas vezes tem em seu animal de estimação um refúgio de carinho e alegria.

Constata-se, sobremaneira, que a internação não vem a ser uma experiência agradável, com a possibilidade de levar um animal de estimação o ambiente se torna mais alegre e agradável, não só para o dono do animal, mas para todos os pacientes.

Os benefícios da relação entre homens e animais para a saúde não é novidade para a ciência. Segundo a pesquisadora, psicóloga Karina Schutz, especialista em terapia cognitivo-comportamental e diretora da Pet Terapeuta, tratamentos que utilizam animais na recuperação de pacientes já vêm sendo aplicados em diversos países, contabilizando resultados de sucesso. Na Inglaterra, onde estudou por três anos e meio, pôde comprovar que o estímulo dos pets em ambientes hospitalares, por exemplo, ajuda não somente o paciente, mas toda a equipe que convive com o animal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



> SETAS - 000042 <

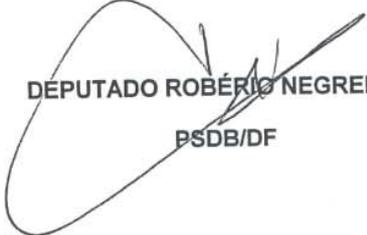
Para Joice Peruzzi, veterinária responsável pela Associação Gaúcha de Atividade e Terapia Assistida por Animais (Ágata), os estudos que vêm sendo realizados desde a década de 1960 indicam que o contato do paciente com o seu animal de estimação, ou até mesmo com um animal desconhecido, pode trazer melhoras de saúde e qualidade de vida, que vão desde a redução na pressão sanguínea e nos batimentos cardíacos até a sensação de felicidade e relaxamento.

Pelos comprovados testes e argumentos de melhora da condição do paciente, vimos nesta propositura, relevante significado.

Verifica-se, pois, que ao Distrito Federal caberá apenas pequenas ações que em nada alterarão suas metas orçamentárias, razão pela qual entendemos relevante o presente projeto de lei, para o qual pedimos o apoio de nossos nobres pares para a sua aprovação.

Diante de todo o exposto, e pela nobreza do tema, conto com meus nobres pares para a aprovação desta proposta, a fim de conscientizarmos a sociedade do Distrito Federal sobre questões importantes de proteção e defesa da sociedade do Distrito Federal.

Sala das sessões, de de de 2017.


DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
PSDB/DF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

PROJETO DE LEI Nº

PL 1879 /2017

L I D O
 Em 19/12/17

(Do Senhor Deputado JOE VALLE)

Secretaria Legislativa

Dispõe sobre as diretrizes voltadas a políticas públicas de implantação de infraestrutura de suporte a redes de telecomunicações no Distrito Federal.

> SETAS - 000043 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes voltadas a políticas públicas de implantação de infraestrutura de suporte a redes de telecomunicações localizados em zona urbana e rural, no Distrito Federal.

Parágrafo único. A classificação como zona urbana ou rural é a estabelecida no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT.

Art. 2º Na implantação de políticas públicas voltadas à infraestrutura para redes de telecomunicações, o Poder Público não poderá:

- I – obstruir a circulação de veículos, pedestres ou ciclistas;
- II – contrariar parâmetros urbanísticos e paisagísticos aprovados para a área;
- III – prejudicar o uso de praças e parques;
- IV – prejudicar a visibilidade dos motoristas que circulem em via pública ou interferir na visibilidade da sinalização de trânsito;
- V – danificar, impedir acesso ou inviabilizar a manutenção, o funcionamento e a instalação de infraestrutura de outros serviços públicos;
- VI – pôr em risco a segurança de terceiros e de edificações vizinhas;
- VII – impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços prestados;
- VIII – comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo;

Parágrafo único. O Poder Público deve promover a conciliação entre as normas ambientais, de ordenamento territorial e de telecomunicações.

Art. 3º O licenciamento para implantação de infraestrutura para redes de telecomunicações no Distrito Federal será regulamentado por norma específica de iniciativa do Poder Executivo, obedecendo aos termos da legislação federal.

§1º Os parâmetros para implantação de infraestrutura de telecomunicações não poderão ser impeditivos, buscando sempre integração e complementaridade entre as atividades de instalação de infraestrutura de suporte e de urbanização

§2º Os critérios para redução do impacto paisagístico da infraestrutura de telecomunicações deverão ser observados sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, nos termos da legislação federal.

SECRETARIA LEGISLATIVA 10/02/2017 16:39

Amara 70255

4

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias.

JUSTIFICAÇÃO

O Distrito Federal conta com a maior densidade de telefones celulares por habitante do país (são 190 acessos para cada 100 habitantes), com 5,6 milhões de celulares e uma demanda cada vez mais crescente, sobretudo para uso de dados por meio dos dispositivos inteligentes (smartphones).

Com a crescente evolução tecnológica e, em especial, a implantação de novas tecnologias como a recentemente implantada de 700MHz, existe a natural tendência técnica de redução de dimensões e volumetria dos equipamentos, com respectiva redução de infraestrutura de suporte. Adicionalmente, tendo em vista que a utilização de novas tecnologias reduzem a área de cobertura por ERB (Estação Rádio Base), o incremento no número de ERBs instalada torna-se uma premente necessidade técnica.

Trata-se de situação que cada vez mais presente à medida que o lançamento de tecnologias mais modernas, a exemplo da 5G, torna-se uma realidade para o Distrito Federal. Não se pode olvidar que representam patente benefício ao cidadão usuário, pois tais implantações, além de aumentar a velocidade de acesso a informações, melhoram a cobertura do sinal, representando avanço na qualidade de prestação de serviços de telecomunicações.

A melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, seja eles de voz, seja de dados, bem como a ampliação da cobertura e a inclusão de novos usuários, só será possível com significativo incremento na implantação de infraestruturas de telecomunicações, suporte para as chamadas antenas.

Ocorre que o Distrito Federal não conta com nenhuma legislação que permita a implantação de infraestruturas de telecomunicações em áreas privadas, tampouco diretrizes para política pública que norteiem claramente uma agenda de governo em favor do avanço na qualidade de prestação de serviços de telecomunicações.

Dessa forma, esta Casa de Leis não pode se omitir diante deste fato, sobretudo frente a crescente demanda por serviços de telecomunicações, ciente de que tais infraestruturas são elementos essenciais para ampliação da rede, sem a qual a população e os consumidores do

> SETAS - 000044 <

9

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE

Distrito Federal poderão sofrer com perda na qualidade dos serviços de telefonia fixa, celular e internet banda larga.

A ausência de legislação própria no Distrito Federal torna o cenário ainda mais premente. Com efeito, órgãos de fiscalização podem, por exemplo, iniciar, a qualquer momento, procedimento fiscalizatório no sentido de determinar o desligamento de infraestruturas já implantadas, o que pode dar origem a um apagão da telefonia na região.

Cumpra observar que, para promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando à uniformização, simplificação e celeridade de procedimentos e critérios para a outorga de licenças; à minimização dos impactos urbanísticos, paisagísticos e ambientais; à ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, o Congresso Nacional editou, em 20 de abril de 2015, a chamada Lei Geral das Antenas (Lei nº 13.116/15).

Com isso, no cenário federal, foram estabelecidas normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, fixando procedimento simplificado, de rito uno e integrado, para licenciamento de infraestrutura de telecomunicações, o que, sem dúvida, representou avanço para o setor de telecomunicações, trazendo efetiva condição para regularização das implantações já realizadas e para a necessária ampliação da rede no distrito federal.

Por isso, este projeto de lei, sem afrontar o art. 22 da Constituição Federal de 1988 e o art. 71, §1º, VI da Lei Orgânica do Distrito Federal, visa estabelecer diretrizes para fixação de políticas públicas nessa área, para que sirva de parâmetro para eventual lei regulamentadora, de iniciativa do Executivo, no tocante à instalação e ampliação das redes de telecomunicações.

Diante do exposto, contamos com o apoio de todos os pares desta Casa Legislativa a este projeto de lei, que estabelece diretrizes mínimas na implantação e implementação de políticas públicas voltadas à instalação da infraestrutura de telecomunicações.

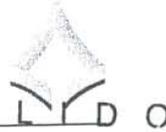
Sala de Sessões, em


Deputado JOE VALLE



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

PL 1880 /2017



Em, 19/12/17

PROJETO DE LEI Nº

(Do Senhor Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000046 <

Institui a Política Distrital de Prevenção Social à Criminalidade.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Distrital de Prevenção Social à Criminalidade, que atenderá ao disposto nesta lei.

Art. 2º É objetivo geral da política de que trata esta lei promover a elaboração e a coordenação de ações, projetos e programas de prevenção social à criminalidade nos níveis individual, social e situacional, mediante a construção de novas relações entre a sociedade civil e os órgãos do sistema de defesa social e justiça, promovendo a segurança pública cidadã de pessoas, grupos e localidades mais vulneráveis aos fenômenos de violências e criminalidades.

Art. 3º São princípios da Política Distrital de Prevenção Social à Criminalidade:

- I – defesa da dignidade da pessoa humana;
- II – respeito aos direitos humanos;
- III – valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV – integração entre as esferas federal e distrital de governo;
- V – intersectorialidade, transversalidade e integração sistêmica com as demais políticas públicas;
- VI – participação efetiva da sociedade civil;
- VII – concepção de segurança pública como direito fundamental.

Art. 4º A Política Distrital de Prevenção Social à Criminalidade observará as seguintes diretrizes:

- I – articulação de intervenções e ações de segurança pública com as instituições que compõem o sistema de defesa social e o sistema de justiça;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



> SETAS - 000047 <

II – integração e fomento de redes de prevenção à criminalidade, com instituições públicas e privadas que atuem em níveis local, distrital e federal, nas áreas de segurança, saúde, educação, cultura, esporte, inclusão produtiva, infraestrutura urbana, recorte etário, cor e outras afins ao trabalho a ser desenvolvido no âmbito da política;

III – identificação da distribuição espacial das violências e criminalidades, por meio de estudos especializados, que orientem a implantação de ações, projetos e programas de prevenção social à criminalidade;

IV – promoção de campanhas e pesquisas sobre os fenômenos da violência e da criminalidade;

V – desenvolvimento de programas e projetos de prevenção, com o foco no território, a partir da leitura de grupos e espaços urbanos vulneráveis às situações de violências, de violação de direitos humanos e de processos de criminalização;

VI – desenvolvimento de programas e projetos de prevenção com pessoas que respondem a processos criminais, estejam privadas de liberdade por decisão cautelar ou decorrente de condenação definitiva, ou submetidas a medida alternativa à prisão;

VII – desenvolvimento de projetos transversais como fatores de proteção em resposta aos fatores de risco.

Art. 5º São objetivos específicos da Política Distrital de Prevenção Social à Criminalidade:

I – contribuir com a diminuição da criminalidade e da violência no Distrito Federal;

II – intervir nos fenômenos multicausais geradores de conflitos, violências e processos de criminalização, a partir de soluções plurais adequadas a cada situação;

III – cooperar com a diminuição do encarceramento, da reincidência e seus efeitos, por meio de medidas de proteção social;

IV – promover uma cultura de paz, por meio de mecanismos de participação, inclusão e de resolução extrajudicial de conflitos.

Art. 6º A implementação e a coordenação, no Distrito Federal, da política de que trata esta lei caberão a órgão ou comissão, de caráter paritário, composto por



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



representantes do poder público e da sociedade civil, a ser instituído na forma de regulamento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As políticas de prevenção social à criminalidade envolvem ações de intervenção social direta nas causas da violência, realizadas junto a públicos e territórios específicos que, estatisticamente, concentram taxas representativas de violência.

Certo é que a violência afeta, sobretudo, pessoas em situação de vulnerabilidade social, por vezes vítimas do processo de urbanização acelerada desordenado. Assim, as políticas de prevenção social à criminalidade envolvem uma série de estratégias, desenvolvidas de maneira focalizada e geograficamente segmentada, a exemplo de programas sociais voltados para públicos específicos, a recuperação de áreas urbanas degradadas e a participação comunitária na elaboração de projetos locais de segurança pública.

Conforme classificação de intervenções utilizada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, a prevenção social à criminalidade pode ser classificada como primária (realizada diretamente nas áreas geográficas de maior incidência criminal); secundária (que tem como público-alvo as pessoas que vivenciaram experiências de determinados crimes, vindo a cumprir penas ou medidas alternativas à prisão); e terciária (que objetiva a implementação de ações específicas para pessoas que, uma vez cumprida pena ou medida estipulada pelo sistema de justiça criminal, devem receber suporte estatal para sua reinserção na sociedade).

Ante o exposto, e considerando a importância da proposta para a população, contamos com o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em


Deputado **DELMASSO**
Autor



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



PL 1881/2017

L I D O

PROJETO DE LEI Nº

Em.

19.12.17

(Do Senhor Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000049 <

Dispõe sobre a avaliação periódica da estrutura física das escolas da rede pública de ensino e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º A estrutura física das escolas da rede pública de ensino será avaliada periodicamente, mediante vistoria realizada a cada dois anos, com o objetivo de avaliar sua adequação e fornecer subsídios para a elaboração de diretrizes para a melhoria da infraestrutura dessas escolas.

Parágrafo único. Para a realização da vistoria a que se refere o *caput* deste artigo, poderá ser constituída comissão multidisciplinar composta precipuamente por engenheiro, profissionais de educação, membro do Conselho Distrital de Educação, membro do sindicato da categoria e membros do colegiado escolar, podendo a mencionada vistoria ser acompanhada por cidadãos interessados.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta lei, será elaborado cronograma de vistoria pela Secretaria de Estado de Educação.

Art. 3º A avaliação estrutural de que trata esta Lei abrangerá a verificação das instalações físicas internas e externas, incluindo-se os sistemas elétrico, hidráulico e de climatização, os equipamentos, os muros, as quadras poliesportivas, as calhas, o telhado, a pintura, entre outros equipamentos existentes nas escolas.

Art. 4º Após a vistoria das escolas, deverá ser elaborado relatório detalhado da situação de cada unidade educacional e suas condições de funcionamento.

Parágrafo único. Os relatórios das vistorias das escolas deverão estar disponíveis no site da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário. *α*

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
19/12/2017 10:20
AS 2017



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO



JUSTIFICAÇÃO

> BETAS - 000060 <

A presente proposta visa garantir a realização de vistorias periódicas e a execução de obras que garantam a segurança da comunidade escolar, bem como a divulgação dos relatórios dessas vistorias na rede mundial de computadores, permitindo o acesso de qualquer cidadão às informações coletadas.

Ante o exposto, e considerando a importância da proposta para a população, contamos com o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em


Deputado **DELMASSO**
Autor



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



PL 1882/2017

PROJETO DE LEI Nº

(Do Senhor Deputado DELMASSO – PODEMOS/DF)

L I D O

19.12.17

Secretaria Legislativa

**Dispõe sobre o afastamento das atividades
em sala de aula de professores que figurem
no polo passivo de processos por pedofilia.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Os professores da rede pública de ensino que responderem por processos judiciais ou administrativos por pedofilia poderão ser afastados das atividades em sala de aula até que o processo transite em julgado.

Art. 2º O professor afastado poderá exercer atividades administrativas.

Art. 3º Em caso de condenação transitada em julgado, o professor deverá ser afastado permanentemente das atividades de escola.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A pedofilia é um distúrbio mental, citado pelo item F65.4 Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (CID-10), que leva à preferência sexual por crianças, de qualquer um dos sexos. Atos de pedofilia são reprimidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 240 e seguintes, e pelo Código Penal, na figura do estupro de vulnerável tipificado em seu artigo 217-A. Além disso, reza a nossa Constituição da República que as crianças e os adolescentes terão assegurados com absoluta prioridade, pela sociedade, pela família e pelo Estado, "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, o

> BETAS - 000061 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 19/12/2017 10:31

40258



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO



violência, crueldade e opressão".

Assim sendo, temos claro o repúdio do nosso ordenamento jurídico às práticas que envolvam pedofilia e agressão sexual a crianças, cabendo aos legisladores endossar e densificar os princípios pregados pela Carta constituinte e pelas normas de proteção aos direitos da criança.

A presente lei visa a evitar a ocorrência de casos de assédios sexuais em escolas da rede pública, por remover os suspeitos de cometer crimes semelhantes do contato direto com nossas crianças. Vale ressaltar que os professores estão em uma posição de influência e em relação aos alunos e estes, por isso, acabam tornando-se alvos mais fáceis e vulneráveis.

Insta salientar, também, que a presente normativa não fere o princípio da inocência, basilar em nosso ordenamento jurídico, por determinar apenas o afastamento do servidor público, sendo que este poderá continuar a exercer atividades dentro da escola e retornar ao lecionamento após comprovação de inocência em decisão tramitada em julgado.

Ante o exposto, e considerando a importância da proposta para a população, contamos com o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

Sala das Sessões, em


Deputado **DELMASO**
Autor



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



PL 1883 / 2017

PROJETO DE LEI Nº

(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

L I D O

Em, 19/12/17

SEM EFEITO

> SETAS - 000053 <

L I D O

19/12/17

Secretaria Legislativa

Dispõe sobre a proibição de corte do fornecimento de energia elétrica aos consumidores que utilizem equipamentos indispensáveis à preservação da vida que dependem de energia elétrica para o seu funcionamento, pela concessionária de energia elétrica do Distrito Federal, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta

Art. 1º - Ficam as concessionárias de energia elétrica que atuam no Distrito Federal proibidas de suspender o fornecimento de energia elétrica para os consumidores que estiverem em atraso com o pagamento da fatura mensal, que necessitem de uso contínuo e domiciliar de aparelho elétrico para realizar procedimentos médicos vitais à preservação da vida.

Parágrafo Único - A impossibilidade de se efetuar o corte, não extingue o débito com a concessionária, podendo esta, se valer dos meios ordinários para receber o que lhe é devido.

Art. 2º - O não cumprimento do disposto no caput do art. 1º, implicará em pagamento de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela concessionária e cobradas em dobro por cada reincidência na mesma Unidade Consumidora.

Art. 3º - Para fazer jus a não suspensão do fornecimento de energia, o consumidor terá que apresentar laudo médico oficial, discriminando a necessidade de uso contínuo e domiciliar de aparelho médico vital à preservação da vida a concessionária de serviço público.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	19/12/17 às 15h30
Assinatura	Márcula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



JUSTIFICATIVA

Essa proposição tem como objetivo evitar que as concessionárias e permissionárias prestadoras do serviço público de energia elétrica faça a suspensão do fornecimento de energia àqueles mais necessitados que possuem graves problemas de saúde e necessitam de um tratamento domiciliar que complemente o hospitalar.

O Poder Judiciário, em algumas situações, ao ser questionado, tem concedido liminares para os que solicitam a permanência do fornecimento de energia, mesmo com débito existente e comprovado com a concessionária ou permissionária.

Ocorre que muitas vezes a família consegue a doação dos aparelhos através de campanhas, mas depois a família não consegue pagar a conta de energia elétrica.

Justo seria que o cidadão não precisasse recorrer ao tratamento domiciliar, mas já que é necessário fazê-lo, seria conveniente que as concessionárias ou permissionárias aliviassem o duro custo para o tratamento médico hospitalar, portanto, essa proposição, além de pertinente, acredito, é extremamente oportuna. É o que penso!

Ademais precisamos considerar que são poucos casos dessa natureza, no contexto geral, e a medida não vai `quebrar` as concessionárias do Distrito Federal. Além disso, respeito e valorização da vida são dois dos princípios elementares da cidadania, da ética e dos direitos humanos, e preceito fundamental da Constituição brasileira", evitar o risco de morte deve se sobrepôr a quaisquer outras ações e situações, entre elas a condição passageira de inadimplência.

Diante do exposto, solicito dos Nobres pares a aprovação desta proposta porque entendo ser de grande importância para a preservação da vida, principalmente daqueles que mais precisam. É o que realmente espero!

Sala das Sessões, em de 2017


Deputada **CLAUDIO ABRANTES**
Sem Partido



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Comissão de Economia, Orçamento e Finanças)

PDL 342 /2017

> SETAS - 000055 <

L I D O
Em. 19.12.17

Homologa os Convênios ICMS nº
188/17, de 04 de dezembro de 2017.

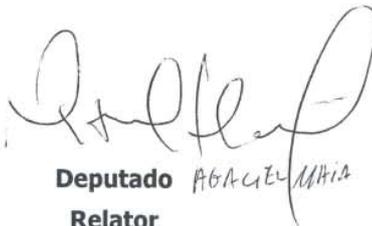
Secretaria Legislativa

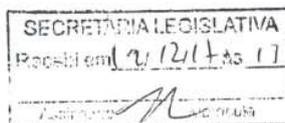
A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Fica homologado os Convênios ICMS nº 188/17, de 04 de dezembro de 2017, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,


Deputado ABACIBENIA
Relator





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em, 19, 12, 17
Secretaria Legislativa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO)

PDL 343 /2017

**Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília
ao Senhor HÉLIO RODRIGUES AVEIRO.**

> SETAS - 000056 <

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor **HÉLIO RODRIGUES AVEIRO**.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

SECRETARIA LEGISLATIVA 18/01/2017 10:00
F0218

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Hélio Rodrigues Aveiro, o "Seu Hélio", hoje com 77 anos. Hélio nasceu em Uberaba, Minas Gerais e chegou em Brasília em 1959 para trabalhar no término da construção da capital.

No dia de sua chegada em Brasília, a convite de um amigo, foi conhecer o Brasília Palace Hotel, onde teve o privilégio de conhecer Juscelino Kubitschek de Oliveira, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Rondon Pacheco.

Seu primeiro trabalho foi na Cia. Urbanizadora Nova Capital e logo na Cia. Brasileira de Indústria e Comércio – COBRAICE, sendo que em 1968 iniciou suas atividades na BRASAL – Brasília Serviços Automotores S/A, onde se encontra até hoje, ajudando a formar o GRUPO BRASAL.

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902
Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A pedido da família Adriano foi candidato a Deputado Distrital na eleição de 2014, quando obteve votação para ser eleito como segundo suplente do Deputado Raimundo Ribeiro.

Foi Coordenador de campanha do Deputado Osório Adriano Filho nos seus cinco mandatos na Câmara Federal.

Hélio Rodrigues Aveiro é bacharel em Administração de Empresas, sendo um dos primeiros alunos dos cursos do Centro Universitário de Brasília – CEUB.

Seu Hélio construiu uma linda família, casado com Clarice Gomes Aveiro, a 30 anos, teve 3 filhos, Katia Bezerra Rodrigues, Juliana Bezerra Aveiro e Juliano Gomes Aveiro e as netas Thamires Rodrigues Alexandre, Thamara Rodrigues Alexandre, Laiana Aveiro de Carvalho e Bruna Aveiro de Carvalho, que sempre estiveram ao seu lado dando apoio e estimulando para o seu sucesso.

Membro do Conselho Diretor da BRASAL, Presidente da Associação das Empresas do Setor de Indústria e Abastecimento, Setor de Transporte de Cargas e Setor de Inflamáveis de Brasília – AESIATI e Presidente do Sindicato das Concessionárias Autorizadas de Veículos Automotores de Brasília – SINCODIV.

Em razão do exposto e pelos relevantes serviços prestados a nossa sociedade, nada mais justo que a presente homenagem, pelo que pedimos apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, em de de 2017.

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**
Deputado Distrital

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902
Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br



1100
En. 19.12.18
Câmara Legislativa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº

IND 12843 /2017

(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PPS)

> SETAS -- 000068 <

SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A OPERAÇÃO TAPA BURACO EM TODA EXTENSÃO DO PISTÃO SUL, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.

CÂMARA LEGISLATIVA - GABINETE 03 - 6630

19/12/18

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder executivo, por intermédio da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a operação Tapa Buraco em toda extensão do Pistão Sul, na Região Administrativa de Taguatinga - RA III.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo primordial de evitar a ocorrência de graves acidentes na região, a realização do serviço em questão visa contribuir para que as vias ofereçam boas condições de tráfego de veículos e para a qualidade de vida de toda a comunidade.

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902
Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sendo assim, a comunidade **requer a aprovação com urgência da referente reivindicação.**

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres pares a acolhida da presente indicação.

Sala de Sessões, em de de 2017

> SETAS - 000059 <

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**

Autor



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº

, IND 12844 /2017

(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PPS)

L I D O
Em. 19/12/17
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000060 <

SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL/NOVACAP EM PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO DO GUARÁ, O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA QE 15, CONJUNTO R, NO GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder executivo, por intermédio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAO em parceria com a Administração do Guará, o recapeamento asfáltico da QE 15, Conjunto R, no Guará II, Região Administrativa do Guará - RA X.

JUSTIFICAÇÃO

O recapeamento asfáltico da QE 15, Conjunto R, no Guará II se faz necessário devido às péssimas condições em que a mesma se encontra, prejudicando o acesso e oferecendo riscos aos moradores e aos motoristas que ali transitam.

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902
Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br

SECRETARIA LEGISLATIVA - 18/Jan/2017 16:30

85218
Ribeiro



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000061 <

Importa destacar que o recapeamento da avenida em questão é objeto de abaixo-assinados realizado pela a comunidade, evidenciando, portanto, a importância desta indicação.

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres pares a **aprovação com urgência** da acolhida indicação.

Sala de Sessões, em de de 2017

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**

Autor



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº

IND 12845 /2017

(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PPS)

L I D O

Em, 19/12/17

Secretaria Legislativa

> SETAS - 000062 <

SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A OPERAÇÃO TAPA BURACO NA VIA DE LIGAÇÃO ENTRE TAGUATINGA SUL E SAMAMBAIA (BOCA DA MATA), NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.

SECRETARIA LEGISLATIVA - 18/Dec/2017 16:30

81708

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder executivo, por intermédio da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a operação Tapa Buraco na Via de ligação entre Taguatinga Sul e Samambaia (Boca da Mata), na Região Administrativa de Taguatinga - RA III.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo primordial de evitar a ocorrência de graves acidentes na região, a realização do serviço em questão visa contribuir para que as vias ofereçam boas condições de tráfego de veículos e para a qualidade de vida de toda a comunidade.

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902

Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sendo assim, a comunidade **requer a aprovação com urgência da referente reivindicação.**

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres pares a acolhida da presente indicação.

Sala de Sessões, em de de 2017

> SETAS - 000063 <

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**

Autor